

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

POLYANA DE FÁTIMA MAGALHÃES MUNIZ

**OS LIVROS DE LINHAGENS E OS CONTOS MELUSINIANOS:
AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS EM PORTUGAL NO SÉCULO XIV**

SÃO LUÍS – MA
2020

POLYANA DE FÁTIMA MAGALHÃES MUNIZ

**OS LIVROS DE LINHAGENS E OS CONTOS MELUSINIANOS:
AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS EM PORTUGAL NO SÉCULO XIV**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: 14/07/2020

Banca Examinadora:



Prof.^a Dr.^a Adriana Maria de Souza Zierer (orientadora)
(PPGHIST/UEMA)



Prof.^a Dr.^a Elizabeth Sousa Abrantes (arguidora)
(PPGHIST/UEMA)



Prof. Dr. Marcus Vinícius de Abreu Baccaga (arguidor)
(PPGHIS-UFMA)

Prof.^a Dr.^a Ana Livia Bomfim Vieira (suplente)
(PPGHIST/UEMA)

SÃO LUÍS - MA
2020

Muniz, Polyana de Fátima Magalhães.

Os Livros de Linhagens e os Contos Melusianos: as representações femininas em Portugal no século XIV. / Polyana de Fátima Magalhães Muniz. – São Luís, 2020.

147 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Adriana Maria de Souza Zierer

1. Ensino de História. 2. Gênero. 3. Portugal Medieval. I. Título.

CDU 93/94: 821.134.3.09

*“Se deste mundo as frestas ocupamos/
com Elfos e Duendes, se criamos/ Deuses,
seus lares, treva e luz do dia, /dragões
plantamos – nossa é a regalia (boa ou
má). Não morre esse direito:/eu faço pela
lei na qual sou feito”.¹*
(J.R.R. Tolkien)

¹ TOLKIEN, J. R. R. **Sobre histórias de fadas**. São Paulo: Conrad Editora, 2010.

AGRADECIMENTOS

Refletir sobre as causas, as circunstâncias e as memórias da minha caminhada na pós-graduação me fazem, inevitavelmente, sentir ternura e gratidão. Escrevo meu obrigada às pessoas que se fizeram atentas a minha ansiedade, encorajadoras diante do meu desespero e auxiliaadoras para com minhas dificuldades.

Como documento do seu tempo esse registro traz consigo marcas dos dois anos de vivência e experiência que engrandeceram o meu fazer profissional e me aproximaram de pessoas específicas que aqui darei nome.

Obrigada Antônia Rita e Maria Nilza, minhas avós, fundadoras da minha linhagem, construtoras dos alicerces familiares que nos unem. Figuras de complexidade, astúcia e resiliência. Ao meu avô, Antônio, pelo exemplo e carinho.

Obrigada Rita e Paulo, meus pais. Agradeço a minha mãe, que sempre me faz rir, me faz pensar positivo sem deixar de acreditar em mim. Ao meu pai, por me ouvir falar de história, política, feminismo, sem deixar de me apoiar quando for necessário. Agradeço a Isabela, minha irmã, por me forçar a escrever para que eu pudesse viajar. Ao meu irmão, Paulo Jr., pela validação que sempre me dá quando eu preciso. A minha tia Rejane, que tanto me inspira. Enfim, obrigada a minha família.

Muito obrigada a Gregório, pelo copo d'água, pelo chá, pela carona, pela revisão e leitura, me acompanhando no sufoco e no sossego.

Obrigada às pessoas que me empurraram na aventura do mestrado, motivando minha escrita quando foi necessário. Fico grata a Fábio e a Fellipe, pelas conversas pré-seleção. As cobranças de Ricardo, uma linha por vez; as ajudas de Andressa, no francês e nos desesperos; ao suporte de Kelma, pelo café, pelas revisões e por me emprestar seus alunos; as contribuições de Josena, pelos livros, conselhos e ideias; as vibrações de Ingrid, pela amizade constante; ao trabalho de Evelyn, pelo design; a Alessandro, pelas dúvidas tiradas e pela presença; a Vitória, pelos cuidados comigo; a Albérico, pelos livros e conversas; a Cândida, por me ouvir e me acolher; a Mariano, que sempre professou minha vitória; a Amanda, pela motivação e a Pablo, que me disse para só escrever e terminar.

Agradeço a minha orientadora, Adriana, por se manter ao meu lado e por acreditar na minha capacidade, confiando em mim em diversos momentos. Pelos livros emprestados e por embarcar no turbilhão do presente, posicionando-se em favor da pesquisa, do propagar dos estudos medievais e do ensino de História. Por me atender, me receber e me corrigir.

As minhas professoras: Mônica, por me ensinar a me posicionar; Elizabeth, por sua ajuda, influência e pelas contribuições a este trabalho na qualificação; Ana Livia, por me dar a primeira aula na graduação. Ainda, aos professores Marcelo, Henrique e Eloy, pela ternura do debate e por fazerem parte da minha formação. A todas e todos os professores do curso de História da UEMA, pelos ensinamentos, reflexões e exemplos. Obrigada a Flávia, pelos direcionamentos e por me dar café. Agradeço também as minhas colegas do mestrado, excelentes pesquisadoras e ótimas companhias, juntas apesar das angústias do tempo presente. À Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), que financiou esta pesquisa por meio de concessão de bolsa de estudo, custeando despesas básicas e necessárias para a manutenção da referida pesquisa.

Certa do esquecimento nominal de outras pessoas importantes, amigos, alunos e familiares, findo meu relato orgulhosa do que eu consegui fazer e de ter podido contar com tantos.

RESUMO

As mulheres sobrenaturais foram personagens recorrentes nas produções medievais (orais e escritas) e inspiraram diversas narrativas. A produção literária estava inserida no cenário da memória erudita e popular, de fundos míticos e pagãos. Uma dessas mulheres era Melusina, fada sobrenatural que promove prosperidade e descendência a partir do casamento com um mortal. Levando em consideração as versões do conto melusiniano existentes na Europa, este trabalho investiga a presença desse esquema feminino no *Livro de Linhagens do Conde d. Pedro* – nobiliário de Portugal de meados do século XIV. Dentro da lógica das linhagens, a união com o ser do Outro Mundo legitima poder e posses familiares, servindo a projetos políticos e ideológicos que constroem identidades e modelos de conduta. Através das duas fontes *A Dama Pé de Cabra*, ancestral mítica da família Haro da Biscaia, e da *Dona Marinha*, fada fundadora dos Marinho, analisamos as representações e usos das mulheres medievais sob a perspectiva de gênero. Considerando o papel da memória coletiva e do imaginário social do medievo, localizamos a inserção das narrativas míticas junto aos conflitos da Baixa Idade Média. Como resultado, temos como objetivo a produção de um material didático sobre as mulheres ‘sem nome’ da Idade Média, que discuta os usos da memória, as relações de gênero e a ‘descolonização’ do medievo, intitulado ‘*Damas e donas: as mulheres sobrenaturais na Idade Média*’.

Palavras-chave: Ensino de História, Gênero, Portugal Medieval.

ABSTRACT

Supernatural women were recurrent characters on medieval productions (oral and written) and inspired several narratives. The literary production was interlarded in a scenery of erudite and popular memory, of mythical and pagan backgrounds. One of these women was Melusine, a supernatural fairy that promotes prosperity and progeny through the marriage with a mortal. Taking the different versions of the melusinian tale existent in Europe into consideration, this work investigates the presence of this type of female schema in “*The book of lineages of count d. Pedro*” – a nobiliary book from Portugal of the mid XIV century. Within the logic of lineages, the union with a being from beyond legitimizes power and familial possessions, serving to political and ideological projects that build identities and role models. By way of the two sources *The Goat-Footed Lady*, the mythical ancestor of the Haro Family from Biscay, and of *Lady Marinha*, founding fairy of the Marinho Family, we are going to analyze the uses and representations of medieval women under the gender perspective. Considering the role of collective memory and of the medieval social imaginary, we place the insertion of mythical narratives in conjunction with the conflicts in the Late Middle Ages. As a result, we hold as our goal the production of a textbook about the ‘nameless’ women of the Middle Ages, which handles the uses of Memory, gender relations and the medieval ‘decolonization’, titled ‘*Dames and Ladies: supernatural women in the Middle Ages*’.

Keywords: History teaching, Gender, Medieval Portugal.

LISTA DE QUADROS

Nº	Referência	Fontes	Página
I	Características do Feminino e Masculino em A Dama do Pé de Cabra	A dama do Pé de Cabra – Título IX – <i>Livro de Linhagens do Conde D. Pedro</i>	95
II	Características do Feminino e Masculino em D. Marinha	A dona Marinha – Título LXXIII – <i>Livro de Linhagens do Conde D. Pedro</i>	96

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
LISTA DE QUADROS	9
INTRODUÇÃO	11
1. “MOLHER MUI FERMOZA”: AS MULHERES E AS LINHAGENS..	24
1.1. Os Livros de Linhagens portuguesas na Baixa Idade Média.	26
1.1.1. Contexto e produção dos nobiliários de Portugal	26
1.1.2. Os nobiliários na sociedade portuguesa: usos e funções.....	33
1.2. Genealogia e Gênero: breves apontamentos	42
1.2.1. A estruturação das linhagens em Portugal	42
1.2.2. As mulheres no <i>Livro de Linhagens do Conde D. Pedro</i>	46
1.2.3. A dama do Pé de Cabra e a família Haro da Biscaia	49
1.2.4. Dona Marinha e a família Marinho	54
1.2.5. Elementos da ideologia medieval.....	56
2. REPRESENTAÇÕES FEMININAS NOS CONTOS MELUSINIANOS	60
2.1. Melusina: emblema do estudo do feminino	61
2.2. As mulheres sobrenaturais no medievo: mitos, símbolos e o imaginário social	66
2.2.1. As fadas medievais e a natureza feminina	71
2.2.2. Os pactos, espaço e sociedade nas narrativas melusinianas.....	77
2.3. As damas de alta linhagem: esquemas melusinianos no nobiliário português	80
2.3.1. A dama Pé de Cabra: mulher de alta linhagem.....	82
2.3.2. Dona Marinha: as sereias e a mudez	89
2.4. Damas e donas: representação de modelos e subversões.....	94

3.	DEBATES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA MEDIEVAL: GÊNERO, DESCOLONIZAÇÃO E A PRODUÇÃO DE UM PARADIDÁTICO.	103
3.1.	A Idade Média vista do Brasil.....	104
3.1.1.	As versões da BNCC em perspectiva: o medievo em debate ..	108
3.2.	Os livros didáticos e o medievo: um breve parecer.	115
3.2.1.	História, Sociedade e Cidadania – Alfredo Boulos Júnior.....	117
3.2.2.	História: das cavernas ao terceiro milênio – Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota	120
3.2.3.	Reflexões e considerações: o livro didático e o ensino de Idade Média	122
3.2.4.	Estudos de gênero: do medievo à sala de aula.	125
3.3.	O paradidático “Damas e Donas: as mulheres sobrenaturais na Idade Média”.	130
	Considerações Finais	135
	REFERÊNCIAS	138

INTRODUÇÃO

A despeito dos grandes avanços ocorridos nos campos das ciências humanas – as mudanças de paradigmas, inovações conceituais, correntes de pensamento multiforme – as transformações não ascenderam sem resistência e questionamentos. A academia e os estudos humanos (*todas* as áreas de conhecimento) estão sofrendo forte desvalorização, baseadas em questionamentos anticientíficos. Não temos pretensões atuais de mapear os porquês desse movimento, mas como obra de seu contexto, essa pesquisa pretende em nível macro se posicionar frente à desvalorização do conhecimento acadêmico e do debate intelectual.

De que nos servem os estudos medievais nesse momento histórico atual? Algumas questões permeiam, no campo da reflexão, a escolha e a produção do tema aqui constituído, na esperança de uma contribuição aos estudos históricos, ao debate sobre equidade de gênero, ao ensino de História. Pois carregamos no fazer historiográfico aqui pretendido a vontade de *transformação* e *desenvolvimento* da consciência histórica, de emancipação dos sujeitos e mudança da realidade que se adicionam as tantas outras vantagens do estudo sobre o passado.

Na obra *As Mulheres e os Silêncios da História* a historiadora Michelle Perrot resumiu o papel de atuação das mulheres no teatro da memória como uma leve sombra (PERROT, 2005, p. 33). Esta visão coloca os historiadores (pois as historiadoras não eram incluídas nessa máxima) como guardiões do passado. Eles mantiveram vivos e intocáveis os feitos e nomes dos heróis, que refletiram em suas conquistas e valores a própria essência do Ocidente. Apesar de termos nos distanciados dessas noções, elas moldaram o pensamento historiográfico do passado e ditaram o modo como os acontecimentos e documentos históricos eram vistos na academia, nas escolas e no imaginário social. É importante que, ao estudar o passado, possamos entender de que modo a noção de *memória* e *história* eram usadas e como esses usos influenciaram as fontes diretas e indiretas que hoje possuímos.

Supondo que o estudo de História diz respeito aos registros de *homens e mulheres* no tempo, e que apenas parte desses homens pôde definir, documentar e pautar o que lembraríamos como grupo, como nos organizaríamos como sociedade e

como indivíduos, encontramos assim motivação de pesquisa e escrita para que uma das partes excluídas (pois sabemos ser impossível incluir a todas e a tudo) sejam também contempladas. E porque entendemos que essas construções, ligadas diretamente à realidade e ao currículo escolar, devem ser problematizadas para incluir as mulheres como parte da História, esse trabalho teve como objetivo a discussão das fontes primárias, bem como a produção de um material voltado para o ensino básico, contribuindo assim para uma ampliação na maneira de se ver a História.

Escolher por estudar as mulheres e as relações dos gêneros é um exercício de realização. Descobrimos que não conhecemos os nomes das mulheres nos documentos do passado, o que elas faziam ou gostavam, quais eram as suas características e feitos – com exceção de seus destinos de facilitadoras para o destino de outros homens. Como pesquisar sobre elas sem incluir os homens? Suas regras e visões sobre o feminino?

Uma das saídas é analisar naquelas fontes históricas as faltas, representações e símbolos que nos proporcionam reinterpretações, consciência e reflexão sobre o nosso presente. Como nos mostra Joan Scott (1989), a categoria gênero se mostrou construtiva para a análise histórica. Refletir a partir deste conceito nos provoca a debater não só as relações entre experiências masculinas e femininas no passado, mas as ligações entre o passado e as práticas históricas atuais, que tanto se inspiram no Ocidente Medieval e constantemente o revisitam (SCOTT, 1989, p. 5). Dessa forma, a utilização e discussão desse conceito não devem ser relegadas a um eixo temático, que é acessado em boxes de curiosidades ou diminuído frente a “outros temas”, mas deve ser apresentado como meio de entender as realidades históricas presentes em salas de aulas, livros didáticos e nos demais campos do saber humano.

Partimos da premissa, ainda atual, que a gramática da História Medieval ainda se baseia no olhar masculino e suas ações no tempo histórico. Lieve Troch (2013) atenta que umas das agendas para um novo futuro da Idade Média é a desestabilização das identidades hegemônicas, que passam também pela reconstrução de algumas imagens com energia “emancipatória”.

No entanto, a reflexão, em especial no campo da História, deve observar alguns cuidados metodológicos que devemos considerar. Guiada pela *questão do historiador* de Prost (2008), onde nosso presente formula questionamentos sobre o passado, acreditamos ser importante considerar a *questão da historiadora*, que enseja uma

mudança de paradigmas ao almejar respeito como profissional e como portadora e participante do passado humano. Dessa forma,

Se considerarmos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contra discurso, é inegável que uma profunda mutação vem se processando, também, na produção de conhecimento científico (RAGO, 1998, p. 24).

Corroborando a noção de Margareth Rago, pensamos na relevância da reflexão sobre as linguagens e formas de pesquisar o passado que temos acesso, dando forma às sombras das memórias femininas. Esses esforços são particularmente caros às teorias de descolonização do passado, pois consideram que as formas de leitura das sociedades humanas estiveram por muito tempo sob lentes eurocêntricas. Jeffrey Jerome Cohen (2000) ousou pensar em termos pós-coloniais dentro dos estudos antigos e medievais. Enquanto nos empenharmos para questionar as explicações unilaterais, homogêneas e modelos de desenvolvimento tradicionais aos estudos históricos (e aos currículos escolares) podemos gerar novos olhares sobre a Idade Média, período de tantas significações.

Para dissertar sobre a produção e reflexão do ensino de História Medieval no Brasil, escolhemos considerar a fonte medieval portuguesa *O Livro de Linhagens do Conde d. Pedro de Barcelos*, nobiliário do século XIV. Importante obra para a compreensão da nobreza, este livro expõe para além de listas de nomes e feitos um reflexo da sociedade da época. É possível encontrar personagens femininas, mulheres sobrenaturais, que permitem aferir sobre as representações de gênero e os usos das mitologias nas construções históricas. Por isso, as narrativas míticas d'*A Dama do Pé de Cabra* e *Dona Marinha*, presentes nessa fonte, são nosso foco de análise. Acreditamos que essa perspectiva enriquece as discussões sobre o passado medieval e contribui para o debate transformador em sala de aula por incluir os estudos de gênero e do imaginário da época.

A escolha das fontes foi um processo de reflexão iniciado desde a seleção do Mestrado, diante das críticas, conselhos e ponderações realizadas junto ao PPGHIST. Ao longo do primeiro ano de Mestrado, tivemos a oportunidade de amadurecer as

concepções sobre memória, ensino de História e sobre a produção de materiais didáticos para a sala de aula. As disciplinas cursadas nesses primeiros semestres do mestrado foram essenciais para a construção de nossa metodologia e planejamento da dissertação, pois houve a oportunidade de escrever artigos e apresentar trabalhos sobre gênero, memória e a inserção da História Medieval ibérica nos livros didáticos brasileiros. É importante ressaltar que esta pesquisa contou com uma de Bolsa Mestrado, financiada pela Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG-UEMA).

O contato com as discussões sobre a legislação e às questões referentes à educação brasileira nos auxiliou a escolher os problemas e objetos que pretendemos investigar e que achamos mais pertinentes levar às salas de aula. Citamos, especialmente, os debates recentes sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a presença/validade dos estudos em História Antiga e Medieval nas escolas.

A pesquisa aqui introduzida se iniciou durante a Graduação e iniciação científica no curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, finalizada em 2015. Os *contos melusinianos* vêm sendo, desde então, nosso objeto de análise. Percebemos a importância de questionar os modelos, símbolos e representações que moldaram a sociedade medieval.

Fazendo parte da linha de pesquisa *Memória e Saberes escolares*, nos dedicamos a leitura e discussão de obras sobre memória social, identidade, e em especial as abordagens históricas sobre os sujeitos e suas diversidades. Memória, portanto, é um conceito chave para a formação desse trabalho. O historiador Pierre Nora (1993) afirmou que ao apontarmos algo como memória, dela não estamos mais discutindo, mas sim algo que virou História. Essa afirmação se refere à constituição da ciência História e do saber historiográfico de nosso tempo. As seleções e disputas que acusamos os tempos passados de produzirem são reflexos de uma época presente que também busca coesão de narrativas, racionalizadas. Como saberíamos dizer o que deve ou não ser lembrado? Qual o crivo que utilizamos? Assim, a memória desaparece em detrimento da História. Ao internalizar esse processo como indivíduos, fragmentou-se a narrativa única sobre o passado e os objetos de investigação e lembrança.

Mas, ao definir a morte da memória, permitimos a ideia de que as sociedades antigas mantinham um modelo 'ideal' de memória, coletiva e oral, e que não era afetada pelas disputas de sua época. Embora concordemos que as identidades múltiplas da modernidade, junto do pensamento científico, tenham modificado o modo como

lembramos e registramos o passado, rejeitamos a noção ‘simplificada’ da memória no passado longínquo. Por virem a nós como narrativas (modificadas pelo passar do tempo) aparentemente unas, não podemos excluir a condição humana das representações simbólicas e míticas, e por isso passíveis de conflitos. Da mesma forma, a memória vem sendo utilizada como categoria de análise para as pesquisas sobre conflitos contemporâneos, da ‘História do tempo presente’. Por isso, acreditamos que, como conceitua Nora

A memória é viva, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9)

Sendo viva, a memória está sujeita também a disputas e manipulações e por isso, levamos em consideração as obras de Michael Pollack (1992) e Elizabeth Jelín (2002), que partem da premissa da seleção e modificação intencional das memórias, que podem ser opressoras e ‘enquadrar’ lugares, grupos, identidades. Igualmente importante são as relações da memória com a História. Não é comum ouvirmos a associação entre ‘história’ e ‘verdade’. Livros, filmes, canais do *Youtube*, entre outras mídias, procuram mostrar o ‘que realmente aconteceu’ no passado – revelando informações que ‘os historiadores escondem!’. Ou a compreensão de que a experiência de alguém que viveu ‘naquele tempo’ é mais confiável que o entendimento geral sobre um momento histórico. É certo que historiadores e historiadoras não possuem exclusividade sobre os fatos e a análise histórica. Assim como a Memória, a História pertence aos indivíduos e aos grupos que dela fazem uso, todos e todas somos agentes históricos.

Por compreender os *Livros de Linhagens* enquanto ferramentas de transmissão da memória social da nobreza consideramos, de acordo com Peter Burke, que “as memórias são influenciadas pela organização social de transmissão e os diferentes meios de comunicação empregados” (BURKE, 2006, p. 73). A organização social pode ser percebida nos livros de linhagens quando caracterizam os grupos sociais e o contexto em que foram produzidos, mas também nos informam sobre as relações sociais entre os gêneros e os modelos de conduta esperados naquele ambiente social.

O fenômeno histórico de utilizar personagens míticas para validações reais, em especial mulheres, não é raro. Dos exemplos medievais até *Ana Jansen*, uma mulher

com preponderância política no Maranhão do século XIX², é possível debater os usos e disputas de memórias relacionadas ao feminino que as legitimam ou não. Mas, o que isso significou para as mulheres medievais? É possível medir tal fato? Ou ainda, como essas representações ainda são sentidas pelos diversos grupos de mulheres do presente? Qual o impacto desses relatos no presente? Essas narrativas por vezes se dispersam na realidade, seja nos púlpitos das igrejas ou no Congresso, nas salas de aulas ou nas caixas de comentários das redes sociais, afinal em nossa sociedade há modelos de conduta e performance esperados aos gêneros.

Junto do desenvolvimento das pesquisas e da escrita das mulheres na História, alavancado pelas mudanças de paradigmas provenientes das décadas de 60 e 70 do século XX (afirmação da História das Mentalidades, os movimentos pelos direitos civis e individuais) surgiram diversos questionamentos à visão histórica tradicional e ao papel relegado àquelas e àqueles à margem da sociedade. Como lidar com aquela metade da humanidade que antes fora esquecida do narrar histórico? Deve-se manter a periodização, da História econômica e social que veem o mundo em termos de declínio, crescimento e regressão?

Christiane Klapisch-Zuber (1990) questiona se, ao continuarmos a incluir apenas as funções reprodutoras e a família, - temas que em prontamente as mulheres são incluídas -, saberíamos medir as consequências de um desenvolvimento ou declínio da mesma maneira, para ambos os gêneros? Esse é um problema especialmente interessante nessa pesquisa, pois a fonte medieval aqui trabalhada constitui em seu conteúdo a representação das mulheres no âmbito das famílias da nobreza.

Partimos do princípio que nascer homem ou mulher, em uma dada sociedade, não corresponde a um fato biológico neutro e inerte. A divisão social dos sexos, e suas relações, não são fundadas na natureza, embora essa mesma natureza seja um discurso divisório dos sexos, erigido a partir de um sistema ideológico. Consideramos o sistema de gênero, conforme diz Elizabeth Jelín (2002), envolvendo formas predominantes de divisão sexual do trabalho, a diferenciação de espaços e esferas sociais (esfera pública

² Nascida Ana Joaquina de Castro Jansen Albuquerque, Donana foi uma mulher maranhense de grande fortuna e influência política. Durante o século XIX conquistou grande poder político, econômico e grandes inimigos. Sua posição proeminente, assim como uma vida pessoal fora dos 'padrões normativos de sua época', criaram uma imagem idealizada e até mesmo lendária que lhe atribuiu (até os dias atuais) maldades e violências dignas de mitos. Sua audácia e presença pública fizeram desta mulher uma figura enigmática da cultura do Maranhão, sendo a sua biografia um importante exemplo das relações de gênero no Brasil Oitocentista. (ABRANTES, 2011).

visível e privada invisível), relações de poder e distinção hierárquicas, implicando quotas diferenciadas de reconhecimento, prestígio e legitimidade, bem como, relações de poder dentro de cada gênero (raça, orientação sexual, classe etc.) (JELÍN, 2002, p. 100).

Questionar as fontes medievais e o modo como as mulheres aparecem, escrevem ou são retratadas constitui um desafio na medida em que, como expectadores do presente, observamos o passado por lentes contemporâneas. Os termos que usamos como grupo para fazer juízo sobre o passado não serão neutros, e, portanto, revisitar as fontes tradicionais é um exercício importante. O filtro masculino dos tempos antigos e medievais dessas obras “transmite às mulheres modelos ideais e regras de comportamento que elas não estão em condições de contestar” (KLAPISCH- ZUBER, 1990, p. 16), sendo o *Livro de Linhagens* do Conde d. Pedro de Barcelos, escrito no século XIV, nosso exemplo.

Mais do que o filtro masculino, é necessário que consideremos as outras tensões presentes nas sociedades medievais que nos debruçamos. Enquanto tempo múltiplo e de longa duração o medievo abarcou diversas culturas, imaginários, organizações sociais e políticas e claro, religiosidades. Ao estudarmos os *contos melusianos*, padrões narrativos de fundo mítico e pagão, encaramos os diferentes níveis simbólicos do imaginário medieval, repleto de maravilhas e representações.

O maravilhoso, relacionado ao sobrenatural, contrapõe as vivências cotidianas e assim, suas temáticas são uma realidade ‘ao contrário’: abundância alimentar, liberdade sexual, ócio, mulheres poderosas. Essa funcionalidade também deu poder para que o maravilhoso representasse uma poderosa ideologia contra o cristianismo, isto é, aquele do cânone oficial que tentou destruir e regulamentar as demais manifestações culturais e religiosas durante a Idade Média.

Em geral a reação ao maravilhoso, na Alta Idade Média, do século V ao século XI, foi de maior rejeição, até repressão. A Igreja preocupava-se em modificar, dar novo significado, ou até extinguir os aspectos mais perigosos do paganismo, que tinha grande apelo na sociedade. Nos séculos XII e XIII, o contrário ocorre, e o maravilhoso parece irromper nos temas de estudos intelectuais e é claro, na literatura e cultura em geral. Em suas primeiras décadas ocorreu “[...] a intensificação das mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais levou a fixação, literária e iconográfica, de um número de relatos míticos que até então circulavam apenas oralmente.” (FRANCO JR, 1996, p. 21)

Dentre essas, as canções de gesta, os trovadores e a literatura de entretenimento das cortes, crescentes a partir dos séculos XI e XII, são produzidas em língua vulgar, concebidas em torno dos principados regionais, onde aparecem os primeiros contos maravilhosos de fadas medievais – mulheres sobrenaturais (MORÁS, 1999, p. 229).

Esse fenômeno é analisado a partir de duas frentes de explicação: a da reação folclórica, que vê nessa valorização uma espécie de oposição por parte de uma faixa social (aristocracia) contra a cultura clerical e que tem no maravilhoso importante aliado; e a conivência da própria Igreja, que já não teria motivos fortes para repreender uma cultura já “domesticada” durante a primeira metade da época medieval. Nos séculos XII e XIII, determina-se uma terceira fase baseada na interpretação da literatura corrente, que desenvolveu a partir do maravilhoso.

Le Goff identifica um certo acolhimento do folclore introduzido na cultura clerical, através de estratégias que procuravam assimilar cultos ou dispor do local de igrejas e oratórios onde haveria previamente um teor sagrado e até resgatar as mesmas funções a santos locais. Formas de adaptação que favoreciam a evangelização de certos grupos relutantes. Podemos incluir as cerimônias, a própria linguagem, como meios de catequização inevitáveis. Isso não excluía o banimento e combate a um folclore, principalmente se este representava ameaça aos meios de dominação da Igreja. É interessante ressaltar a diferença entre o folclore e o mito; o primeiro torna-se, como exposto, uma cultura de contestação, de parte da sociedade, que através de raízes históricas se manteve ligada a ela, mas ultrapassada pelos demais campos, ao contrário da mitologia que é teoricamente aceita por toda a sociedade.

A cultura folclórica tem bases míticas, mas é modificada pela oralidade e pelo tempo de transmissão. Podemos considerar como estratégias as práticas de obliteração (isto é, a sobreposição de temas) e a desnaturação, que consistia na mudança de significados dos temas folclóricos. No entanto,

[...] Essa herança obriga um esforço, para aceitá-la, para modificá-la ou para rejeitá-la, quer a nível coletivo quer a nível individual. [...] Pois o cristianismo se expande por mundos que trazem como patrimônio culturas diversas, antigas, ricas e o maravilhoso, mais que outros elementos da cultura e da mentalidade, pertence exatamente aos estratos antigos (LE GOFF, 1983, p. 19).

Essas interações foram perceptíveis no modo como moldaram o pensamento ocidental, seja através da concepção maniqueísta do mundo, a evolução do tempo escatológico e, é claro, a percepção sobre a culpa feminina. Nem sempre as ações partiram de uma oposição consciente, mas vinda de uma interpretação errada da cultura alheia, do não entendimento da simbologia e dos conceitos do Outro. Um exemplo são as representações negativas de deuses, símbolos e ações através de uma redução de bem e mal. Essa cristianização de temas por vezes foi realizada apenas na superfície, sendo possível identificar que enredo e principais elementos mantiveram-se os mesmos – como as ações e funções dos personagens, como foi percebido por pesquisadores como Vladimir Propp (*Morphology of the folk tale*, 1968). O método de análise que trabalha com as variantes e constantes dos contos folclóricos influenciou outras pesquisas sobre o tema:

O simbólico expõe as relações entre as diversas culturas, espaços e grupos sociais pelos quais a narrativa transita; é justamente ele que permite à narrativa, sem perder o fio condutor, libertar-se das amarras do real para aventurar-se, em liberdade, pelos caminhos do imaginário (AMADO, 1995, p. 134).

A utilização desses elementos como forma de pressão ideológica e de construção de identidade por parte dos grupos aristocráticos em um certo momento histórico da Idade Média parece ser um dos principais motivos descritos pelos historiadores para compreender como as relações na sociedade medieval se delimitavam. Essa explicação vem do desejo de compreender como funcionava a utilização do maravilhoso, do sobrenatural e do simbólico nesse meio. Podemos identificar, portanto, dois tipos de enquadramentos por parte da lente cristã (perceptível nos contos que temos acesso) e na utilização desses como relatos de linhagens.

A Reforma Gregoriana³, no século XII, será identificada pelos medievalistas como marco inicial do fenômeno de reação folclórica. Esse conceito explica a tentativa

³Movimento criado pela Igreja Católica no século XII que visou o fortalecimento do papado. Tendo como maior protagonista o papa Gregório VII (1075-1083), passou-se a rejeitar a interferência dos leigos em assuntos eclesiásticos, como por exemplo, a escolha do papa ou de bispos por senhores feudais e/ou pelo Imperador. Ao mesmo tempo a Igreja como instituição procurou uma maior espiritualização, estabelecendo o celibato como obrigatório a partir de então a todos os clérigos e a proibição da simonia. (venda de cargos eclesiásticos). No caso do Portugal medieval, o clérigo, sobretudo o pároco, deveria ser um separado, distinguindo-se de todos, pelos trajes, costumes, comportamento e instrução. Para Mattoso, as autoridades eclesiásticas acreditavam que essa diferenciação era necessária para que não se

por parte da aristocracia de forjar uma identidade cultural que a diferenciase da organização clerical, que se estruturou de forma mais organizada depois dessa reforma eclesiástica. O medievalista Marc Bloch define a reforma eclesiástica como o movimento fundador do catolicismo latino, que afirmava a originalidade e a supremacia da missão espiritual dos clérigos (BLOCH, 2016, p. 122).

Dessa forma, os leigos foram buscar na cultura pré-cristã, uma reserva cultural já existente, a valorização cultural que permitiria fazê-los únicos e ‘especiais’ e que fosse independente da cultura clerical (não como contracultura, mas como uma cultura diferente). É nesse sentido que Le Goff (1994), discutindo acerca da utilização do sobrenatural e qual a sua origem ‘cultural’ (erudita, cristão, pagã?) pensa em “laicização do sobrenatural”.

A laicização do sobrenatural funciona no contexto político contra as regulamentações da Reforma Gregoriana no século XII, e como balança ‘ecumenizante’ em favor das demais culturas e formas em que o maravilhoso se manifesta. O sincretismo, o qual nos ajuda a compreender a coexistência destes fatores no mundo medieval, nesse caso se entende a partir do conceito de C. Revière que o coloca como um “processo contra-acumulativo implicando manipulação de mitos, empréstimo de ritos, associação de símbolos, às vezes inversão semântica e reinterpretação da mensagem crística” (REVIÈRE *apud* FRANCO JR, 1996, p. 51). Isso está exposto em oposição ao modelo de aculturação, que implicaria um planejamento e um propósito que não é percebido nos contextos medievais estudados.

Esse trabalho de enquadramento de memória teria recebimento na sociedade medieval no nível espiritual e psicológico? “As reputações individuais e, mais ainda, familiares, de linhagem e dinásticas são construídas com fortes doses de maravilhoso” (LE GOFF, 1994, p.24). Para a sociedade medieval as disputas territoriais e econômicas baseavam-se não só a nível material, mas também através do imaginário e da representação, conceitos que se relacionam com o ideológico.

Portanto, as fontes medievais como os *Livros de Linhagens* são mais do que dados sobre as relações entre rei e nobreza ibéricos em meados dos séculos XIII e XIV. São, na verdade, catalizadores das questões culturais, políticas e ideológicas sobre o

transformassem em um instrumento das religiões populares, a quem estavam suscetíveis. (MATTOSO, 1988, p. 394)

período. Acima disso, são oportunidades de incluir a História das Mulheres nos debates históricos e sociais.

Como estudantes brasileiros (as) de História Medieval questionamos como a pesquisa e o ensino voltados para essa área podem contribuir para a problematização de nossa vivência histórica como indivíduos e coletividade. Esta vivência é religiosa, cultural (manifestações sincréticas, cultura pop e literária), socioeconômica (hierarquização social, aspectos econômicos e políticos das Igrejas) e transparecem elementos palpáveis em nossa memória coletiva.

Apresentaremos, nessa dissertação, a seguinte divisão de capítulos:

No primeiro capítulo, “*Molher mui fermosa: as mulheres e as linhagens*”, situamos contextualmente a produção de nossa fonte na Baixa Idade Média. Os Livros de Linhagens foram fontes particulares à região ibérica, em forma e importância, e estão intimamente ligados aos processos históricos que levaram a formação social do fim do século XIV e resultaram na Revolução de Avis (1383-1385). Introduzimos o autor do 3º nobiliário, o conde Pedro Afonso, o duque de Barcelos, considerando a organização do projeto político-ideológico por trás de sua obra. Ao conceituarmos os tipos e as funções dos nobiliários, passamos a compreender melhor sobre as mudanças ocorridas no seio do grupo nobre quanto aos usos das genealogias e as formas de transmissão patrimonial das famílias medievais.

Esses elementos são essenciais para que entendamos as relações entre homens e mulheres da elite medieval, visto que a estruturação de casamentos, alianças e demais relacionamentos sociais eram baseados em princípios específicos. O imaginário social será uma das ferramentas utilizadas por esses grupos para legitimar ou destituir as identidades familiares. Realçamos, assim, os dois objetos de nossa análise: as narrativas de linhagem das famílias Haro e Marinho, considerando as questões políticas e contextuais de suas presenças na documentação.

Nosso segundo capítulo, *Representações femininas nos contos melusinianos*, tem como objetivo aprofundar a descrição e análise dos dois contos maravilhosos. Para tal, apresentamos as principais abordagens que pavimentaram os estudos sobre *Melusina*. Enquanto personificação de um modelo mítico, essa fada sobrenatural da prosperidade apareceu em diversas lendas e locais na Idade Média, adaptada aos contextos regionais e mesclada às culturas locais. Fazemos uma breve análise dos

símbolos e modelos com quais as mulheres sobrenaturais são caracterizadas: os pactos, os espaços e a natureza mágica de que fazem parte.

Por fim, descortinamos nesse capítulo uma análise textual e históricas das representações femininas e masculinas encontradas nas duas narrativas míticas de tema melusiniano de Portugal. Verificamos as semelhanças desses textos aos padrões que caracterizam os contos, comparando *A Dama do Pé de Cabra* e *Dona Marinha* e considerando a ambivalência dos sentidos dados as personagens femininas nas histórias.

Para analisar essas versões, escolhemos trabalhar com as categorias *imaginário social* e *símbolos*, considerando a teoria de Bronislaw Baczko, debatida com as ideias de José d'Assunção Barros, Carlos Serbenna, Aron Gurevitch e Le Goff. A partir do inventário construído pelo medievalista Jacques Le Goff, procuramos delimitar os aspectos do maravilhoso envolvidos nas representações femininas: natureza, animais, pactos e monstros. Contamos ainda com José Mattoso, Ciro Flamarion Cardoso, Pedro Picoito, Irene Freire Nunes, entre outros estudos, para analisar com maior profundidade as narrativas míticas e as personagens míticas e históricas envolvidas

Enfim, no terceiro e último capítulo de nossa dissertação, *Debates sobre o ensino de História Medieval: gênero, descolonização e a produção de um paradidático*, acentuamos o debate acerca do ensino de História e as relações de nossa pesquisa com as questões curriculares e educacionais. Primeiramente, apontamos um breve histórico dos estudos medievais no Brasil. Os modos de estudar e ensinar sobre o medievo são postos à prova pelos debates recentes da criação e implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Abordamos também um debate sobre os materiais didáticos de História e para isso, utilizamos dois títulos que integram o PNLD (Plano Nacional do Livro Didático) ainda vigente no Brasil e presente nas escolas públicas e particulares do país. Temos como intuito verificar os temas retratados pelos livros didáticos, materiais de maior alcance enquanto fontes de estudo. Esses debates têm como objetivo pensar as possibilidades de descolonização dos temas relacionados ao medievo, e o fortalecimento da consciência histórica. Uma parte importante dessa equação são os estudos de gênero, e por isso exploramos as condições e vantagens da inclusão desses no ensino de História.

Ainda, relatamos a produção e discussão do paradidático *Damas e donas: as mulheres sobrenaturais na Idade Média*, produto referente as propostas do Mestrado

Profissional da Universidade Estadual do Maranhão. Voltado para os (as) estudantes do ensino básico, Ensino Médio, o paradidático apresenta o tema dos *contos melusinianos* e as narrativas de linhagens portuguesas com a intenção de inserir um pouco da História das Mulheres e de Portugal Medieval as escolas maranhenses.

Consideramos que a realização deste trabalho colabora com a pesquisa e o ensino de História porque possui a proposta de trazer um tema – a História de Gênero – e uma fonte incomum (o *Livro de Linhagens do Conde d. Pedro* e as narrativas melusianas) para as escolas. Nosso objetivo com o produto é proporcionar a diversificação nas aulas de Idade Média, tornando-as mais próximas do cotidiano dos alunos, principalmente com o uso de narrativas literárias e de imagens, nas quais as mulheres aparecem realizando diversos papéis sociais. Além disso, a análise das representações femininas em fontes medievais portuguesas contribui para a reflexão sobre as relações de gênero e a presença das mulheres na História.

1. “MOLHER MUI FERMOZA”: AS MULHERES E AS LINHAGENS

Muitas são as possibilidades de interpretação e análise de documentos históricos medievais, tão extensos e detalhados, como os *Livros de Linhagens* portugueses. Caracterizados como nobiliários, um tipo de lista genealógica com dados sobre as famílias mais nobres de uma região, ganharam, em Portugal, aspectos narrativos híbridos. Podemos encontrar em suas páginas diversos conteúdos: relatos míticos, registros com pretensão histórica, anedotas, episódios de memória familiar, os *exempla* e os textos de cunho moral (BARROS, 2011, p. 75). No reino luso houve a produção de três conservados, que analisaremos mais adiante: *o Livro Velho*, *o Livro do Deão* e *o Livro de Linhagens do Conde d. Pedro* ou *Nobiliário do Conde d. Pedro*.

Encarando seu conteúdo, registro de um tempo distante e tão diferente do presente, é possível saber sobre os grupos da nobreza da região ibérica que ali foram descritos. Nas escrituras genealógicas, tão importantes em seu contexto, encontramos as listas de casamentos e prole. Casamentos com mulheres reais, as vezes nominadas, as vezes desconhecidas. Encontramos também casamentos de homens mortais com mulheres sobrenaturais, que formam pactos, alicerçam as linhagens e geram descendentes históricos.

É dado dentro desse cenário a presença de híbridos interessantes. A hibridez das narrativas: ora listas genealógicas ora narrativas maravilhosas. A das personagens sobrenaturais, monstros e fadas perfeitas. A hibridez das uniões, divinas e sobrenaturais. E a da dualidade das representações femininas e dos serviços a elas confiados na documentação medieval portuguesa.

As relações entre sagrado e profano, entre erudito e popular, a mistura de híbridos, e os diferentes gêneros artísticos e literários desenvolvidos em imagens verbais e visuais, foram particularmente consumidos pelas audiências da elite. Para Michael Camille (2019), a cultura medieval não deve ser traduzida apenas em termos binários e de simples oposição, visto que as análises das fontes iconográficas e documentais demonstram uma preferência pelas intenções de ambiguidade. Deveras

complexo e instigante, o exemplo identificado como *conto melusiniano*⁴ é utilizado duas vezes na mesma fonte, sob a égide de duas famílias nobres diferentes, cada um adaptado ao contexto familiar que lhe fez uso.

Como tal fenômeno foi realizável? Perante a visão embaçada do presente sobre o passado, as contradições e misturas da cultura medieval podem parecer paradoxais. As lacunas sentidas no tempo e nas narrativas tornaram-se assim importantes elementos de debate no século XX e ensejaram o desenvolvimento e a pesquisa histórica, cada vez mais relevante no mundo contemporâneo. De certo as visões sobre a Idade Média continuam a influenciar os produtos do presente, inclusive sendo centro da disputa de memórias distintas: a existência das mulheres no registro do passado e os seus papéis sociais; a representação das origens nacionais e culturais de dada região; de ‘tradições’ trazidas além-mar e até sobre a validade de conhecer e ensinar sobre o medieval.

Desta forma, o relato da esposa sobrenatural e fundadora de linhagens converge para questões importantes sobre a cultura medieval, as representações de gênero e as disputas políticas ibéricas.

Difundiram-se na Baixa Idade Média, escritas em português, as crônicas e nobiliários, expressando funções legitimadoras e estratégias discursivas. Elas acentuaram as referências de poder e a perpetuação dos grupos sociais envolvidos, o rei e a nobreza. Os nobiliários expressavam a cultura aristocrática e genealógica, listando os feitos selecionados para a posterioridade e memória do reino. O *Nobiliário do conde d. Pedro de Barcelos* é uma das fontes mais completas de seu tipo e registra diversos relatos, dentre eles contos maravilhosos que mitificam personagens históricos, e que também deram *status* histórico a personagens lendárias (SARAIVA, 1998; MOCELIM, 2007). Os primeiros exemplos de genealogias que se têm notícias são de origem celta ou germânica, e provavelmente derivam de um gênero oral de cultivo da memória dos antepassados familiares.

Esse fenômeno não é exclusivo do Ocidente europeu, diversas sociedades históricas pautadas na oralidade, mantiveram esta tradição, como é o caso de vários

⁴ O esquema narrativo dos ‘contos melusinianos’ pode ser resumido da seguinte forma: “Uma mulher muito bonita, de aparência nobre e com uma aura de perfeição sobrenatural, é encontrada em uma floresta por um homem nobre, mortal, que se apaixona. Ela está próxima da água, isto é, algum poço, lago, córrego, fonte etc. E canta, encantadoramente. A figura o seduz e promete casar-se com o desconhecido, isto com a condição de um interdito. Ele promete cumpri-lo. E inevitavelmente, depois de algum tempo felizes, de uma descendência gerada e a linhagem ter aumentado em poder e riqueza, a mesma proibição é desobedecida, e com a mesma proporção, tudo é perdido” (MUNIZ, 2015, p. 16).

reinos africanos antigos, por exemplo. No entanto, a especificidade do caso ibérico foi justamente a diversidade de informações, que continha elementos de registro genealógico mesclado a outros tipos de conteúdo, usados em diferentes estratégias de manipulação das linhagens (SIQUEIRA, 2011, p. 90).

Considerando a possibilidade discursiva das narrativas míticas *A Dama do Pé de Cabra* e *A Dona Marinha* presentes no *Livro de Linhagens do Conde d. Pedro*, este capítulo pretende debater de que modo a formação das linhagens nobres se apropriaram das mulheres sobrenaturais, no contexto ibérico no século XIV. Pretendemos estabelecer como as disputas ideológicas e as relações de gênero se fazem presentes na referida documentação. Para tal, traçaremos um breve panorama contextual sobre a fonte e sobre as mulheres no Livro de Linhagens, apresentando aspectos sobre as famílias Haro e Marinho.

1.1. Os Livros de Linhagens portugueses na Baixa Idade Média.

A existência de mulheres sobrenaturais, poderosas e anônimas, introduzidas na memória familiar da nobreza ibérica atendeu a demandas específicas do contexto medieval dos séculos XIII ao XV. O aparecimento de narrativas semelhantes em momentos anteriores e posteriores da Idade Média constituem verdadeiro fenômeno de investigação sobre o poder da literatura nas construções políticas e sociais de uma comunidade. Ainda, podem corroborar ou corromper as expectativas de gênero e papéis sociais que buscamos identificar em um dado tempo histórico. Como lidar com a coexistência de temas míticos com descrições e listas que se pretendem registros de um grupo ou região?

1.1.1. Contexto e produção dos nobiliários de Portugal

Um fator crucial para compreender essa dinâmica é o contexto de formação/transformação da nobreza portuguesa, grupo contemplado nos nobiliários. O reino de Portugal, formado a partir do reino de Castela, teve papel de destaque durante a Reconquista, que disputava o território da Península Ibérica com os colonizadores muçumanos, inimigos dos cristãos. Desde o século XII os reis portugueses tentavam

garantir a autonomia portuguesa na região, processo iniciado com Afonso Henriques (1139-1185) e que conferiu autoridade do rei frente à nobreza (ZIERER, 2003, p. 13).

No século XIII, durante contexto de guerra civil houve a deposição de D. Sancho II (1245), o que iniciou certa dispersão de poderes e a conseqüente perturbação de equilíbrio político, como nos mostra a tese de Paulo Accorsi Jr. (2018). A noção de guerra civil, da tradicional generalização historiográfica, transmite o desenrolar da participação das cidades e de personagens diversos, o que por um lado proporcionou o fortalecimento de uma consciência dentro da nobreza. Por outro lado, se traduzia diferente dos senhorios locais tradicionais anteriores, que demonstravam modelos de “sociabilidade econômica, política e social” distinta, centrados no “autoconsumo, profundamente assente em laços de dependência pessoal” e que a partir desse momento se viu obrigada a conviver com grupos sociais distintos (ACCORSI JR., 2018, p. 27).

Vemos assim o formar de uma crise de estruturas da senhoria feudal no século XIV, que possibilitaram a reestruturação do pensamento familiar e político. A nobreza, saudosista de seus direitos e tradições, fechara-se em senhorios opulentos, exaltando as grandes linhagens do passado. “O último quarto do século XIV é realmente uma época de mutações para a composição, a mentalidade, os recursos materiais e a força política da nobreza” (MATTOSO, 1987, p. 15). Desta forma, José Mattoso traduz o panorama que exemplifica as disputas das narrativas entre grupos familiares e entre eles e a realeza.

Esse quadro tem relação com a progressão da percepção que os nobres tinham de si mesmos, de forma que durante o período de 1210 até o fim do século XIII ocorre a estabilização das estruturas nobiliárquicas. O modelo de desenvolvimento e ampliação desses poderes envolvia a política social das guerras endêmicas, e a falta de renovação das forças produtivas propiciaram poucas formas de manter poder e riqueza. Para o historiador português Luís Krus (2011), um dos pontos para entender as transformações do período é a progressiva generalização social do tempo dos mercadores, que aos poucos vai ganhando aderência do poder régio – o que conduzirá a conflitos reais e simbólicos a partir de “tentativas de apropriação política do passado” (KRUS, 2011, p. 28). Embora as divisões internas estivessem mudando, a divisão social em três grandes ordens não foi totalmente redefinida.

A difusão da escrita e a crescente laicização do pensamento, e a própria formação dos estados nacionais são resultados da mutação, fruto das diferentes

vivências do tempo, de modo que se viu uma ‘revolução cultural’ na Idade Média (KRUS, 2011, p. 31). Parte da população descobriu uma maior liberdade, principalmente aqueles urbanos, para movimentar-se ou escolher sua profissão. A centralização régia aproximou os estratos superiores da burguesia aos grupos aristocráticos, o que levou a uma renovação de seus quadros.

Parte das estratégias familiares vieram por meio de ações da nobreza que visavam remediar as perdas e a precariedade das relações sociais em um período de crises, epidemias, perdas agrícolas e mudanças políticas. Para Accorsi Jr., isso ocorreu por meio de “disputas privadas interfamiliares e entre instituições, o saque e a pilhagem, tanto entre os que se encaixam na estrutura social, quanto os que nela não se integram; guerra interna, mas também a opção pela guerra externa contra o elemento mouro” (ACCORSI JR, 2018, p. 29). Outra estratégia foi a disputa travada no campo simbólico, que tem como instrumento as genealogias.

A “anarquia social” que relaciona as guerras civis do século XIII e a guerra que opõe as facções insatisfeitas no reinado de D. Dinis é o contexto de compilação e produção do terceiro Livro de Linhagens, um dos documentos mais completos sobre a nobreza medieval.

O reinado de D. Dinis (1279-1325) aprofundou a centralização régia iniciada com seu pai, Afonso III (1248-1279). D. Dinis se mostrou contrário à expansão dos privilégios tanto do clero quanto da nobreza e a partir da década de 1280 até 1311 realizou várias inquirições, buscando controlar os abusos senhoriais. O rei também empreendeu medidas para o controle da administração central, justiça e fiscalidade e criou no reino a universidade. Nos estatutos da Universidade, de 1309, aparece o seu pensamento: o rei é o senhor dos senhores, responsável por governar o reino e o bem-estar de seus súditos, e é o responsável pela paz e pela justiça (SANTOS, 2010, p. 258).

No seu reinado, D. Dinis enfrentou a guerra civil de 1319-1324, uma revolta senhorial. Os nobres, insatisfeitos com as inquirições se uniram ao seu primogênito, o infante D. Afonso⁵, na esperança de recuperar a sua importância e o seu poder. A guerra foi finalizada em 1324, com intermediação da rainha Isabel, mãe do infante e do conde D. Pedro. No entanto, ao se tornar rei, Afonso IV continuou as inquirições, bem como

⁵ O infante D. Afonso empreende a guerra contra o pai por temer a preferência de D. Dinis pelo bastardo Afonso Sanches e o medo de que fosse preterido da sucessão ao trono. A guerra terminou com o acordo de paz quando Afonso Sanches é obrigado a sair do reino. Mais tarde, quando já era rei, Afonso IV exerceu a vingança contra os seus irmãos bastardos que apoiaram o pai na guerra civil, chegando a condenar a morte seu outro irmão, João Afonso, acusado de traidor.

as ações centralizadoras, como por exemplo a criação dos juízes de fora e a proibição da realização das vinganças privadas (*vindictas* e *revindictas*), privilégio da nobreza, reservando a si a exclusividade sobre a justiça e a capacidade de resolver os conflitos entre os fidalgos (VASCONCELOS E SOUSA, 2015, p. 79).

O seu governo se caracteriza pela elaboração de leis e pelo aumento no número de profissionais da justiça e administração régia. “A ambição da realeza era a de se impor como uma autoridade hegemónica, superior a todas as outras autoridades de direito ou de facto” (VASCONCELOS E SOUSA, 2015, p. 78). Afonso IV buscava a legitimação do seu poder na doutrina cristã, no direito canônico e no direito romano. Procurou impor aos nobres e clero que a noção de que a aplicação da justiça régia era benéfica para todo o reino. Outro elemento importante do seu reinado foi a Batalha do Salado em 1340, contra os muçulmanos, na qual portugueses e castelhanos lutaram juntos.

No seu reinado houve também a eclosão da Peste Negra, a partir de 1348. Num documento provavelmente de 1349, o rei buscou estabelecer o cultivo das terras abandonadas e fixar os salários (VASCONCELOS E SOUSA, 2015, p. 77). Afonso IV ficou conhecido como o *Bravo*, pelo seu papel na Batalha do Salado e como rei *legislador*, pela sua preocupação com a elaboração de leis para fortalecimento do poder régio.

O Livro do Infante do Pedro foi produzido no contexto pós-guerra civil entre o infante D. Afonso e o rei D. Dinis, como uma forma de afirmação da nobreza. O autor da obra, o conde Pedro Afonso, Conde de Barcelos⁶, filho bastardo do rei D. Dinis, descreve suas intenções no prólogo do nobiliário em um texto que conclama a ação a partir de um projeto de união peninsular, de construção de identidade frente aos desequilíbrios que se instauravam. Mas que texto é esse?

⁶O conde de Barcelos, Pedro Afonso, foi influenciado por questões pessoais na produção de sua obra. Ele era filho bastardo de D. Dinis, rei que deu sequência a um processo de centralização, que ascendeu ao trono em 1279. Durante seu reinado realizou políticas que usavam da jurisdição régia para regulamentar a nobreza e seus bens, a qual protestava contra a centralização real, culminando em uma Guerra Civil (1319-1324), que colocou a nobreza do lado do Infante Afonso, filho de D. Dinis. Como irmão do rei Afonso IV, o conde D. Pedro estava preocupado em acentuar a ancestralidade da monarquia portuguesa, colocando o monarca como elemento organizador da sociedade, mas que deveria levar em conta a importância da nobreza e seu papel de colaboradora nos feitos da monarquia, como não o fez seu pai D. Dinis, ao desprezar os valores juramentados da vassalagem. Além de tudo, o conde era também membro da nobreza, e pretendia justificá-la junto à monarquia. O bom relacionamento entre rei e nobreza era necessário para o bem comum do reino (MUNIZ, 2015, p. 52).

As fontes genealógicas portuguesas fazem parte de um modelo literário bastante popular na região ibérica, específico e singular. As três grandes obras conhecidas são extensas e ricas em detalhes e personagens, pretendendo registrar o conjunto da nobreza nacional. Além de listas secas de nomes e datas, veiculam também narrativas. Representam uma fonte histórica importante por pretender catalogar a nobreza como um conjunto. Ao passo que a cultura genealógica na Europa vai diminuindo no final da Idade Média, esse gênero literário peninsular se expandiu no contexto histórico que expomos.

As personagens míticas fundadoras das linhagens tinham como origem o ciclo troiano, carolíngio e bretão – extraídos da memória pagã e enquadrados em temas familiares. Esse esquema se propaga num lento processo, que aos poucos também é incorporado pelas cortes condaís e senhoriais buscando contraponto a centralização real, como já apontado brevemente.

São conhecidas atualmente três grandes obras genealógicas: *O Livro Velho de Linhagens*, *o Livro de Linhagens do Deão* e *o Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. O primeiro foi composto por um monge de Santo Tirso, por volta de 1270-1285. Pretendia expor a ascendência da principal nobreza do país, associando a cinco linhagens principais.

A segunda obra, copiada em 1343, trata-se um resumo da obra anterior, que foi parcialmente perdida, e tinha a mesma pretensão do *Livro Velho*, embora tenha ampliado os personagens inseridos. *O Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* e *o Livro de Deão* foram compilados durante o reinado português de D. Afonso IV (1325-1357); as informações sobre o terceiro livro são mais precisas. O conde d. Pedro também é autor da obra *Crónica Geral da Espanha*, de 1344, réplica ampliada da *Primera Crónica Geral*.

Caracterizado como uma obra longa e escrita em galego-português, o 3º Livro de Linhagens expande o número de personagens inseridos. Possui 83 títulos, 776 famílias e 4.738 nomes são listados, reunindo as gerações e os matrimônios que as unem⁷. Na segunda parte, descreve não só as famílias portuguesas (incluindo as consagradas pelos livros anteriores), mas também as galegas, castelhanas e biscaínas, abrangendo a

⁷Em sua reconstituição linhagística são citadas esposas, mulheres, barregãs, filhas, filhos, filhos segundos, legítimos e bastardos, a nobreza diretamente vinculada à realeza, ou seja, a nobreza de corte, mas também a nobreza senhorial, ricos-homens, infanções, cavaleiros, escudeiros, trovadores, jograis, leigos, clérigos, monges, santos, aspirantes à mártir, mouros, pecadores (muitos), homens bons, heróis de vários tipos, traidores vassallos e reis traidores, e até mesmo gente desconhecida. (SOUZA, 2018, p. 29)

maioria da aristocracia portuguesa. Ou seja, ampliou-se também o critério de inclusão nobiliárquica, “[...] não é uma genealogia de uma família; ao contrário, propõe-se ser “a” genealogia de todas as famílias nobres da Península Ibérica” (SOUZA, 2018, p. 52).

Escrito entre na década de 1340, teve seu momento de recolha de materiais, seguido de uma segunda redação (a que dispomos atualmente) e posteriormente, entre 1360 e 1383, refundições e ampliações. É uma obra bastante longa, ocupando grande parte do folio *Portugaliae Monumenta Historica*, e que se diferencia dos outros livros por sua abrangência e fontes; segundo José Mattoso (1980) uma das influências do terceiro livro foi a versão navarra do *Liber Regum*, o *Libro de las generaciones* e outras crônicas universais.

No *Livro de Linhagens do Conde d. Pedro*, que tem como alvo as amizades entre os nobres fidalgos da Espanha, almejando uma unidade da nobreza peninsular, as primeiras genealogias narradas são as das casas reais do passado (míticos e históricos) e os patriarcas bíblicos, que atestam a associação ao universo cristão. A narrativa do passado de Portugal relaciona o monarca e as famílias mais importantes do reino a personagens históricos e lendários, recolhidos a partir de outras obras anteriores assim como a matéria da Bretanha, da França, a matéria romana e bíblica.

Quanto à caracterização desse tipo de fonte, há algumas discordâncias sobre a tipologia a que pertencem. Para Antônio José Saraiva (1998, p. 153) não constituem obra historiográfica nem cronística, por não terem informações cronológicas. Saraiva ressalta a importância desse tipo de relatos para a manutenção de poderes e outros bens. Por outro lado, José D’Assunção Barros (2008), concebe-o como gênero literário híbrido por mesclar elementos narrativos e genealógicos. Concordamos com essa concepção e partiremos da premissa da hibridez textual em nossa análise.

O que caracteriza essa mistura? O fato de que no texto linhagístico narrativas míticas coexistem com fatos de documentação com pretensões historiográficas. Não somente, a variedade dos relatos também abarca diferentes temas religiosos, fundacionais, moralizantes, anedóticos, lendários. O conde de D. Pedro afirma que teve de consultar várias fontes para compor sua obra: “*porém eu, comde Dom Pedro, filho de muy noble Rey Dom Denis, ouve de catar por gram trabalho por muitas terras escripturas que fallavam dos linhagees*⁸”. Havia uma confluência de fontes

⁸Prólogo. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Ed. Crítica de José Mattoso, et el. *Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo Post Christum Usque ad Quintumdecimum*. Lisboa: 1980, v.I/II

provenientes tanto das produções escritas anteriores como as advindas da oralidade. Este material foi então editado e montado por seu autor de acordo com as intenções elencadas por ele no prólogo do livro.

Corroborando as opiniões de algumas importantes pesquisas sobre o nobiliário, como a de Adriana Mocelim (2007), Pedro Picoito (1998) e Paulo Accorsi Jr. (2018), identifica-se um projeto político-ideológico que eleva qualquer interpretação de ‘mera’ listagem familiar. As intenções narrativas contavam com um “enorme capital de prestígio coletivo e, portanto, uma fonte de legitimidade suscetível de evidentes utilizações políticas” (PICOITO, 1998, p.143). O “capital simbólico” que marca a instrumentalização das genealogias servia a sociedade nobre senhorial, pressionada pelos processos de urbanização, “reenquadramento social” e mudanças econômicas.

Luís Krus (2011) percebe, no entanto, um projeto ambíguo por não apresentar ruptura significativa com a tradição anterior, enquanto responsabiliza os polos - rei e nobreza- de suas funções sociais. As relações entre esses dois grupos são parte importante das disputas presentes no livro. O processo de centralização régia, culminado no fortalecimento das casas reais portuguesas no início do século XV, ameaça as prerrogativas da nobreza senhorial. Torna-se necessário, segundo José Mattoso (1987), organizar apoios adaptados as novas demandas econômicas e, portanto, novas regras de sucessão e limitação dos poderes dentro das linhagens passam a surgir.

Para Paulo Accorsi Jr (2018) é possível comparar o terceiro nobiliário, o do Conde D. Pedro, com as crônicas das *Prosas de Avis*, posteriores ao Livro de Linhagens, mas que igualmente se baseiam em códigos que concebem favores e serviços prestados como privilégios. O embate político travado através das narrativas literárias agiria, assim, no plano da imaginação político-social. As compilações do nobiliário do conde D. Pedro feitas no século XV, encomendadas por famílias nobres, seriam uma forma de contraponto ao proposto nos textos de Avis, como visões de mundo opostas ao projeto político pós revolução.

Segundo Accorsi, os primeiros textos de Avis seriam uma resposta à organização social contida nos textos genealógicos, embora os dois tipos compartilhem ideais em comum, como aqueles da hierarquia e a assimetria entre as partes, que devem ser respeitadas. Já nos textos elaborados a partir da ascensão de D. João I ao poder em finais do século XIV, há uma ampla produção de crônicas e manuais de comportamento onde se prega a ideia de que a nobreza deve estar submetida ao rei.

1.1.2. Os nobiliários na sociedade portuguesa: usos e funções

De que modo documentos dessa natureza poderiam agir dentro da sociedade medieval? Como o gênero da genealogia se fortaleceu em Portugal? Um ponto importante de reflexão é a relevância da organização familiar, enquanto grupo, e as dinâmicas de transformação desse grupo ante as condições históricas. Uma das primeiras formas de listagem encontradas em Portugal eram as listas dos servos que pertenciam a certas famílias, e que indicavam sua ascendência de modo a comprovar a ‘origem’ (MATTOSO, 1987, p. 46).

Em meados do século XIII as primeiras genealogias independentes começaram a surgir, quando logo mais seriam organizados os primeiros livros de linhagens. Diferente da genealogia símil europeia que decaía nesse gênero, o estilo literário ganhava força em Portugal. Esse fator difere de outras sociedades meridionais que estavam sintonizadas à cultura romana, que não era conhecida pela tradição linhagística. Elas pretendiam deixar registrado a superioridade das hierarquias e direitos dos conjuntos de indivíduos que reclamavam o pertencimento a dada família.

Uma de suas principais funções sociais era a de reconstrução da memória familiar, principalmente no seio da nobreza feudal (BARROS, 2008, p. 160). Os nobiliários buscavam atender uma necessidade social da vida pública, na medida em que regiam a vida das pessoas através da observação de suas genealogias e do grau de parentesco. Como era característico do medievo, as tradições orais de narrar o passado eram conservadas no seio familiar, junto aos saberes práticos e as crenças antigas. A memória da nobreza, no entanto, enquanto narrativa de linhagens foi expandida para além dos nomes e patrimônios, abarcando vinganças, proezas e alianças com grupos ou *peessoas* (mesmo que sobrenaturais) de prestígio.

A transmissão do valor e da legitimidade dos grupos era feita pelos laços de sangue. Os eventos narrados dentro dessa lógica são sentidos como consanguíneos, ainda que tenham acontecido em tempos imemoriais. Por meio dessa disposição mental, são incluídos os nomes dos pais, filhos e filhas, os casamentos, alianças e outros relacionamentos legítimos ou não feitos dentro do seio familiar.

A utilidade de conhecer seus ancestrais funcionava para evitar casamentos incestuosos ou para definir direitos fundamentais da sociedade feudal (OLIVEIRA,

2008, p.173). Essa característica elevava a importância de ter seu nome registrado, os livros de linhagens eram verdadeiros instrumentos de inserção, ou mesmo de exclusão social. Ainda, as disputas entre famílias rivais, ou a amizade entre casas relacionadas, eram herdadas como qualquer bem material ou brasão.

Parte desses usos é identificada a partir da própria fonte, que diferente dos demais livros traz uma nova concepção de nobreza, alargando as fronteiras territoriais e políticas. No prólogo, o duque de Barcelos conclama sua intenção de ‘amor’ e ‘amizade’ entre os grupos de Portugal e a nobreza castelhana. Segundo Maria do Rosário Ferreira (2012) essa noção se traduz não somente no pragmatismo como também nas necessidades éticas lidas no texto, que são similares as noções de solidariedade familiar⁹.

O objetivo central exposto no prólogo pelo Conde D. Pedro seria aproximar as casas das famílias ibéricas com os fidalgos da Espanha, mostrando uma concepção pan-hispânica que buscava unidade da nobreza peninsular. “*Compuge este livro por gaanhar o seu amor e por meter amor e amizade antre os nobres fidalgos da Espanha*” (LL, v. I p. 55). Acima de tudo, ‘amor’ e ‘amizade’ estão relacionados aos ideais vassálicos, intrincadas inclusive no enredo das narrativas anexadas às histórias das linhagens portuguesas. Considerando o contexto das perturbações sociais ocorridas no século XIII, dentre as quais as disputas entre rei, clero e nobreza, as vinganças e disputas privadas, a deposição de reis e os processos centralizadores, o conde dispõe de sua obra de modo a advogar pela convivência entre esses grupos.

Para além dessa intenção, o autor expõe as justificativas da obra considerando:

- 1) A necessidade de criar a ‘consciência da linhagem’, de demarcar posição da nobreza frente à realeza;
- 2) A pretensão aristotélica de ensinar e difundir uma ética, ao mesmo tempo em que se pretende habilitar o leitor-nobre a respeitar o modo de vida e os padrões (*exempla*);
- 3) Proporcionar uma auto representação a cada indivíduo pertencente à nobreza;
- 4) Cobrar dos reis o reconhecimento dos feitos nobres;
- 5) A aceitação dos padrões eclesiásticos de interdito e incesto;
- 6) Reconhecer a solidariedade entre a nobreza e o clero.

⁹ [...] Procurava justificar ideologicamente a fixação da hierarquia, edificando uma teoria da solidariedade de classe, necessariamente decorrente do parentesco: os nobres não se deviam combater mutuamente, mas auxiliarem-se uns aos outros: os mais altos deviam proteger os inferiores, e estes servir fielmente os mais poderosos. Esta teoria é claramente expressa no prefácio e tem como tema o <amor>. (MATTOSO, 1992, p. 314)

A hierarquização dentro do grupo familiar e entre as casas nobres foi fenômeno chave para essa consolidação de novas estruturas. Conforme nos informa Bernardo Vasconcelos e Sousa (2013), os componentes nucleares de identificação da nobreza e que contribuem para a edificação da memória das famílias são a antroponímia (nome da família), a Heráldica, os monumentos tumulares e os nobiliários. Para o autor

A evocação de heróis fundadores ou de antepassados ilustres, as narrativas sobre certas personagens e os seus feitos reais ou lendários, a fixação de referências associadas a essa memória – desde logo, o já referido nome de família, mas também a ligação clara e diretamente assumida de transmissão perene de um patrimônio material ou simbólico constituem alguns dos mais importantes fatores que deram corpo às tradições nobiliárquicas e que sobressaem nos Livros de Linhagens (VASCONCELOS E SOUSA, 2013, p. 46).

Ou seja, os projetos políticos e as funções sociais tornam o Livro de Linhagens uma das reações da nobreza às mudanças na sociedade. Não podemos esquecer que, ao longo de toda a Idade Média as genealogias modificaram-se constantemente, em forma e função. Essa tradição andou lado a lado com as transmissões das memórias dos povos.

A evolução da memória, principalmente da forma que visualizamos no período medieval, como explica Jacques Le Goff (1994), se estabelece junto ao desenvolvimento de um tipo específico de monumento: o documento escrito. Os modos do lembrar social passaram por transformações importantes durante o medievo. A tradição das crônicas e das genealogias do século XIV e XV modificam as dinâmicas do registro do passado, em língua vernácula, interessadas nos feitos e na glória das linhagens formadoras do reino.

A urbanização caminha próxima do aumento da utilização da escrita, seja através da construção lapidar e modificação do espaço, do registro do tempo (calendários), do mapear das distâncias e das instituições-memória: museus, bibliotecas e arquivos. Esses processos são novamente fortalecidos nos séculos finais na Idade Média e o crescimento das cidades e as transformações políticas e sociais são os cenários do fortalecimento das genealogias e crônicas em Portugal.

As funcionalidades da construção da identidade aristocrática, de exclusão e inserção social que dispõe discurso genealógico e o narrativo, são interpolados de diferentes formas: acontecimentos históricos, narrativas lendárias, anedotas

depreciativas ou laudatórias, narrativas didáticas e moralistas, ou ainda os casos de refundição em que são acrescentados comentários ou novos detalhes. As origens dos conteúdos dos Livros de Linhagens eram diversas, algumas, independentes deste, circulavam oralmente narradas por trovadores ou jograis.

A escolha do uso das *escripturas* para legitimar uma obra, em uma sociedade pautada pela oralidade, na qual mesmo a maioria dos nobres era iletrada e somente clérigos ou poetas da alta nobreza tinha acesso à leitura e escrita, por si só atestam seu prestígio, considerando que sua produção foi dirigida para um grupo social específico. Jean Batany (2017) diz que para além das origens e influências, devemos atentar para o recebimento desses textos, a forma como eram lidos e apreciados – apoiados na oralidade e na memória.

Esses elementos possuem relação importante com o mundo medieval e com a crescente relevância das memórias resultantes das relações sociais na Idade Média, embora a memória coletiva derivada do monopólio cristão sob o discurso intelectual tenha, através de movimentos intencionais e por vezes sincréticos, “silenciado” uma memória popular de que quase não temos acesso. Mesmo assim, a discussão sobre as relações entre a cultura erudita *versus* a popular serve à problematização da memória medieval, de múltipla significância em seu contexto histórico. A primeira, de elite, letrada e em sua maioria, originada do interior de mosteiros e púlpitos cristãos, que a transmitiam formalmente, foi eclesiástica e conservadora.

A cultura popular, considerada “bárbara”, se baseava nos mitos e lendas pagãos, e era primordialmente oral, transmitida através de dialetos vernaculares, sendo utilizada através de vários exemplos históricos como forma de resistência política e cultural, como veremos posteriormente. “Ela expressava a mentalidade de forma mais direta, com menos intermediações, com menos regras preestabelecidas. Ideologicamente, ela se inclinava a recusar os valores e práticas oficiais” (FRANCO JR, 2001, p. 139).

A massa camponesa representava um grupo de pressão cultural que preocupava eruditos cristãos durante toda Idade Média, embora seja detectável momentos de maior repressão por parte da Igreja contra os discursos e ações que ameaçavam sua unidade, e de maior afrouxamento na vigilância e ataque contra costumes e aspectos laicos (LE GOFF, 1980, p. 209). Ainda assim a memória do paganismo continuava viva e atuante na Europa cristã, sendo integrada no cotidiano e na literatura, inclusive nas histórias de linhagens, que tinham caráter político:

De bom grado ou de mau grado, eles acabaram por “cristianizar” as figuras divinas e os mitos “pagãos” que resistiram à extirpação. Muitos deuses ou heróis matadores de dragões transformaram-se em S. Jorge; os deuses da tempestade foram convertidos em S. Elias; as inúmeras deusas da fertilidade foram assemelhadas à Virgem ou às santas. Pode-se mesmo dizer que uma parte da religião popular sobreviveu, camuflada ou transformada, nas festas dos calendários e no culto dos Santos. A Igreja teve de lutar por mais dez séculos contra o contínuo afluxo de elementos “pagãos” nas práticas e lendas cristãs. (ELÍADE, 1972, p. 148)

Isto porque o debate entre erudito e popular está interligado à distinção medieval de clérigos e leigos, fator que pautou a sociedade e sua dinâmica. É importante ressaltar que esses dois polos opostos não eram impermeáveis uns aos outros, um exemplo disso é a origem laica dos indivíduos que adentravam a vida eclesiástica. Jean-Claude Schmitt (2017) vê nessas conexões uma complementaridade de funções (através dos intercâmbios de bens materiais e espirituais) que fez desse sistema um eficiente e durável modo de organização social. Contudo, destacamos que as relações não foram as mesmas durante todo o período medieval e o modo como a Instituição Cristã lidou com a sociedade laica também variou.

Jean Batany (2017) nos chama a atenção para a complexidade da sociedade medieval para além da divisão elaborada pela historiografia tradicional. Para o autor, o debate entre oral/popular e escrito/erudito foi por muito tempo malconduzido por “preconceitos ideológicos” (BATANY, 2017, p. 435). Dessa forma, é problemático buscar, nos exemplos discutidos, identidades culturais imóveis, assim como precisar em muitos casos a figura de uma autoria por trás de certas fontes medievais.

Não obstante, com o passar do tempo e do aumento de documentos escritos, dos séculos XII ao XIV, a palavra ainda pautava mais confiança. “A arte da memória é como uma escrita interior” (YATES, 2007, p. 23). Os textos tinham, pois, “valor secundário em relação à memória, às falas, aos cantos, aos objetos simbólicos” (BATANY, 2017, p. 436). É justamente com a inserção desses símbolos que nos preocupamos, pois é também no campo simbólico que se promoveram as disputas políticas no medievo.

Igualmente, a memória feudal e genealógica foram importantes instrumentos de registro e legitimação de poderes, sendo as cartas e arquivos régios valorizados como

constatação do domínio de terras e direitos. As formas elementares de historiografia, contavam com o trabalho de clérigos e livreiros de lembrar e confiar nos registros escritos por outros que vieram antes. Por manterem o monopólio da escrita por grande parte da Idade Média, produziam sob o patrocínio de um senhorio as primeiras versões em texto das genealogias familiares (como o primeiro Livro de Linhagens português).

Assim como nos ritos religiosos, a memória laica dependia da repetição, de cerimônias, de atos públicos e rituais tradicionais que utilizavam a mnemônica para estruturar o passado e a linhagem (GEARY, 2017, p. 198). Diz Patrick Geary,

Sem que possamos falar de civilização puramente oral, as tradições genealógicas, as canções de gesta e os recenseamentos de terras e heranças eram conservados e transmitidos dentro de estruturas que, ao mesmo tempo, facilitavam e limitavam sua reprodução. (GEARY, 2017, p. 198)

Aqueles que têm o poder de decidir a inserção das linhagens em registros, de definir o perfil do grupo social e caracterizá-lo detêm as prerrogativas para tal. O que caracteriza esse grupo social? José Mattoso define a nobreza pelo exercício dessas prerrogativas senhoriais, que eram controladas por aqueles que tinham poder econômico e militar, além das relações e favores do nobre com o rei (MATTOSO, 1987, p. 21).

Na falta desses meios, podiam contar com o patrimônio simbólico herdado e “executando gestos e ritos próprios dos que detêm poder e tentando assim penetrar no seu currículo ou evitar sair dele quando perde a posse de bens suficientes” (MATTOSO, 1987, p. 22). Um exemplo contundente dessa execução será a estratégia realizada pela família Lara, que tinha pretensões no senhorio da Biscaia, em Castela, sendo beneficiada pelo relacionamento explícito com os Haro e com a conseqüente origem sobrenatural daquela família.

Uma prerrogativa de poder essencial é o próprio potencial discursivo dos livros, que como objeto em si, se inserem em “uma complexa rede de micropoderes” (BARROS, 2008, p. 91), visto que são associados a um contexto literário e linguístico, vertendo os discursos em conflito, disponíveis ou não para quem entende os seus códigos. A leitura, a posse e o acesso a esses livros representam verdadeiro prestígio.

Enquanto instrumentos da memória social, as narrativas genealógicas portuguesas foram comparadas às *sagas* islandesas, em que o enredo gira em torno do universo familiar do clã e dos vínculos desse com o exterior. Defendendo essa relação

Paulo Accorsi Jr. (2018, p. 75) aponta para a figura central fundadora das linhagens, que aproxima as gerações e manifesta o poder daquele clã. O universo é constituído a partir da família e do modo como ela interpreta o mundo em códigos do clã, dos vínculos e relacionamentos e das descendências geradas.

Ainda, o prestígio e tradição dos antepassados (históricos e míticos) são repassados às gerações presentes, em constante renovação e ressignificação. As tradições orais são pautadas pela repetição, mas também pelo dinamismo de sua constante transformação e aperfeiçoamento. Considerar esse parâmetro da memória é essencial para entender as utilizações ‘estranhas’ a cultura cristã/portuguesa advindas das tradições pagãs e estrangeiras. Muito dessa discussão condiz com o debate acerca da cultura da Idade Média, das ‘contradições’ percebidas através da ótica do presente.

Para Alberti, as práticas de conservação e atualização correspondem a um constante processo de negociação; não podemos assim acessar uma tradição em ‘estado bruto’. As narrativas históricas são influenciadas pela tradição oral, que por sua vez possuem dimensão política e aspectos conflitantes. (ALBERTI, 2006, p. 25.) Esse aspecto foi especialmente importante na Idade Média, visto que a convivência e os conflitos com culturas diversas acabaram por formar o sincretismo próprio da cultura medieval.

Sobre a memória social, entende-se a partir da definição do historiador Peter Burke, “[...] como uma forma útil e simplificada que resume o complexo processo de seleção e interpretação em uma forma simples, e enfatiza a homologia entre os meios pelos quais se registra e se recorda o passado” (BURKE, 2006, p. 72). Os Livros de Linhagens são condutores de parte dessas memórias, enquanto representação da diacronia das linhagens do passado e sincronia dos grupos que as utilizam em sua dimensão mais política.

Na sociedade medieval, herdeira e produto das tradições da Antiguidade, as narrativas míticas continuam a possuir espaço importante na organização da sociedade, ainda que fundamentem de forma diferente as relações entre os grupos sociais. Encontramos no texto do terceiro Livro de Linhagens uma narrativa com temporalidade circular, que se inicia e finda a cada geração, a cada união conjugal (ilegítima ou legítima), mas que remete a tempos imemoriais, aos personagens bíblicos e aos reis da Antiguidade e ainda, a figuras importantes na história da Europa. Uma temporalidade

híbrida, que pretende unir um grupo, dando-lhes uma história e uma descendência em comum.

Ao discutir o modo de transmissão da memória, Peter Burke (2006) fala em ‘esquemas’, a tendência de representar um determinado fato ou personagem a partir de outro, o que parece bastante comum para os usos “alienantes” da mitologia. Essa passa a ser alienadora quando deixa de desempenhar seu papel original e é utilizada para outros fins, ou seja, quando passa a ser reinterpretada. Considerando essa premissa identificamos nas personagens *A dama do Pé de Cabra* e *Dona Marinha*, mulheres sobrenaturais do imaginário medieval, esquemas narrativos que foram alienados a serviço dos conflitos e das relações de gênero da época.

Para Burke, a utilização de certos esquemas não necessariamente explica a repetição de indivíduos ou temas essencialmente especiais. Por certo representam melhor os trabalhos de ‘enquadramento’, que assimilam certas temáticas e estereótipos humanos, a partir do repertório disponível na memória social de uma cultura (BURKE, 2006, p. 80). Esse enquadramento só pode ser entendido junto das dinâmicas sociais e das relações entre os gêneros no medievo, visto que são os esquemas de mulheres sobrenaturais os utilizados pela nobreza e pelo o autor do Livro de Linhagens. Logo, é necessário considerar esses ‘esquemas narrativos’ relacionados aos contextos de utilização e aos personagens históricos envolvidos.

Conforme exposto, a repetição do esquema melusiniano realizada nas narrativas das famílias Haro e Marinho é compreensível ante um aspecto macro de hierarquização e construção das identidades coletivas da nobreza de modo a sobrepor simbolicamente quaisquer perdas concretas de poder. Junto ao projeto do conde d. Pedro, os relatos recolhidos aproximam as famílias do reino e organizam suas relações, considerando as diferentes origens dos grupos registrados.

Sob a perspectiva da memória familiar como fenômeno coletivo, as narrativas de linhagem se aglutinam nos nobiliários em razão de uma ideologia que pretende catalogar o grupo da nobreza como um todo, visando delimitar os limites simbólicos e políticos de lados sociais regente na sociedade portuguesa do século XIV. Esse relacionamento estava sujeito às modificações dos movimentos históricos que transformaram as fronteiras socioculturais, e culminaram em mudanças internas e externas (características da Baixa Idade Média).

Michel Pollack (1992) considera que a construção da identidade, individual e coletiva, procura na memória uma forma de construção de continuidade, credibilidade e coerência que pode ser opressora. Assim, não podemos excluir que “[...] memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo” (POLLACK, 1992, p. 5). O movimento de utilização das esposas sobrenaturais corresponde a suavização de relações ambíguas, dentre elas a relação entre os gêneros na sociedade medieval.

Ainda que o autor esteja centrado nas disputas políticas e identitárias da contemporaneidade, percebemos que a memória, em especial a política, pode ser lida de forma semelhante no contexto medieval: “Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é” (POLLACK, 1992, p. 8). Ele introduz, assim, a ideia de enquadramento de memória, que resultaria desse processo consciente de fabricação das narrativas em disputa e que terminam por fundar os documentos que temos acesso.

Para conceber a manipulação das memórias pelos atores sociais, Elizabeth Jelín (2002) cunha o termo ‘trabalhos da memória’ – que seria estudar os processos e os envolvidos no trabalho de construção e formalização. Seriam dois os tipos de memórias envolvidos nesse tipo de operação: *Memória literal* (revelar os acontecidos, rever causas e consequências) e a *memória exemplar* (extrair do passado as lições que se convertem em princípios de ação para o presente).

Este trabalho é de autoria dos ‘empreendedores da memória’, que seriam os grupos e/ou sujeitos encarregados de elaborar uma versão aceita socialmente, ou que entrará em conflito com a visão oficial. Junto ao conceito de ‘lugares’ (e aqui inserimos as comemorações e rituais), os ‘empreendedores’ fazem parte do conjunto de variantes sociais que aparecem no decorrer dos processos históricos e constroem a visão vigente sobre o passado, sempre em disputa com alguma outra (JELÍN, 2002, p. 50).

De que modo podemos conceber o empreendimento da memória das esposas sobrenaturais? Resta considerar como as mulheres estão contempladas no livro de linhagens e de que modo se organizaram as linhagens familiares de que fizeram parte as mulheres medievais.

1.2. Genealogia e Gênero: breves apontamentos

1.2.1. A estruturação das linhagens em Portugal

No processo de análise das narrativas míticas presentes no livro de linhagens é possível encontrar relatos familiares e esquemas míticos que, aos moldes da memória exemplar, extraem princípios de ações políticas e ideológicas, baseados na premissa da fundação das linhagens resultadas de uma união entre o mundo dos homens e o sobrenatural. Antes que se passe ao debate sobre esses textos, é necessário que postulamos algumas considerações sobre os registros sobre o feminino no nobiliário como um todo. Uma dúvida se sobrepõe: como se relacionam a reestruturação da nobreza e as relações entre os gêneros dentro da dinâmica das linhagens?

A forma e as circunstâncias do modo de transmissão patrimonial da nobreza portuguesa foram amplamente discutidas pelos medievalistas. Essa discussão foi particularmente importante dentro dos estudos feministas acerca da mulher na Idade Média. Uma das perturbações sociais enumeradas pelos medievalistas que incutiram a renovação e transformação da nobreza de Portugal foi a questão em torno do direito sucessório relativo ao patrimônio familiar e a solidificação das linhagens.

As genealogias, seguindo modelo adotado pelos príncipes, surgiram como forma de manter a categoria social das linhagens e assegurar a integridade de seus patrimônios familiares (MOCELIM, 2007, p.53). As mudanças dentro das linhagens senhoriais também visavam sanar o fenômeno da dispersão patrimonial, que como prática destinava parte da riqueza familiar a cada filho e filha. Nesse sentido, para garantir a predominância dos grupos, foi instituída a preferência hierárquica do primogênito varão, excluindo as herdeiras femininas e consolidando o poder patrimonial a partir da sucessão nobiliária.

Assim como definiu José Mattoso, a passagem da estrutura cognática (bilinear e horizontal) onde se dividia a heranças por todos os filhos e filhas (considerando a consanguinidade de parentes do lado materno e paterno) para a estrutura agnática (unilinear e vertical), que de modo mais rígido primava pela transmissão do patrimônio ao filho mais velho foi uma mudança importante nas relações de poder e para as linhagens ao longo da Idade Média (MATTOSO, 1992, p. 247).

Mattoso constitui assim uma interpretação bastante aceita da mudança gradual das dinâmicas de estruturas familiares a partir do século XI, o que teria fundado as

linhagens e organizado a sobreposição dos ramos primários aos secundários. Dessa forma, a dissolução do patrimônio estaria resolvida pelo fortalecimento da primogenitura e da varonia. Essa mudança afetou as regras matrimoniais, que passaram a serem sucessórias. Na obra *A nobreza medieval portuguesa – família e poder*, o autor explica as consequências dessa mudança para os filhos segundos e as filhas, que passam a ter *status* inferiorizado.

O medievalista português mede que os recursos femininos dentro das linhagens (sob o sistema agnático) eram menos variados. Se não participassem de casamentos vantajosos às alianças do clã, lhes restavam as opções do celibato na casa paterna ou em um mosteiro feminino (houve aumento de fundações femininas sobre a regra de São Bento durante o século XII e outras ordens nos séculos seguintes) (MATTOSO, 1987, p. 208). Essa discussão se relaciona com a condição das mulheres dentro dos grupos familiares, em especial o acesso a divisão do espólio e sucessão dos indivíduos de acordo com o gênero e a ordem de nascimento, e que reduziram assim o espaço de ação e poder das mulheres nobres.

A interpretação do historiador José Augusto Pizarro (2011) sobre a tese de Mattoso infere que embora esta concepção seja sedutora, foi influenciada pela construção feita a partir de realidades da sociedade francesa, notadamente o trabalho de Georges Duby, que estariam desadequadas à realidade da nobreza portuguesa e castelhana. Pizarro advoga a tese que a adoção do sistema linhagístico tenha acontecido tardiamente em Portugal, em especial a partir da instituição do *morgadio*¹⁰. Apenas em meados do século XIII a reestruturação familiar começa a provocar a concentração do patrimônio familiar nas mãos do primogênito, de modo que nos séculos XIV e XV a organização das linhagens ganha mais força. A feitura do livro de linhagens estaria inclusa nesse contexto de afirmação das famílias nobres ibéricas, assim como instrumento de construção dessas identidades.

A difusão do termo *linhagens* é particularmente tardia nos textos literários portugueses, o que para Pizarro é associado a “se ter mantido uma estrutura de parentesco com características cognáticas e bilineares, fruto, possivelmente, da manutenção da transmissão hereditária do patrimônio” (SOTTOMAYOR-PIZARRO,

¹⁰ O morgadio foi uma forma de propriedade vinculada, transmitida na maior parte dos casos ao filho varão e primogênito. Na instituição jurídica desse tipo de propriedade estavam explícitas as regras de sucessão, encargos e informações familiares a transmitir e preservar, além de objetivos implícitos, tradições e memórias linhagísticas. São características essenciais do morgadio a indivisibilidade, inalienabilidade, encargos perpétuos e ordem de sucessão (ESTEVES, 2008, p. 18).

2011, p. 29). Para Pizarro, a organização familiar durante esse período não era tão estrita ou monolítica, de modo que as dinâmicas internas de um grupo poderiam se flexibilizar conforme a necessidade.

Corroborando com essa linha de pensamento, Bernardo Vasconcelos e Souza (2013) vê na dispersão do patrimônio da nobreza, que vigorou até meados do século XIV, umas das razões de sua fragilidade econômica e política. Na falta de um representante no seio da família, o indivíduo teria destaque por via de matrimônios, de cargos e bons favores reais, dos lugares de chefia nas ordens militares ou dentro da hierarquia eclesiástica.

A divisão da herança paterna para todos os descendentes, sejam homens ou mulheres, casados ou solteiros, teria diluído o poderio familiar e inviabilizado a constituição das *casas* nobiliárquicas, fortalecidas no fim do século XIV e durante o século XV (VASCONCELOS E SOUSA, 2013, p. 51). Para Diane Owen Hughes, que definiu esta mudança como ‘ideologia patrilinear de descendência da linha masculina’, este reduziu os papéis das esposas dentro das linhagens, de modo a inviabilizá-las. Ou seja, as mudanças estruturais dentro das linhagens não só modificaram as formas de sucessão patrimonial, como também as relações entre os gêneros e seus papéis. Sabemos que o acesso e a autonomia financeira são um importante fator para medir a independência de uma pessoa ou grupo:

Concebida para preservar a riqueza e a posição social das famílias, limitando direitos sobre os seus recursos, a organização patrilinear tornou a esposa uma estranha, diferenciando-a em termos linhagísticos não só do seu marido mas também, num certo sentido, dos filhos que deu à luz para ele e para a sua linhagem (HUGHES, 1990, p. 190).

A instituição do *morgadio* representaria uma desfavorável mudança jurídica na vida das mulheres medievais e, portanto, tem sido tema de debates nos estudos sobre a história das mulheres. Para Luís Krus, “é assim que devido ao predomínio do princípio da herança e descendência sobre o casamento e da aliança, se tende a marginalizar, do ponto de vista do protagonismo político-econômico da família, sua componente feminina” (KRUS, 2011, p. 170). Na perspectiva de Mattoso e Duby, as práticas cognáticas (germânicas) conduziram a relações relativamente igualitárias entre os gêneros, no que tange à participação de filhas e filhos, e mães e filhos no acesso ao

patrimônio do clã.¹¹ Esse acesso dá vazão a fatores que contribuiriam, socialmente, para a inferiorização de um dos gêneros.

De modo geral os estudos de gênero vêm relativizando a categorização boa/má acerca da condição feminina no medievo. É necessário um posicionamento, se é que é possível assim fazê-lo, sobre o tema. Partindo do princípio da inexistência da neutralidade nas relações sociais entre os gêneros, no passado e no presente, consideramos que não é possível designar categoricamente uma única interpretação sobre “a” mulher na Idade Média. As tentativas de distinguir fases de evolução das imagens femininas, segundo Dalarun (1990), podem facilmente se contradizer seguindo diferentes contextos, fontes e temporalidades.

Não caímos, no entanto, numa abordagem conciliadora nem acusadora. Reiterando Michelle Perrot (2001), falar em ‘dominação masculina’ não decorre de um julgamento moral, mas de constatação científica advinda das fontes medievais, evidenciadas por sua natureza e detalhes narrativos marcadas pela desigualdade em níveis simbólicos e representativos. Consideramos, portanto, que essas fontes (em especial as eclesiásticas) estão embebidas nas contradições históricas nas quais os indivíduos do medievo se encontravam. Esse paradoxo do julgamento masculino também infligirá os sistemas complexos de representações das mulheres sobrenaturais, excluídas e utilizadas pelo homem medieval.

Um importante ponto de inflexão sobre a condição feminina na Idade Média foi o casamento. É ele que vai legitimar as linhagens e os privilégios decorrentes da instituição delas. A figura feminina tem especial importância na continuação das alianças e da sobrevivência dos grupos, não pelo indivíduo mulher, mas de sua função intransferível (CERCHIARE, 2009, p. 40). O que poderia ser interpretado a partir da complementariedade de ‘poderes’, a nosso ver, tem mais relação à exposição das mulheres a normas de controle que devem garantir a fidelidade e tutela (jurídica e simbólica) daquelas que devem manter a hereditariedade dentro dos sistemas

¹¹ As pesquisadoras Jo Ann McNamara e Suzanne Wemble afirmaram que por volta do ano 1000 as mudanças estruturais dentro dos grupos familiares trouxeram uma perda de poderes das mulheres nobres. Essa ideia estava baseada na tese de que por volta dos séculos IX, X e XI as mulheres que pertenciam a linhagens privilegiadas detinham poder e riquezas, das quais tinham acesso pelo sangue e casamento. Elas teriam liberdade econômica para administrar e aumentar suas propriedades. A propagação das ideias de Tomás de Aquino, sob influência aristotélica, acerca da inferioridade feminina, o aumento dos sistemas hierárquicos da Igreja, do Estado e sociedade, assim como a expansão do aparato jurídico das regiões foram alguns dos fatores citados para as consequências negativas que o gênero feminino adquiriu na Baixa Idade Média (FÖBEL, 2013, p. 70).

patrilineares. Esse esquema é especialmente ligado à realidade dos grupos da nobreza medieval.

De qualquer modo, o casamento será um dos lugares em que a presença feminina foi mais bem instituída. Além de importante aspecto da vida dos medievos, foi “objeto de uma reflexão teórica amadurecida pelos teólogos e pelos canonistas e de pressões institucionais exercidas pelo Estado e pela Igreja” (KLAPISCH-ZUBER, 1990, p. 218). De todo modo, a evolução do direito na Baixa Idade Média não foi favorável, de modo geral, para a vida cotidiana das mulheres, como bem expôs Claudia Optiz (1990). Guardando as proporções que o grupo social e a região da Europa contribuem ao debate, a fixação jurídica da dependência feminina vem, primordialmente, pela limitação das capacidades jurídicas que é enquadrada pela tutela do masculino sobre o feminino. Essa tutela deve ser guardada em diversos aspectos da vida das mulheres, e é bastante expressa no casamento.

É a partir do casamento que se manifestam os tabus e valores religiosos, a mentalidade da condição de resguardo e controle que devem ser observados contra a natureza duvidosa da mulher. É por meio desse que sexualidade e corpo podem ser contidos, na medida do possível. Por esta razão os livros de linhagens são importantes fontes de análise para pensar as relações entre os gêneros na Baixa Idade Média ibérica. Dentro da lógica da genealogia, a listagem dos indivíduos começa a partir das uniões e alianças encontradas no casamento, moldado ao modelo cristão instituído durante o medievo.

1.2.2. As mulheres no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*

Como obra repleta de elementos narrativos e relatos, é possível encontrar uma certa quantidade de personagens femininas no nobiliário. Sob a ótica numérica, é uma das fontes com maior quantidade de mulheres. A autora Graça Videira Lopes chega a afirmar que a vasta sequência de nomes masculinos e femininos o tornariam um dos textos mais paritários. Para Lopes (2011), ainda que o caráter numérico não signifique aspecto valorativo, o registro dos nomes femininos à memória futura é algo significativo para o contexto.

Essa significação é problemática, a nossa vista, por ser constatável que as lacunas encontradas nas narrativas presentes, incluindo os nomes desconhecidos ou

incompletos são em sua maioria femininos, expressos apenas por *-dona*. No título dos Haro, assim sabemos sobre os descendentes gerados da união da mulher sobrenatural e dom Diego Lopez “*E viverom gram tempo, e houverom dous filhos, e ûu houve nome Enhequez Guerra e a outra foi molher e houve nome dona-*.” (LL, Título IX, p. 139). A estrutura das genealogias, mesmo que inseridas em sistemas de transição entre modelos cognáticos e agnáticos, dão preferência ao ramo masculino. A ascendência masculina é a tônica da forma e estruturação das listas e narrativas, a iniciar os relatos das gerações bíblicas e antigas, de pai para filho.

Esse aspecto é evidenciado em uma das justificativas dadas pelo conde Pedro Afonso de Barcelos, logo no prólogo. No segundo motivo, vemos: “*Por saberem estes fidalgos de padre a filho e das linhas travessas*” (LL, Prólogo, p. 56). No quarto motivo, ele expõe “*por saberem os nomes daqueles donde veem e algumas bondades que em ele houve*” (LL, Prólogo, p. 57). Os personagens homens foram assim privilegiados por constituírem maior relevância narrativa para as intenções do conde, inserido num contexto que valoriza as figuras e feitos masculinos.

Ainda que a personagem feminina seja importante ou detenha poderes consideráveis (e aqui faz-se referência as narrativas de caráter melusiniano), a alienação dos mitos enquadra a memória dessas esposas as revelias da linhagem e do senhor que a ‘conquistou’. Parte dessa dinâmica pode ser percebida pela fórmula genealógica exposta por Lopes (2011, p. 3). “Fulano casou com Beltrana e *fez nela*” o que confere, apesar de paridades numéricas nos nomes referenciados, uma hierarquização dos gêneros que demonstram os sistemas de representações que posiciona os indivíduos.

As referências narrativas as personagens femininas presentes nos diferentes relatos do livro de linhagens são textos importantes para o debate do cotidiano das mulheres da nobreza portuguesa. Para Lopes, há grande potencial histórico em vislumbrar as personagens protagonistas e anônimas que possam informar sobre a vivência feminina na Península Ibérica dos séculos XII e XIII (LOPES, 2011, p. 3). Parte dessas personagens são de caráter mitológico e situam-se nos âmbitos do imaginário medieval, como a Dama do Pé de Cabra – fundadora da família Haro e a Dona Marinha, esposa originária da família Marinho, e ainda, a rainha Aldora, esposa do Rei Ramiro, personagens da Lenda de Gaia¹² anexados à linhagem dos Pereira.

¹² Essa narrativa foi registrada no *Livro Velho* e no *Livro de Linhagens do conde d. Pedro*. A Lenda de Gaia narra a história do rei Ramiro II que se enamora por uma moura, irmã de Alboazer Alboçadam,

Dentro dos esquemas míticos podem ser extraídos alguns modelos de comportamento e *exempla*, reflexões sobre as representações de gênero e seus usos pelas famílias medievais.

Há ainda os relatos sobre mulheres que carregam verossimilhança histórica e ainda aquelas que podem ser localizadas nas histórias de crônicas e outros documentos. Algumas contêm grau de romance dentro do recorte da cultura cortês. A partir do registro de tais mulheres podemos apreender sobre as relações matrimoniais, legais e ilegais, incestuosas, e em maior número, relatos de raptos, violência e assassinatos envolvendo mulheres. Esse parece ter sido um tema em que os detalhes sobre as personagens ganham algum destaque narrativo.

No trabalho de análise das manifestações de violência (ou demonstrações de ‘virilidade’) presentes nos livros de linhagens, a historiadora Manuela Santos Silva (2016) identifica quais atitudes masculinas eram consideradas normais e justificáveis e quais foram dispostas como atípicas. Em seu diagnóstico, Silva relaciona os aspectos favoráveis ao contexto das guerras (Reconquista, guerras civis e disputas históricas), que exaltavam as capacidades físicas e bélicas dos senhores.

Os registros de violência praticados por motivações individuais, por outro lado, possuem relações com situações de traição (como aqueles de adultérios) e lavagem de honra. “Nesta tipologia de episódios que têm como causa das atitudes violentas masculinas a defesa da honra viril, são as mulheres que surgem como as principais vítimas.” (SILVA, 2016, p. 131). Afora o direito de castigar a esposa, as manifestações de violência justificáveis diante de modelos de conduta feminina desaprovados socialmente fazem parte de um quadro tradicional de interpretação sobre a mercê das mulheres medievais (embora a violência de gênero não seja exclusiva desse período histórico).

Isso não significa, no entanto, excluir as possibilidades de ação e o desempenho ativo das mulheres frente aos exemplos relatados no livro de linhagens, conforme ressalva Graça Videira Lopes. Por exemplo, o testemunho do rapto de d. Maria Paes Ribeiro, a Ribeirinha. Vinda de uma linhagem importante, e sendo barregã de D. Sancho I, utiliza de sua astúcia para enganar seu raptor, Gomes Lourenço, e diante da

senhor das terras de Gaia. O rei rapta a mulher por quem se maravilha e por conta da vingança perpetrada por Alboazer, que rapta sua mulher. Ramiro trava uma aventura para recuperar a rainha, mas quando descobre que ela já prefere seu raptor, a mata. Termina o conto batizando e casando com a moura, tornada rainha Aldora (BARROS, 2015).

intervenção do rei de Leão, Alfonso IX, matá-lo (LOPES, 2011, p. 11). Aqui percebemos um ponto de relacionamento com a existência das mulheres sobrenaturais e as possibilidades de negociação feminina dentro das linhagens.

É possível afirmar que essa existência se deve ao ‘prestígio’ que uma figura feminina poderosa detinha aos olhos dos homens medievais? Mais uma vez insistimos na interpretação ambivalente de certos ‘poderes’. Dentro das instâncias de negociação, parentesco e nobreza vemos ambientes que autorizam, condizentes à ideologia cristã medieval, a presença de mulheres atuando para a formação e difusão das linhagens de valor. Essa atuação é, no entanto, vista como repreensível quando traz modelos anticlericais e pagãos ou tutelada pelo verdadeiro fundador da estirpe, o homem que conseguiu controlar.

Temos na linhagem o aspecto que pode redimir e valorar as mulheres dentro das negociações. Esses termos são essenciais para demonstrar e justificar as uniões sobrenaturais, visto que são “*de mui alto linhagem*”. Embora também se baseiem em um sistema de valor (que podem estar assentados em características reais e lendárias), não são equivalentes aos valores dados ao masculino e a representação ativa dos homens nos livros de linhagens. Ao enquadrarmos o texto em seu contexto de produção percebemos que as relações entre os gêneros são construídas sobre a base ‘*gender triptych*’: patrilinear, patrimonial e patriarcal. É interessante que se considere como as narrativas míticas foram incorporadas aos relatos no nobiliário português.

Passemos então a contemplar a presença dessas damas de poder sobrenatural presentes no *Nobiliário do Conde d. Pedro de Barcelos*

1.2.3. A dama do Pé de Cabra e a família Haro da Biscaia

A família Haro tem a sua genealogia retratada no contexto português a partir do terceiro *Livro de Linhagens*. As narrativas referentes à Biscaia correspondem ao nono título do nobiliário, dividido em duas partes. O capítulo destinado aos Haro está situado logo após ao das famílias reais. A primeira parte, com a legenda ‘*De como os de Biscaia, por nam terem senhor, tomarom por senhor Froom, irmão d’el rei de Inglaterra, que i veo teer com um seu filho, e como dele descenderam os de Bizcaia*’ narra a fundação do senhorio dos Haro, conquistado de um mau senhor, dom Moninho. A narrativa apresentada sobre a origem da família, segundo a versão do conde Pedro

Afonso, conta que a Biscaia ficara sem senhor, até que o irmão do rei da Inglaterra, Dom Froom, se oferecera para ser o protetor da população daquela região, diante do abuso de tributos cobrados pelo conde de Astúrias, dom Moninho.

Esse relato é ambientado em um tempo prévio a instituição de um rei em Castela. O que coloca o senhorio da Biscaia cronologicamente anterior ao domínio do rei de Castela (entre 1201-1205; no período dos confrontos travados entre Diogo Lopes e Afonso VIII de Castela, essa tensão ficou particularmente forte) demonstrando a ancestralidade do território. Além de legitimar os senhores do local e sua descendência, provaria uma autonomia da Biscaia em relação ao rei. A história da libertação da Biscaia é uma lenda etiológica, feita para explicar a origem do nome do local e sua relativa independência política alcançada por esse senhorio no século XIII, e embora não possua nenhum elemento do maravilhoso, os pormenores desta indicam um significado mítico, que a aproxima das narrativas célticas.

A versão largamente conhecida da genealogia da família Haro é a presente na obra do Conde de Barcelos, porém existem outras obras como a *Crónica de Vizcaya* (1454) e o *Libro de Las Buenas Andanças e Fortunas o Las Bienandanzas e fortunas* (1471-1476), e ainda *Crónica de los Muy Ilustres Señores*. José Ramón Pietro Lasa (1991) investigou grande número de referências sobre as lendas genealógicas da família Haro, dividindo-as entre as versões encontradas: a) Biscaia, Galícia e Castela; b) versões europeias e c) versões bascas, asturianas e castelhanas.

O pesquisador destaca como o singular retrato da família, a memória familiar, que a genealogia vem trazendo ao longo da sua dilatada trajetória histórico cultural, “le permitió ir adaptándose a distintas situaciones y desempeñar diferentes objetivos, subordinados a los intereses y empeños de sus sucesivos promotores, desde los antiguos jefes de los Haro hasta el mismo conde de Barcelos” (PRIETO LASA, 2013, p. 235)¹³, de modo que imagens foram geradas - sobrepostas e contraditórias - sobre o grupo familiar, em razão da sua organização, valores e atitudes instáveis e mudanças no poder político e social, acertos e erros, seus e de outrem.

No segundo título, *De Dom Diego Lopez, senhor de Bizcaia, bisneto de Dom Froom, e como casou com ãa molher que achou andando a monte, a qual casou com ele com condiçom que nunca se beenzesse, e do que lhe com ela aconteceo. E prossegue*

¹³Lhe permitiu ir se adaptando a distintas situações e a desempenhar diferentes objetivos, subordinados aos interesses e empenhos de seus sucessivos promotores, desde os antigos chefes dos Haro até o mesmo conde de Barcelos. (Tradução nossa)

a linhagem dos senhores que foram de Bizcaia, que resume o encontro com a mulher sobrenatural e a continuação da linhagem familiar.

Após o primeiro momento fundacional, alcançado pela força do cavaleiro valoroso representado por D. Froom, há um salto de gerações, visto que a próxima narrativa é a de Dom Diego Lopez, bisneto do fundador, que trará a continuidade a linhagem de senhores da Biscaia. Além da afirmação da vitória por meio das armas, é conferida aos Lopes de Haro a ancestralidade sobrenatural e a proteção advinda do casamento com a Dama do Pé de Cabra. Conforme nos explica Soares, a temporalidade imemorial remete aos relatos ancestrais compartilhados pela memória coletiva, o que legitimam o argumento da linhagem frente as disputas:

Subjaz a estes textos, criados numa época de conflitualidade entre senhorios, a necessidade de afirmar o poder de cada um, através da criação de relatos fundacionais que ascendem a uma temporalidade longínqua em que humano e sobrenatural se fundem, gerando linhagens de carácter excepcional e de valor incontestável (SOARES, 2011, p.11).

O surgimento do protagonista homônimo do senhor da Biscaia do início do século XIII, significa para a historiadora Irene Freire Nunes (2010), uma analogia explicativa entre a transgressão de um pacto (a desobediência ao interdito feito pela dama) e a representação do vassalo rebelde, legitimando o comportamento do Diego Lopez histórico, que entrou em um conflito contra o rei de Castela. Deste é conhecido o bom acolhimento dado a jograis e trovadores, dos quais é objeto de louvores.

Diego Lopez se apresentou para a Dama do Pé de Cabra, “como senhor daquela terra toda”, o que complementava a um dos propósitos do prólogo do *Livro de Linhagens*, “saberem os nomes daqueles donde veem e algũas bondades que em eles houve; os reis haverem de conhecer aos vivos com mercees por os merecimentos e trabalhos e grandes lazeiras que receberom os seus avoos” (LL, Prólogo, p.57). Ou seja, o registro que justificava as prerrogativas de poder daquele senhor feudal e a legitimidade do casamento com o ser sobrenatural.

A rainha Urraca de Castela teria doado para Diego López (1093-1124) um castelo de nome *Haro* ou *Faro*, que no futuro passa ser o nome da família dos Senhores da Biscaia, região basca na costa ibérica. Essa poderosa família condal tinha ligações

com as casas reais castelhanas e portuguesas¹⁴. Um de seus principais integrantes foi Diego López II de Haro (1162-1214), figura polêmica da corte de Afonso VIII de Castela. No século XIII será representado por seus sucessores como ‘*Diego el Bueno*’. Porém, a visão monárquica sobre o mesmo personagem histórico é negativa em razão das disputas travadas com a alta nobreza. De certo modo, a trajetória ‘curial, regional e familiar’ que envolvem Diego López II o fazem um personagem fundamental da história da nobreza castelhana (BAURY, 2003, p. 38):

Diego López fut le seul membre de la famille à exercer une fonction politique majeure en Castille. Son autorité sur ses parents, et notamment sur ses frères, marquait le passage de l’organisation “horizontale” des groupes familiaux à un système “vertical”, qui s’inscrivait, avec le système de transmission des fonctions curiales et gouvernementales à son fils aîné Lope (au détriment du cadet Pedro), dans une évolution vers la formation de lignages¹⁵ (BAURY, 2003, p. 52).

A trajetória da família Haro em relação ao reino de Castela mudou com o tempo. O medievalista Ghislain Baury (2003), identificou três grandes fases desse relacionamento: as quatro primeiras gerações dos Haro (1076–1170), que conseguiram uma ascensão fulgurante na corte castelhana, se distinguiram pela lealdade a coroa, o que resultou no ganho de territórios ao norte de Castela; As próximas três gerações (1170–1255) garantiram o seu poder pela pressão feita a coroa, ameaçando exílio. As últimas três gerações escolheram lutar contra o rei, participando de rebeliões (1287-1288), o que explica a constante decadência que passou a sofrer em fins do século XIII.

Os integrantes da família possuem sobrenomes com as variações Dias e Lopes, que significariam ‘o filho de Diego’ e o ‘filho de Lope’, respectivamente. A conexão da

¹⁴Em Portugal, uma das personagens históricas mais famosas da família Haro foi D. Mécia Lopes de Haro, mulher de Sancho II (1223-1248), filha de Lopes Dias, Cabeça Brava. Sancho, rei de Portugal, foi tio-avô do conde d. Pedro de Barcelos, pois foi irmão de Afonso III, pai de D. Dinis. Mércia foi retratada como má influência para o rei de Portugal, e era acusada de fazer feitiços, e por conseguinte teria sido a causa da perda da coroa de seu marido, que agiu contra o poder das casas senhoriais. Com um reinado de mais de vinte anos, as crônicas que retratam o governo de Sancho II destacam os últimos anos de seu reinado, a partir de 1240, quando a crise entre a nobreza começou a refletir em instabilidade social e o clero depôs o rei. O casamento com Mécia foi realizado nessa época de crise, sendo a mesma responsabilizada pelo “mau governo”, segundo a visão das crônicas (ZIERER, 2003, p. 152).

¹⁵“Diego Lopez foi o único membro da família a exercer uma função política maior em Castela. Sua autoridade sobre seus parentes e especialmente sobre seus irmãos, marcava a passagem da organização "horizontal" dos grupos familiares a um sistema "vertical", que se inscrevia, com o sistema de transmissão das funções curiais e governamentais ao seu filho primogênito Lope (em detrimento do segundo, Pedro) em uma evolução em direção a formação das linhagens” (Tradução nossa).

palavra ‘lope’ com a palavra *lupi*, lobo em latim foi apontada por Aline Dias Silveira (2000, p. 72), o que explicaria o símbolo no escudo da família representado por dois lobos. Estariam assim representados como bons caçadores e combatentes, características positivas no contexto medieval.

Os estudos que se debruçam sobre a inserção dos Haro no nobiliário português parecem concordar quanto as motivações de *outra* família, os Lara. A apropriação da lenda da fada melusiniana seria benéfica à instituição do controle do senhorio – auxiliando uma construção indireta da memória dos Lara (BAURY, 2003, p. 78). Maria Dias de Haro I, filha de Lopes Dias, foi a primeira mulher da família a ser a herdeira legítima, após o seu irmão, que não possuía filhos. Ela se casou com o filho do rei de Castela, o Infante João. Com isso, perde seus direitos no senhorio, visto que o rei concede o mesmo ao seu próprio filho, o Infante Henrique.

Posteriormente, recai esse direito ao seu tio paterno, Diogo Lopes (1295-1310)¹⁶. Este novo senhor da Biscaia incentivou a criação de vilas autônomas, o que prejudicava as prerrogativas da nobreza local. Após um acordo, o senhorio voltou à legítima herdeira, dona Maria Dias de Haro. Quando esta morre, em 1334, estima-se ser a época que o conde de Barcelos¹⁷ inicia a produção do Livro de Linhagens.

A Dama do Pé de Cabra é recuperada, enquanto figura totêmica, a partir de um desejo nostálgico, e com ele é eleita uma figura regeneradora. Ao ser associada aos Haros, provê legitimidade, capaz de enfrentar o monarca castelhano: o marido de Maria Dias de Haro, o senhor de Lara, possuía diversos senhorios, e representava uma figura de senhor mais aceitável à fidalguia biscaína que o rei centralizador.

Como o conde d. Pedro teria conhecido a lenda? Para L.F. Lindley Cintra, a compilação genealógica da Biscaia chegou ao conde por meio de seu amigo João Nunes de Lara – provavelmente durante a viagem feita a Castela em 1340, após a batalha do Salado (NUNES, 2010, p. 17). Luís Krus (2011, p. 169) enxerga outras possibilidades e escolhe não excluir um conhecimento anterior das lendas, dado o seu parentesco com os senhores de Haro, ou ter recebido manuscritos com essa perspectiva anteriormente. De qualquer forma, teria sido composta por entre 1334 e 1342, com fontes que remetem a textos trabalhados entre 1201 e 1204.

¹⁶Referente a data de duração do senhorio.

¹⁷Nesse mesmo ano, o rei Afonso XI reconhece os direitos da herdeira, Maria de Haro II, visando o apoio do seu marido, João Nunes de Lara. Esta era filha de Isabel Afonso, sobrinha do rei D. Dinis, e por isso, prima do conde de Barcelos (SILVEIRA, 2002, p.78).

Considerando o contexto de disputas entre rei e nobreza, podemos relacionar duas estratégias de domínio do poder simbólico, resumidas por Pedro Picoito (1998): Invocar a proteção sagrada e o mérito do povoamento para o início da linhagem (conforme percebemos na narrativa de d. Froom), ou reclamar para esse mesmo momento uma aura de um ato de força, de uma violência que desencadeia muitas vezes os poderes misteriosos – estratégias que verificamos na produção e inserção das narrativas míticas medievais.

1.2.4. Dona Marinha e a família Marinho

O historiador José Mattoso argumentou que o contato da corte portuguesa com as aquelas navarras ou castelhanas demonstra que os meios aristocráticos portugueses do século XIV estavam mais sincronizados aos valores dessas culturas, e menos com a mediterrânea. Irene Freire Nunes (2010) esclarece que era constante a vinda à Península de jograis provençais, que encontraram acolhimento nesse meio após o desmantelamento de outras cortes no período posterior as cruzadas contra os cátaros.

Desde 1170 era rainha de Castela uma filha de Leonor de Aquitânia e Henrique II Plantageneta (cuja linhagem foi associada a figura sobrenatural da Melusina), também chamada Leonor, esposa de Afonso VIII, cujo cortejo nupcial era acompanhado por cavaleiros ingleses e franceses (e juntos desses jograis e trovadores). Essa conexão poderia justificar a inserção, na corte, da temática da Bretanha e a lírica narrativa dos *lais*.

Embora a genealogia das damas sobrenaturais ibéricas seja um ponto de discussão historiográfica, as pesquisas concordam quanto as origens da transmissão oral, de caráter mítico e pagão, apropriadas pelos processos de reação folclórica/disputas políticas. Mais do que caracterizar ‘Melusinas portuguesas’, entendemos que a utilização das lendas sob a curatela das linhagens foi um fenômeno medieval da Baixa Idade Média, inspirado nas narrativas de entretenimento e nas lendas medievais locais e regionais, e enquadradas enquanto fundadoras da memória e identidade familiar.

A Dona Marinha é um dos pontos de discordância, pois as modificações do enredo levam os pesquisadores a duvidarem sobre as influências e intenções do texto. O relato genealógico dos Marinho presente no Livro de Linhagens corresponde ao

septuagésimo terceiro título, *Do linhagem donde veem dos Marinheiros, donde o mais longe sabemos, e foram naturais de Galiza*, sendo um dos cinco exemplos contidos no nobiliário que misturam a listagem das famílias com narrativas de cunho mítico. A menção a família Marinho, naturais da Galícia, é mais curta e direta do que a dos prestigiados Haro. Por isso, são reduzidos os registros sobre a família e sua atuação.

Assim como na lenda biscaína, a mulher sobrenatural aparece como a ancestral fantástica da linhagem que irá, conseqüentemente, nomear. No entanto, ela corresponde ao primeiro exemplo encontrado em Portugal de estória com esse enredo. Por isso talvez se possa identificar o autor da estória como Paio Gomes Charinho, almirante de Castela entre 1284 e 1286. Galego e descendente, por parte da mãe, dos Marinheiros, frequentou as cortes de Afonso X e Sancho IV, onde, para além de feitos guerreiros, se celebrou como trovador. Tendo perdido o favor de Sancho IV e regressado à corte em 1288. Teria sido através dos Marinheiros portugueses que o Livro de Linhagens conheceu a estória de Dona Marinha (NUNES,2010, p.18).

Outra interpretação sobre as inspirações criativas dessa esposa marinha vem do pesquisador José Carlos Ribeiro Miranda (2003), que levanta a possibilidade de autoria de Osoir'Anes, clérigo e trovador galego que pertenceu a família Marinho. Embora seu nome não conste no livro de linhagens (talvez por não ter deixado descendentes) tem sido aceito que ele seria filho de Johan Froiaz Marinho, que na narrativa é filho da Dona Marinha. Miranda relaciona a narrativa da sereia muda contida no livro de linhagens com a poesia de Anes presente no *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, que interpretou como um relato insubmisso do poeta para com o sedutor canto de uma sereia. A representação das sereias junto da família Marinho foi concebida no texto de Miranda a partir de duas questões: a poesia de Osoir'Anes influenciar a feitura da relação dessa figura mítica com a família Marinho inscrita no nobiliário do século XIV, ou de seu texto ter sido marcado pelas narrativas “proto-heráldicas” que circulavam no seio familiar que lhe serviram de fonte

Nos deparamos então com os conflitos e as tradições aparentes que acabam por desenvolver as narrativas. Ambos os conteúdos melusínios presentes no *Livro de Linhagens do Conde d. Pedro* desaguam no contexto histórico de produção do nobiliário através das influências literárias internas e externas, transformadas ao sabor das linhagens. As mulheres da nobreza, personificadas pelas figuras sobrenaturais fundadoras, detinham de um capital de ‘prestígio’ familiar. Essas relações presentes na

obra são vislumbres do corpo social da nobreza e da divisão social dos gêneros em região ibérica na Baixa Idade Média. Os empreendedores dessas memórias criaram as lendas etiológicas e fundacionais, de modo exemplar, buscando o prestígio de matrimônios hipergâmicos, que lhes permitiriam legitimidade de direitos e privilégios.

1.2.5. Elementos da ideologia medieval

Dentro do leque de interpretações e símbolos que formam as narrativas encontradas em nossa fonte, nos debruçamos sobre a ambivalência que as imagens femininas parecem assumir a depender da lente que usamos para observar o passado. Nosso foco, no entanto, é considerar que quaisquer esquemas míticos e imagens maravilhosas estão situadas num cenário histórico da Idade Média. A cultura medieval é notadamente bastante rica em representações, imagens e sincretismo. Porém, essa cultura não está isenta do teor ideológico que definem, realmente, sua própria existência e seus opostos.

Uma ideologia é um conjunto de ideias conscientes e inconscientes de um indivíduo ou grupo, possuindo uma visão abrangente, uma maneira de olhar o mundo a partir de várias tendências filosóficas ou por um conjunto de ideias propostas por grupo dominante. Por ser um sistema de pensamentos abstratos aplicados a questões públicas, consideramos pertinente a designação sobre nosso objeto.

Carlos Augusto Serbenna (2003), em texto sobre o tema, explica que o conceito clássico de ideologia se modificou¹⁸, de modo que em vez da análise do conteúdo passa-se a analisar o processo de sua fabricação e seu contexto. Não importando assim se o conteúdo é falso, mas como se configura sua função de discurso dentro da dinâmica social. Apesar das narrativas ideológicas serem racionalizadas sobre um tema específico também possuem elementos que extravasam o que é discursivo, possuindo um aspecto formador do campo do imaginário, isto é, imagens, símbolos, mitos que circulam nos grupos sociais. Como exemplo, cita a necessidade quase universal de um mito de origem, que estabelece uma versão dos acontecimentos e a legitima. (SERBENNA,

¹⁸Embora Marx e Engels caracterizassem o conceito de ideologia de modo pejorativo, Ciro Flamarion Cardoso (1997) identifica três noções diferentes no marxismo: ideologia como sistema de crenças e ideias de uma classe ou grupo; como um sistema de ideias falsas que constituem uma falsa consciência proveniente da burguesia; como um elemento comum e necessário da vida social humana. (CARDOSO, 1997, p. 32).

2003, p. 02). Nessa perspectiva o imaginário torna-se elemento importante no campo do enfrentamento político, considerando as características da sociedade medieval e a importância deste no seu funcionamento.

Dessa forma a utilização das narrativas de origem mítica constituem importantes exemplos, dentro da Idade Média, de sua função ideológica – seja refletido na reação folclórica, nos usos familiares através dos nobiliários, ou até mesmo das formas resistência contra a pressão eclesiástica ou real. Pensando no contexto medieval, Georges Duby articula as relações sociais a partir de um sistema de valores. Isto porque, “no interior desse sistema é fortalecida ou enfraquecida a consciência que as pessoas tomam da comunidade, do estrato, da classe de que fazem parte, de sua distância em relação a outras classes” (DUBY, 1995, p. 131).

Para construir o conceito de ideologia, que se apresenta de difícil realização diante de sua complexidade e suas relações com a representação e o imaginário (já citado por Le Goff em “*O imaginário medieval*”), Duby define alguns traços que caracterizariam sua significação. O primeiro destes traços é o caráter globalizante dos sistemas de valores oferecidos para a sociedade, representando uma visão do seu passado, presente e futuro, que seriam integrados a uma visão totalizante no mundo. Nesse sentido estão as representações bíblicas e os demais textos fundamentais do cristianismo, que serviam de parâmetro para as relações sociais medievais. Não é por acaso que as primeiras famílias representadas nos Livros de Linhagens sejam as linhagens reais bíblicas, que estariam ligadas as demais linhagens históricas.

Para que construa a organização social as ideologias também são deformantes. Para que atinjam interesses particulares, é necessária uma arrumação coerente de inflexões, adaptações, distorções. Podemos entender assim a concepção maniqueísta do pensamento eclesiástico, que através de uma dualidade compôs, por exemplo, o pensamento sobre as mulheres.

Para Duby, isso resulta na coexistência de vários sistemas de representações, que são concorrentes, e que condizem com a existência de vários níveis de cultura. (DUBY, 1995, p. 132). “Numerosos traços comuns aproximam essas ideologias, pois as relações vividas, das quais elas oferecem a imagem, são as mesmas e são edificadas no seio de um mesmo conjunto cultural e se exprimem pelas mesmas línguas”. Ainda que antagônicas, podem coexistir. A apropriação de elementos negativos sob o olhar do

cristianismo por parte das obras literárias com a temática melusianiana traduzem essa característica.

Casado a esse atributo está sua função estabilizadora, isto é, aqueles sistemas representativos que buscam manter as vantagens adquiridas pelas camadas sociais dominantes, um modo de preservar o *status quo*. A rigidez dos diversos órgãos de educação, a permanência formal dos instrumentos linguísticos, o poder dos mitos, a reticência instintiva com relação às inovações que se enraíza no mais profundo dos mecanismos da vida, formam um obstáculo para que sejam modificados sensivelmente no decorrer da transferência que os lega a cada nova geração. O medo do futuro faz com que as ideologias naturalmente busquem apoio nas forças de conservação. (DUBY, 1995, p. 133).

Para entender essas sociedades seria necessário considerar o poder das tradições, justificadas pelo medo da mudança, que prejudicaria sua hierarquia social e os poderes adquiridos. Possivelmente o agenciamento das técnicas de produção conduziu a fortificação da resistência, fator importante nas sociedades de fortes bases agrárias. Tudo que ameaça o rompimento do equilíbrio desse sistema, que deve ser coerente, provoca reações, e para se proteger “fecham-se numa carapaça de costumes, e [...] mais solidamente e mais comumente, o conservadorismo apoia-se na própria hierarquia social” (DUBY, 1995, p. 133).

Aquele estrato dominante segue os modelos ideológicos que defendam seus interesses, sendo apresentados de forma bem estruturada, e que trazem consigo a qualidade de verdade. Por fim, o entendimento dos sistemas ideológicos representados através dos Livros de Linhagens e dos relatos fundacionais familiares, nos ajudam a entender as transformações que esses mesmos sistemas sofreram – e em última análise compreender quais ligações possuíam com a sociedade que representam, pois “se apresentam como a interpretação de uma situação concreta. Inclina-se, em consequência, a refletir as mudanças” (DUBY, 1995, p. 138).

Através da defesa dos valores compreendidos pelo sistema ideológico, contra a centralização real ou a quebra dos pactos familiares e vassálicos da época, tentou-se barrar as transformações na lógica da sociedade. De forma que as mudanças posteriores também necessitaram de meios para se legitimar (Revolução de Avis, Expansão Marítima etc.). Embora lenta, pelo próprio conservadorismo das ideologias, elas tendem

a se renovar através do movimento histórico, pesando inclusive nas estruturas materiais e políticas.

Portanto, a formação das narrativas de linhagens – servindo a projetos ideológicos de um grupo social específico – é relacionada aos usos e transformações da memória medieval, que por sua vez possui aspectos cristãos e pagãos em embate. Seja para conservar *status* ou construir identidades, a ideologia embebida do imaginário medieval, vai buscar nas mulheres sobrenaturais e os temas míticos os modelos de conduta, os exemplos e as justificativas de poder. Isto pois esse projeto não revela somente as tensões entre as diferentes culturas e grupos sociais, externos e internos, como também as tensões entre feminino e masculino e todas as suas variações.

Durante o processo de formação e estruturação das linhagens em Portugal, que incluíram aspectos práticos e estratégias simbólicas de valoração dos grupos, a participação das mulheres nobres foi aspecto tanto essencial quanto ambíguo, se vistos a partir das dinâmicas de representação e tutela dos homens da Idade Média. Enquanto figuras importantes na criação e elevação da linhagem do homem, as mulheres eram alvo de disputa, raptos e constante observação. Isso não significou a perda de suas autonomias de administração e negociação nas alianças.

Porém, as ações femininas estavam sujeitas as dinâmicas das linhagens e aos modelos de conduta social. A estrutura familiar agnática buscava na referência de um antepassado fundador e ancestral que corroborasse as tradições da memória genealógica *exemplar e prática*, de modo que os empreendedores dessas memórias (de preferência o primogênito e herdeiro do morgadio) pudessem se fortalecer diante das transformações políticas e econômicas do reino. Esse ancestral, dentro das narrativas míticas do nobiliário, é uma dama ou um dom?

É preciso, dessa forma, entender como a figura feminina é representada e por quem. Quais símbolos e temas as definiram e/ou as silenciaram? No próximo capítulo apresentaremos os aspectos e representações que definiram e relacionam os contos melusinianos, enquanto esquema narrativo, aos relatos presentes no *Livro de Linhagens* que correspondem as versões ibéricas de uma união incomum e prolífica.

2. REPRESENTAÇÕES FEMININAS NOS CONTOS MELUSINIANOS

As narrativas de linhagens e os mitos de origem estão relacionados às memórias coletivas de diferentes formas. Nos deparamos enfim com a ‘realidade’ das fontes históricas e a ‘representação’ dos temas humanos e divinos que elas transparecem e divulgam. Na sociedade medieval, o combustível das relações entre sonho e realidade foi o maravilhoso em suas diversas variantes. Embora não seja exclusivo do medievo, o processo sincrético de utilização desse maravilhoso coloca certas personagens e esquemas em destaque, de modo que não podemos deixar de questionar a importância ou relevância dos contos melusonianos, aqui em pauta.

O relato da esposa sobrenatural, fundadora de linhagens, serviu ao propósito que foi utilizada? Sobre quais princípios? O que isso diz sobre as mulheres medievais, históricas ou representadas no imaginário de nossa sociedade no presente? O gênero feminino é por vezes excluído, sub representado e até mesmo silenciado na narrativa histórica *tradicional* sobre o período medieval. Presenciamos atualmente o crescimento dos estudos femininos e de gênero, o fortalecimento das lutas sociais e das pautas identitárias, com a popularização do discurso igualitário – presente inclusive como estratégia publicitária e mercadológica. Assistimos o aumento de personagens femininas medievais em filmes, livros e vídeo games, normalmente caracterizadas pelo poder e inteligência, por vezes de forma anacrônica. Ações que enquadram as memórias e se debruça sobre símbolos e personagens da mitologia antiga/medieval e os ressignifica.

A dualidade em que a mulher se encontrava na Idade Média e na qual a nossa sociedade ainda repercute está presente nas fontes escritas e literárias, em sua esmagadora maioria escritas por homens. Alguns autores apontam para a necessidade de ‘descolonizar’ a Idade Média (TROCH, 2013; MACEDO, 2004; PEREIRA, 2017), o que perpassa questionar modelos e conceitos constituídos sobre o tema, construídos na Modernidade. Dentro das possibilidades existentes para esta temática, buscamos perceber que a compreensão dos modelos míticos e suas utilizações históricas são exemplos precisos do modo como o sistema de gênero pode ser usado para a compreensão do presente e da condição atual das diversas mulheres – “emancipadas” ou não.

Nesse capítulo iremos debater acerca dos contos e de suas diferentes versões. É importante analisar os símbolos e representações em que as personagens femininas são descritas e inseridas para que possamos relacionar contexto histórico e narrativa. Por não nos interessar em demasia pelas origens dos mitos que inspiraram as nossas fontes, procuramos discutir os aspectos históricos e políticos por trás da presença das mulheres sobrenaturais na misógina¹⁹ Idade Média. Conduziremos uma discussão sobre os esquemas simbólicos e imaginários que os *contos melusinianos* motivam. Por fim, apresentaremos uma análise mais aprofundada sobre as narrativas míticas da Dama do Pé de Cabra e de Dona Marinha, de modo a conectá-las entre si e com outras versões.

2.1. Melusina: emblema do estudo do feminino

Melusina foi consagrada, dentre as personagens míticas medievais, como ícone dos estudos femininos. A mais famosa das *fadas* e *sereias* pode ser encontrada em diferentes versões na literatura europeia. Arquétipo das deusas-mães e modelo de mulher maldita, suas características refletem a ambivalência dos sentidos do feminino nas sociedades humanas. Sob as lentes cristãs, a trajetória da esposa sobrenatural serve às memórias familiares e aos *exempla*, ressignificadas pelas ideologias dominantes.

Consideramos importante o mapeamento das ideias acadêmicas que construíram o entendimento sobre as fadas e figuras míticas do período medieval. A compreensão acerca dessas narrativas partiu de diferentes correntes historiográficas, metodologias e conceitos que seguem as mudanças de percepção sobre o passado. Uma das principais questões de debate tem sido o berço das personagens presentes no Livro de Linhagens: existiria uma Melusina portuguesa?

Para alguns autores, como Aline Dias da Silveira (2002), as heranças regionais portuguesas e a função social em que o mito foi inserido no Livro de Linhagens são específicas. Pesariam na análise o contexto regional de produção desses textos, incluindo assim tradições locais e questões políticas próprias. Foi o caminho escolhido por Luís Krus (2011), historiador português pioneiro na investigação sobre a Dama do

¹⁹ A categorização da misoginia medieval foi comentada por diversos trabalhos nos campos da pesquisa histórica e de gênero. Endossamos a interpretação de que embora o ódio às mulheres não tenha sido a única tônica dos discursos literários que tratavam do feminino, a misoginia foi um discurso uniforme durante a Idade Média. Os retratos negativos das mulheres pintavam um ser maléfico, vaidoso, luxurioso e irracional, características encontradas nas diferentes fontes literárias, filosóficas e religiosas do medievo.

Pé de Cabra. No entanto, José Mattoso (1980), historiador que editou e comentou a publicação do terceiro Livro de Linhagens percebe na dita narrativa uma clara prova do encontro, possivelmente antigo, de culturas, que de qualquer forma não são originárias do Portugal medieval, mas anteriores a sua formação.

Seriam Dama Pé de Cabra e Dona Marinha versões de um mesmo conto? Teriam influências externas separadas e não relacionadas? Ou produto de um mesmo contato com uma tradição oral antiga? O problema origem *versus* contexto faz parte dos debates sobre esse tipo de literatura, presentes nos estudos humanos e sociais sobre mitologia e folclore. Alguns autores escolheram entendê-las a partir dos arquétipos.

Podemos citar os trabalhos de Georges Dumezil sobre a estrutura dos mitos indo-europeus²⁰; Lucian Boia e a identificação de estruturas arquetípicas nos fenômenos sociais, onde estipula oito modelos principais; e Ana Márcia Alves Siqueira, que partiu das teorias de Carl Jung sobre o inconsciente coletivo e a transmissão de mitos e lendas, e identifica a figura da mulher sobrenatural em seus supostos usos simbólicos nas sociedades de caça e coleta e a reinterpretação medieval.

Esses remetiam ao sentido dos mitos que retrataram as mulheres-*tricksters*, esposa-animal, ligadas a natureza (de onde o homem retira o que precisa para viver), simbolizando as relações de troca entre homem mulher/natureza; como exemplo Siqueira cita na mitologia grega Hebe (Diana), Circe, Baba/Yaga na mitologia russa, Sedna na mitologia esquimó, as sereias e suas correspondentes, Iara e Iemanjá no Brasil etc. (SIQUEIRA, 1995, p. 252).

J. Markale identifica nos textos pré-melusinianos (isto é, os textos produzidos antes da publicação de *A nobre história dos Lusignan*) os derivados de uma tradição oral multissecular, isto é, um arquétipo da “Grande deusa do neolítico”, que gira em torno do culto a uma figura feminina. Essa interpretação busca aproximar a lenda de Melusina a mitologia de diversas culturas humanas. Para J. Kohler, estaríamos lidando com um tipo específico de mito – o tipo Melusina – que seria caracterizado com o desaparecimento do ser mágico após o descobrimento de sua forma original (*apud* LE GOFF, 1980, p. 301).

²⁰ Dumezil caracteriza os mitos da sociedade indo-europeia a partir de uma estrutura constituída pela hierarquia de três funções: mediação sagrada, ímpeto guerreiro e fecundidade laboriosa. Os temas e narrativas míticas ilustrariam assim essa tripartição fundamental de significados. (PATLAGEAN, 1998, p. 296).

A abordagem estruturalista enxerga certa universalidade nas representações míticas da mentalidade humana (SERBENA, 2003, p. 4). Os mitos seriam organizados em conjuntos e temas, possível de tradução tal qual uma linguagem, por manterem uma lógica interna. Historiadores como Roger Chartier (1990) e Michel de Certeau (1994) criticaram o método estruturalista na medida em que pode retirar mitos, contos etc. de sua função histórica e pela rigidez dos significados universais. Conceber uma constante universal na mente humana excluiria possíveis diferenças de interpretação quando do encontro de culturas distintas, reduziria significados (visto que podem ser polissêmicos e ambíguos) complexos e específicos de cada contexto e cultura.

A análise estrutural foi essencial para o desenvolvimento do conceito que identifica o tipo específico de conto. A estruturação da lenda, enredo e motivos, foi explorada por Claude Lecouteaux a partir da metodologia de Vladimir Propp.²¹ Uma série de variantes e constantes, que adaptadas de uma situação para outra, guardam elementos fixos formadores do *conto melusiniano* e que estariam ligadas às “origens do mito”. São eles: a) Encontro na floresta (próximo a um rio, fonte, etc.), com uma dama bem vestida; b) Esta impõe uma condição em troca do amor e do casamento (não vê-la nua, tomando banho, depois do parto, aos sábados, não se benzer, etc.); c) Dá ao seu marido mortal prosperidade e poderosa descendência; d) Ocorre a transgressão por parte do marido; e) A dama desaparece e leva embora alguns filhos e a prosperidade que trouxe.

Ao examinar os contos escritos encontradas na França e Inglaterra, Jacques Le Goff na parte medieval e E. Le Roy Ladurie na moderna, levantaram dúvidas sobre as fontes utilizadas pelos autores medievais. Um dos primeiros exemplos identificados seria o sermão do monge cisterciense Geoffroy d’Auxerre, *Super Apocalysim*, datado entre 1188-1194, que relata o encontro de um nobre da região de Langres com uma mulher desconhecida, que se torna serpente ao banhar-se e ao ser descoberta, desaparece. Os primeiros textos identificados são de meados do século XII, e fazem parte do contexto de produção da literatura de entretenimento das cortes, produzida em língua vulgar e constituída em torno dos principados regionais (MORÁS, 1999, p. 229). Também houve produções em latim, pelas figuras dos *curiales* (administradores

²¹Vladimir Propp foi um folclorista e sociólogo russo, defensor da noção formalista nas análises literárias (em especial os contos maravilhosos russos), que primava pela forma da literatura, que bastaria. Na visão formalista, é possível compreender/examinar as narrativas sem ajuda das outras ciências (psicologia, história, sociologia etc.). Outros importantes nomes do formalismo são Julia Kristeva, Roland Barthes e Tzvetan Todorov. (CARDOSO, 1997.)

jurídicos e fiscais), jovens universitários instruídos, como Gautier Map e Gervais de Tilbury, a exemplo das encontradas nas cortes de Henrique II, dos Plantageneta.

O primeiro (Walter Map, em inglês), livreiro e clérigo medieval, teve como principal obra *De nugis curialium* (Mentiras dos cortesãos), escrito entre 1181-1193, coleção de trívias e anedotas, que contém fofocas das cortes e escrita satírica. São dois os relatos identificados com o enredo aqui supracitado: Henno dos dentes grandes (*Henno Dentolas*), que se casa com uma ‘esposa dragão’ que foge da água benta e da comunhão e Edric, o selvagem (*Eadric Silvaticus*), que encontra sua esposa em uma floresta e a perde nos mesmos moldes.

O segundo, Gervais de Tilbury, escreveu o *Otia Imperialia*, entre 1210-1214, que foi sua obra mais conhecida, sendo um tipo de *Speculum literature*, com características de uma enciclopédia, também conhecido como o ‘Livro das Maravilhas’. Dois contos parecem ser da temática melusianiana, “A dama do castelo de Esperver”, que foi forçada a assistir à consagração da missa pelo marido e fugiu voando; e a história de Raymond do castelo de Rousset, chamada “*Olhos abertos após o Pecado*”. Esse último conto tem como tema o pecado original, e por isso considera as proximidades entre Eva e as serpentes.

Nesses relatos não encontramos datas, nem o nome da personagem da fada, embora a linhagem que origina é citada como alguma família contemporânea ao autor. Essa mulher tem características anticlericais, falta as missas, não se benze, e com o final do relato, tem aparência de serpente ou dragão, terrestre, aquático ou voador. São sedutoras e diabólicas, nos padrões de demônios súcubos.

Há ainda outras versões e obras, como o *Speculum Naturale*, de Hélinand de Froimont etc., que conta o encontro de um nobre com uma mulher por quem se apaixonou e que tomava banhos em forma de serpente (LE GOFF, 1980, p. 292). No século XIII e XIV o tema foi adaptado para os relatos linhagísticos e com textos mais longos.

Localizamos assim a publicação do terceiro *Livro de Linhagens do Conde Pedro de Barcelos*, no início do século XIV, que contém referência a duas esposas sobrenaturais que fundam as famílias Haro e Marinho. Mas só em 1392 Melusina (*Mèlusine, Mellusine, Mesluzine, Messurine, Meslusigne ou Mellusigne*) é nomeada e se transforma em romance, e a família do esposo é a Lusignan, nobres importantes em Poitou, cujo ramo mais antigo se extinguiu em 1308 (passando seus domínios para o

poder real e depois para o Duque de Berry). A fada se torna Mãe Lusina (*Mère Lusine*), ou seja, “mãe dos Lusignan”.

O livreiro Jean d’Arras começa a produzir uma obra para o duque, *O Romance de Melusina – ou a nobre história dos Lusignan*, que tem como fonte o relato oral, os conhecimentos populares, além das crônicas de Gervais de Tilbury. A lenda ascendeu para o estatuto de obra literária. Foi produzido ainda um romance em versos de Coudrette, *Melusina* (1404-1405, na Inglaterra). A figura mítica da Melusina é, desde então, parte da tradição folclórica moderna na França, representada em monumentos e em obras artísticas.

A personagem ganhou visibilidade nos estudos sobre o maravilhoso medieval, sejam eles focados nas questões psicológicas dos contos de fadas ou nos estudos sobre o folclore medieval. Laurence Harf-Lancner vê no modelo melusiniano um protótipo de fada que traz felicidade, diferente da fada Morgana que arrasta o homem ao mundo sobrenatural (*apud* LE GOFF, 2009, p. 189). Sob um avatar medieval da deusa da fecundidade, sua aparição ao homem medieval é positiva na medida em que garante, nessas versões, saúde, descendência, prosperidade rural e construção. Nos diz Luís Krus:

Desenvolvendo o tema das divindades silvestres e aquáticas amorosas de um mortal, ao qual dispensam riquezas e prodigialidades infinitas, os contos melusianos reintroduzem no mundo letrado os valores míticos da abundância, fecundidade e regeneração – atributos da chamada terceira função da ideologia tri funcional indo-europeia, ligando-os, explicitamente, às imagens da floresta e da mulher, enquanto encarnações do princípio da fertilidade e, por extensão, ao da sexualidade reprodutora (KRUS, 2011, p. 157-158).

Portanto, Jacques Le Goff a posiciona historicamente no contexto de desenvolvimento econômico medieval, principalmente na França. Além de simbolizar o enriquecimento e crescimento feudal, a história em volta dessa mulher envolve o tema da transgressão, que daria tons moralizantes ao romance. Há várias aparições da personagem nos anos posteriores, seja em versões literárias em vários países europeus, seja em óperas e peças do século XIX. Melusina tornou-se parte da cultura de entretenimento contemporânea, como modelo de ser sobrenatural folclórico, presente em vídeo games, séries e literatura e até como logotipo de marcas globais.

Seguindo a metodologia de trabalho de Antônio V. P. Morás, consideramos importante a discussão sobre as influências que mitologias específicas e os processos de transmissão de memória tiveram na produção das narrativas literárias medievais tanto quanto aquela feita sobre o contexto histórico da produção textual. No entanto, expomos o debate sobre os emblemas e representações que tem a mulher como foco com o objetivo de contextualizar historicamente os usos desses elementos, de modo que seja possível problematizar a inclusão do feminino e das mulheres na história medieval.

2.2. As mulheres sobrenaturais no medievo: mitos, símbolos e o imaginário social

Ao conceber os contos melusínios a partir da análise de padrões e variantes, é possível detectar a repetição de alguns esquemas e símbolos. Além de explorar seus possíveis significados, devemos ter em mente os esforços ideológicos por trás do movimento autoral de confeccionar um enredo narrativo, seja ele para entretenimento, como manual de comportamento ou comprovação de nobreza. Na Idade Média, essa produção é majoritariamente feita por homens, normalmente oriundos do ambiente religioso. Devemos começar, em nossa análise, com o pressuposto mínimo do estranhamento – homens descrevendo e caracterizando mulheres – que estavam rodeadas de mistério e maravilhoso. Essa relação entre os gêneros é fortemente influenciada pela ideologia cristã, embora não possamos excluir os textos dos autores clássicos gregos e romanos que hierarquizavam as relações entre homens e mulheres.

Com efeito, não saberemos a partir de nossa reflexão o que foi dito ou pensado pelas mulheres medievais. A autoria de nossa fonte é masculina. No entanto, discutir a situação das mulheres, percebê-las como sujeitos históricos participantes perpassa a leitura do que foi escrito por aqueles que se viam ‘superiores’. O ‘neutralismo’ sexual comum só beneficia o mundo masculino, padrão pela definição geral. As representações são aos poucos e socialmente naturalizadas, de modo que a iniciativa masculina reduz as mulheres a espectadoras de si mesmas (PERROT, 2017). Isso não significa tirar a responsabilidade das mulheres como produtoras de sua história. Todavia, começamos a compreender as definições e modelos que elas tinham de atender ou responder (diante de desvios).

As expectativas de gênero estão presentes por toda a história, e atingem a todos. Autoras como Joan Scott (1989) e Linda Nicholson (2000) demonstraram a importância do gênero, com especial atenção a linguagem e as diferenças percebidas entre os sexos na edificação de um sistema simbólico – que molda as relações de poder que organizam a vida concreta e a simbólica. Marília Carvalho (2003) aponta a utilidade desse código para a interpretação das relações sociais que não se restringem ao contato homem/mulher, mas da possibilidade de traduzir as diversas interações humanas naturais e sociais, histórica e culturalmente, pela dualidade feminino e masculino.

Algumas dessas dualidades operam e influenciam por via do imaginário, tão presente no medievo. A cultura medieval como um todo expõe uma combinação impossível de opostos, e as categorias feminino e masculino estão relacionadas a outras que fazem os contrários coexistirem e terem sentido (GUREVITCH, 1990, p. 21).

Conceituaremos o imaginário como um sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas. Assim definido, existe uma interface possível do imaginário não apenas com o campo das “representações”, mas também com o âmbito dos “símbolos” (BARROS, 2007, p. 27).

Ideologias e representações são constituídas por elementos que ultrapassam o discurso racional, operando pelo figurativo e o simbólico, ligados ao imaginário e a representação semiótica: o símbolo, através do imaginário, é “vivencial, polissêmico, liga-se as imagens, remete a um significado invisível e não passível de ser traduzido em palavras” (SERBENNA, 2003, p. 8) e o signo, unívoco e racional, traduz essas experiências dentro de um discurso lógico.

Assim, o sentido afetivo e emocional de integração vivencial do indivíduo frente a realidade e a construção de um significado para a sua existência são realizados por meio do símbolo, através da imaginação simbólica (que opera com símbolos) e da função transcendente (que permite integrar opostos). O signo, presente no campo racional e com suas operações entre si podendo ser explicadas racionalmente e conjugadas segundo regras representa uma espécie de “enquadramento” da multivocidade do símbolo. Desta forma, o símbolo antecede aos conceitos, às ideias, às ideologias e a todas as representações e produções humanas semióticas, sendo o substrato do qual elas emergem (SERBENNA, 2003, p. 8).

Pensando na proposta de analisar histórica ou socialmente uma sociedade por meio do imaginário devemos notar, conforme José d'Assunção Barros, a necessidade de problematizar mitos, símbolos e imagens para que não sejam um fim em si mesmos – as investigações literárias formalistas ou a análise estruturalista dos símbolos e mitos são importantes formas de entendimento, mas não são completas sem a avaliação histórica e social. Esse imaginário, portanto, é social.

Conforme nos diz Bronislaw Baczko (1985), o conceito de imaginário social foi moldado a partir das reflexões de três autores: Marx, Durkheim e Weber. Marx teria feito uma elaboração com a intenção de desmitificá-lo visto a relação que o imaginário teria a ideologia, que reflete e manipula a luta de classes; o segundo, utiliza o imaginário para explicar a coesão social refletida na relação das estruturas e as representações coletivas; Weber vê nas funções do imaginário a produção de sentidos que os atores sociais dão as suas ações.

Para Baczko, é possível identificar em todas as sociedades o uso do imaginário, por vezes mesclado com mitos e ritos, pois possuem os mesmos guardiões. As produções imaginárias seriam uma dentre as respostas das sociedades as tensões e desequilíbrios das estruturas sociais (BACZKO, 1985, p. 308). No entanto, nas sociedades antigas os mitos possuem implicações ideológicas, e nas sociedades modernas, as ideologias escondem os mitos, pois o imaginário social se torna racional, transformando seus atributos de forma cada vez mais sofisticada, como as propagandas (BACZKO, 1985, p. 300). Assim como a Memória e a História, imaginário e ideologia estão dialeticamente relacionados

Jacques Le Goff sustenta a distinção dos conceitos, embora admita que seja importante considerar ideológico e imaginário na análise histórica, sendo delicado traçar uma fronteira clara entre os dois. No entanto, a ideologia tende para a imposição à representação que perverte o 'real' material e o 'real' do imaginário. Não estaria ali uma descrição da sociedade, mas uma imagem imposta que pode servir a delimitação das hierarquias, a construção de instrumentos de controle etc. que se utiliza do imaginário como meio propagação (LE GOFF, 1994, p. 12).

Este imaginário se torna social por dois motivos: Se deve a uma orientação que leva o imaginário ao social, no sentido da produção de representações sobre o ordenamento da sociedade, e das relações recíprocas (obediência, dominação, hierarquia) como também das instituições sociais – tudo que se refere ao exercício de

poder. E designa a participação individual dentro de um imaginário coletivo. Da memória social de um grupo ou sociedade. “Os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz” (BACZKO, 1985, p. 309).

Na sociedade medieval, o simbolismo tonifica a vida em todos seus diferentes níveis – a espiritualidade, as relações dos homens e mulheres com objetos, com a natureza, com a comunidade de vivos e mortos... Ainda, era uma forma de “expressar o invisível e as imagens do espírito por meio do visível e das coisas materiais” (GUREVITCH, 1990, p. 79). Era um meio de classificação geral do existente no passado e no presente.

Para compreender o referencial das pessoas na Idade Média é necessário conceber que o sagrado estava presente em todas as coisas. Esse mesmo homem então se esbarrava no sobrenatural (conceito que só surgiu no século XIII), no Além, e na cosmologia, fazendo assim a natureza ter um sentido muito mais amplo. Como definir as formas de relação entre a “religiosidade primitiva” pelos meios populares e as formas eruditas, controladas pelo meio clerical?

José Mattoso explica a importância desse elemento como indício das manifestações mítico-religiosas no Ocidente Europeu, e suas demais polarizações regionais, mesmo que afirmem praticar a mesma religião cristã. Como conceito para religião popular, o autor percebe-a por oposição ao culto oficial e público das autoridades eclesiásticas. Têm como características as preservações de rituais e práticas mágicas de origem não exclusivamente cristã (condenadas ou não pelo clero).

Essas práticas são de origem cultural diferente, que compreende a Natureza de outra forma. Para Marc Bloch (2016) a atitude religiosa da Europa medieval resume-se na crença generalizada. O fato de também praticarem os ritos oficiais não o fazem menos coeso, pois essa não era uma preocupação advinda desse meio, mas sim do clero. (MATTOSO, 1987, p.184) Não havia uma necessidade de coerência. Outrossim vinha do modo como lidavam com o sagrado e o natural, sobretudo nas necessidades de respeitarem uma ordem do universo, forças naturais que eram essenciais para sua forma de subsistência (próprias da sociedade agrária).

Sabe-se muito pouco sobre a religião popular no Portugal medieval, além do que exposto de forma geral sobre as origens antigas das suas práticas mágicas e ritos, e de sua mutabilidade e os aspectos sincréticos que a mesclaram com o cânone oficial. Seus

métodos de análise são bastante diferentes dos aspectos sobre a política ou economia, dado que os documentos responsáveis por seu tema são de origem clerical, que ignoram, ocultam ou desacreditam-na. No entanto, as crenças populares, apesar de clandestinas, influenciaram muitas manifestações da mentalidade corrente. A vida religiosa dos indivíduos era formada por múltiplas crenças e práticas que, independente da origem, eram afetadas pelo mítico (BLOCH, 2016, p. 102).

Muitos dos pressupostos e aspectos litúrgicos foram assimilados na sua formação mais antiga. (MATTOSO, 1988, p. 397-398) Um exemplo disso é o respeito a objetos sagrados, guardados em locais especiais, muitos desses antigos templos pagãos. Ou as formas de ‘domesticação’ dessas crenças, como as procissões ou as festas dos loucos. Para Delumeau (2009), os processos de cristianização, no entanto eram

[...] Cristianização incompleta, sobrevivência de um politeísmo de fato e restos das religiões antigas nem por isso significam cultos coerentes de fertilidade, nem manutenção de um paganismo consciente de si mesmo, ou organizações clandestinas de liturgias anticristãs. A única certeza fornecida pela documentação atualmente examinada é a de um sincretismo religioso que, em particular nos campos, por muito tempo sobrepuja crenças alimentadas pela Igreja a um fundo mais antigo. Mas as populações se consideravam cristãs e não tinham o sentimento de aderir a uma religião condenada pela Igreja. E devem ter sido muito surpreendidas pela aculturação intensiva conduzida na Europa pelos missionários das duas Reformas, que, eles sim, viram paganismos por toda parte. (...) Certamente subsistiu em nomes deformados de divindades e sob a forma de mentalidades e comportamentos mágicos, mas sem um panteão organizado, nem sacerdotes (ou sacerdotisas), nem corpo de doutrina. Era talvez vivido, mas não era pensado ou desejado (DELUMEAU, 2009, p. 554).

Ou seja, enquadrar a memória das mulheres sobrenaturais dentro das narrativas de linhagens não necessariamente representava contradição explícita na religiosidade dos indivíduos. A convivência, e as vezes embate, de duas culturas diferentes não abalaram a unidade mitológica da Idade Média. “As nuances encontradas nas adaptações do século XIV partem de uma aceitação sociopsicológica por parte da sociedade laica e religiosa” (MUNIZ, 2015, p. 42).

Desta forma, é essencial que consideremos os signos e símbolos que envolvem a literatura medieval. Os elementos formadores do enredo não estão ali presentes pelo

mero acaso. As modificações e combinações das imagens e representações dão significado as práticas sociais e relações entre os gêneros, servidas do imaginário social.

2.2.1. As fadas medievais e a natureza feminina

A figura da mulher sobrenatural, poderosa e maravilhosa, aqui identificada como Melusina converge em si o avatar de deusa da fecundidade e de monstro. Antes de considerar o contexto e as formas em ela foi reivindicada por famílias medievais, o que significa uma utilização política do maravilhoso, é proveitoso que consideremos os elementos míticos, simbólicos e recorrentes nos relatos nesses moldes.

Utilizaremos como norte para a análise desses elementos o *Inventário do Maravilhoso Medieval* segundo Le Goff (1994), que nos permite categorizar os relatos maravilhosos de estrutura ‘melusiniana’. A análise do conteúdo de nossas fontes deve questionar as influências e possíveis contatos, conflituosos e sincréticos, da cultura medieval europeia (por si só diversa) com outros povos e tempos. Os personagens e suas características exemplificam esses contatos.

De modo geral, os sujeitos envolvidos nesses relatos são seres humanos (normalmente representativos do mundo ‘real’) e outros antropomórficos – as fadas -, homens e mulheres com particularidades físicas – e ainda, seres metade homens/mulheres e metade animais, como as sereias e *Mélusines*. Ela está presente nas categorias positivas das damas da abundância e nas tipologias monstruosas, o que resume suas facetas complementares e ao mesmo tempo opostas da significância de sua existência.

Os elementos apontados como feminino, polo de organização do pensamento humano, no Ocidente medieval, se manifesta com aspectos negativos e positivos. A figura da fada, que Melusina constantemente é associada, é um modelo de ambivalência. Normalmente mensageira do Outro Mundo, a fada detém magia e poderes/capacidades sobrenaturais provenientes da imaginação, que constroem e compensam a realidade do homem mortal.

A construção do masculino/feminino no contexto medieval, respeita a noção de hierarquia, tão importante à ordem. “[...] Uma classificação binária e horizontal, fundamentada na oposição, e uma interdependência vertical entre as categorias” (KLAPISCH-ZUBER, 2017, p.159). Alguns dos valores aqui explorados são exemplos

de um modelo universal que concentrou qualidades, atos e até objetos dentro desses polos. Os valores atribuídos ao feminino foram amplamente discutidos no medievo, e ganharam atenção especial dos clérigos e teóricos.

Os limites entre o real e o imaginário são flexíveis, o que fez com que as personagens sobrenaturais fossem objeto de investigação, sob o ponto de vista moral, como eram as mulheres a elas comparadas. É possível compreender as relações do que chamamos de animais fantásticos e os símbolos, que oferecem uma interpretação autêntica à realidade. Para a mentalidade medieval a existência desses seres tem fundamento:

[...] na categoria de símbolos sagrados (*sacramenta*) e de sinais (*signa*) de uma ordem e de um desígnio divino: não apenas “exemplos” de verdades intemporais, mas “tipos”, “imagens”, ou seja, antecipações e prefigurações de momentos da história sagrada (GREGORY, 2017, p. 299).

Como figura mítica recorrente nos romances medievais e posteriores, a *fatae* é associada por um lado com as Parcas romanas, ou ainda as *Moirai* gregas, as *Tria Fata* que fiavam e controlavam os destinos dos homens -, e relacionada com as características das deusas-mãe célticas, símbolos da fecundidade e da abundância (NUNES, 2010, p. 4). Portanto, convergem em si os poderes da felicidade e da morte – poderes frequentemente associados a Natureza assim como às mulheres. Mas temos aqui o encontro de mitologias diferentes, a grega e a romana, o *lais* bretão e as sagas islandesas, a mitologia basca e oriental, que nos permite identificar influência na construção da figura melusiniana: Dianas, ninfas, lâmias, fadas.

A ‘grande deusa do neolítico’, arquétipo da deusa-mãe que dá origem a vida, é frequentemente citada pelos pesquisadores e pesquisadoras que investigam os contos. Demeter, Isís, Istar, Kali, Astart, Darna etc. são a Mãe – receptáculo e matriz da vida, correlatas também a destruição e a morte (CHEVALIER, CHEERBRANT, 2017, p. 580). Jean Delumeau definiu esse esquema a partir do medo que as mulheres provocavam enquanto figuras associadas aos desígnios do natural e da criação/extinção da vida:

Essa ambiguidade fundamental da mulher que dá a vida e anuncia a morte foi sentida ao longo dos séculos, e

especialmente expressa pelo culto das deusas-mães. A terra mãe é o ventre que nutre, mas também o reino dos mortos sob o solo ou na água profunda. É cálice de vida e de morte (DELUMEAU, 2009, p. 464).

Para nós, a questão mais importante em considerar essa tradição oral multissecular é a do papel da Natureza, isto é, da significação da natureza nos contos. Está claro para nós a conexão desta com a mulher. Ali está um âmbito que o homem medieval teme por não poder controlar – esta é a origem da mulher sobrenatural, obscura e poderosa. Na Antiguidade, o casamento da mulher-animal com um homem mortal seria extremamente benéfico, pois se tratava de uma união entre o provedor e o provido (mulher-*trickster*).

Com a alienação do mito, no entanto, essa origem natural será elemento negativo, tornando-se parte dos atributos demoníacos da personagem. No pensamento medieval sobre a mulher, essa conexão vai ser definida pelos teólogos a partir da divisão homem/razão, mulher/emoção. Ela, associada com sua natureza e irracionalidade, age sem pensar, é escrava de seus sentimentos e desejos e não pode ser confiada. O que pode ter sido razão de veneração e culto em épocas históricas diferentes, em sociedades patriarcais como a da Idade Média, tornou-se medo e mistério. Maternidade, menstruação, sua sexualidade, experiências que o homem, e principalmente os clérigos, não compreendem. Assim como o mundo natural deveria servir aos homens (provendo-lhes alimento, matéria-prima e moradia, visto que na hierarquia divina ele foi encarregado por Deus de cuidar de tudo e todos), assim deveria a mulher, inferior e representante de uma força inquietante.

Durante os relatos dos mitos e lendas, é nas montanhas, à beira de uma gruta, junto às águas de um rio, manancial ou fonte que o encontro com a fada acontece (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2017, p. 415). O lugar natural, a floresta, e principalmente a proximidade às águas informa as origens e as motivações daquele ser. Em diversas tradições antigas e medievais, como a céltica, a floresta representava santuário e lugar de culto e magia.

Fica claro para os que estudam os contos maravilhosos medievais as fontes e reservatórios míticos que a literatura de entretenimento das cortes se dispõe a propagar; a matéria da Bretanha, os vestígios da mitologia e cultura celta e germânica. O elemento água ganha destaque no local sagrado e mágico. Como fonte da vida, a água simboliza

um meio de purificar-se e regenerar-se. Se transforma num meio de revelação – é quando se banha que Melusina se revela híbrida, sua natureza de serpente, de sereia. Dona Marinha sai do mar, de onde habitava. O contato com o líquido, que permite que o sobrenatural se manifeste, conduz ao espiritual, a vida e a morte. (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2017, p. 21).

O culto às águas é especialmente forte na cultura céltica, sendo o meio aquático lugar de sacrifícios, oferendas. É associado com o feminino, enquanto ser animado. Relaciona-se com a fecundação e a passagem (OLIVIERI, 2006, p. 79). Os rios como portais de travessia ao Outro Mundo são temas recorrentes em diversas culturas. Como guardiãs, ali estão as fadas, ninfas e mouras, capazes de transitar entre os dois. Sempre mulheres.

A conexão das fadas/deusas com as fases da lua e às estações do ano se estende também a seu componente animal. Nas tradições célticas há histórias que versam sobre uma mulher-equídea, mas nos contos apontados ela toma forma de metade serpente/dragão/sereia (por estar ligada a água) e cabra – no caso português. Embora o significado e os usos desses animais sejam diversos, na perspectiva cristã e pela edição da cultura clerical, ganham aspectos maléficos e malditos. Como componente da Natureza, representam o conjunto das forças mais profundas que nos vitalizam. Estar ligado aos animais significa liame com as camadas do inconsciente e do instintivo. Esse instinto, que anima, é a libido insaciável e irracional – a sexualidade feminina é, portanto, temida e repreendida enquanto caracterizada como diabólica e predatória.

A monstruosidade das mulheres sobrenaturais, híbridos humano-animal, também foi associada à sua sexualidade. Nesse sentido, a mulher, e em especial, a feiticeira, vai se tornar monstro aos olhos do homem medieval. Claude Kappler (1994) vê nas relações entre os ‘sexos’ uma dinâmica de medo, onde é possível enxergar o sexo oposto como ‘monstro’. “Mas em sociedades onde é essencialmente o homem que exprime seu pensamento, escreve, age [...] esse medo tende a se manifestar com uma só face” (KAPPLER, 1994, p. 377).

Por possuir uma sexualidade perigosa, que castra, devora ou engole, a mulher-pecado é a personificação da serpente, causadora da destruição do homem. Os mênstruos, impuros, foram associados a peçonha das cobras, capazes de envenenar. As serpentes são animais simbolicamente complexos, conectadas aos diferentes elementos naturais, fogo, água, terra e ar. Para além das óbvias referências cristãs, as serpentes

tenham outros significados – o de conhecimento do devir, dos mistérios do universo etc. É um animal que representa a sabedoria, a renovação da vida e o equilíbrio entre os opostos. Como atributo representativo das deusas-mãe – Athena, Deméter, Isis – é a aliança entre forças naturais e a razão (SIQUEIRA, 1995, p. 263).

O dragão, relacionado com as cobras e serpentes, possui várias representações e significados na mitologia universal. Animais ctonianos, isto é, infernais, na tradição greco-romana aparecem ligados aos ritos e crenças de fecundação, símbolo das forças e das águas (que precisam ser dominadas). Nas crenças asiáticas-egípcias era a personificação das forças da água – fertilizante e destruidora. Depois, tornam-se símbolos do mal. No mundo céltico, fervilhavam nas representações mitológicas – e posteriormente na Irlanda várias histórias de santos lutando e vencendo dragões fazem parte das lendas (LE GOFF, 1980, p. 230). Para o autor, as tensões entre os polos culturais, erudito e popular, concedem uma ambiguidade de gerada pela metamorfose dos significados na Idade Média.

Portanto, a personificação das águas e do mal dessas criaturas representaram a evolução de Melusina/Dama do Pé de Cabra/Dona Marinha como mulher-animal, antes sob ótica pagã, depois sobre a cautela medieval. Le Goff esclarece que sua função é revelada através de sua natureza. Ela dá o aval da prosperidade as famílias que a ela se associam, quer esteja relacionada a uma possível deusa da fecundidade céltica e autóctone, ou a influências externas. As versões lhe dão origens aquáticas, uranianas e ctonianas, mas sua apropriação revela a existência de um ‘avatar-medieval’ equivalente as deusas da fecundidade e prosperidade das mitologias anteriores.

A cabra, que caracteriza a hibridez da fundadora dos Haros, é animal simbolicamente representado como demoníaco. Assim como o bode, foi associado à luxúria e a servidão ao Diabo. Para o cristianismo medieval, são animais impuros, signos da maldição e deuses do sexo (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2017, p. 134). No entanto, Angélica Varandas (2006) esclarece a imprecisão desse único sentido. Associados a fecundidade e a deuses com Pã, Dionísio e Thor, possuíam pesos simbólicos diferentes nas culturas da Antiguidade.

Os pés forçados da dama biscaína serão vistos, sob a luz do julgamento cristão, como indícios de sua maldade. “Com efeito, observa-se a diabolização do núcleo principal, não apenas através da natureza religiosa do interdito que a Dama impõe, mas

também pelo caráter degradante de um casamento entre um mortal e um híbrido, e pela diabolização da mulher” (MACHADO, 2011, p. 4).

Este processo é ligado à recusa do humanismo medieval que via o homem a imagem e semelhança de Deus, e que os contos maravilhosos ‘desvirtuam’. A dama do Pé de Cabra é descrita da seguinte forma: “*E esta dona era mui fermosa e mui bem feita em todo seu corpo, salvando que havia uu pee forcado como pee de cabra*”. (*Livro de Linhagens do Conde d. Pedro*, Título IX).

A representação diabólica da cabra e do bode acontece de forma mais recorrente no final da Idade Média. Por isso, é de extrema importância considerarmos o contexto mítico e histórico regional. A fundadora da linhagem dos Haros reúne em torno de si diversos elementos do folclore local, da mitologia basca e castelhana, tendo esses a função genética que os elementos célticos e nórdicos tiveram na literatura melusiniana (SILVEIRA, 2002, p. 42).

O casamento com as damas sobrenaturais, descrito no Livro de Linhagens, exporia o poder do senhor da terra de controlar a natureza do local que buscava dominar. Os seres animais e mitológicos presentes no relato, além do local do encontro, transparecem como resquícios do mito de casamento com a própria natureza, bastante importante para uma sociedade agrária como a da Idade Média:

O retorno constante, na poesia, na arte e na teologia da Idade Média, ao tema da natureza antropomorfa, não é apenas um simples tributo pago à tradição, nem uma simples convenção. Estas representações exprimiam a relação particular do homem com o universo da natureza, uma relação que posteriormente se perderá (GUREVITCH, 1990, 79).

Para que a estrutura do relato faça sentido dentro dos parâmetros do maravilhoso político, é essencial que as características da narrativa e dos personagens se adaptem às especificidades da cultura e da história local. No caso do nobiliário português, as narrativas que ali foram inseridas e copiladas, sejam elas autóctones ou exportadas, são adaptadas de forma a representar as noções conceituais nucleares daquela civilização. Esses conceitos surgem tanto a partir da experiência pessoal dos indivíduos envolvidos como da tradição herdadas de outras épocas e regiões (GUREVITCH, 1990, p. 30). Portanto, os usos da mulher sobrenatural refletem as práticas sociais e culturais que tem relação com a vivência medievais, e com os aspectos/objetos/símbolos ditos femininos.

2.2.2. Os pactos, espaço e sociedade nas narrativas melusinianas

O local de ação dos personagens, nas narrativas míticas, corresponde a um campo espacial que afetará as personalidades e os poderes do herói. O mundo civilizado e harmônico, cristão e obediente se contrasta com os limites das florestas e terras estranhas, sem ordem humana ou divina (GUREVITCH, 1990, p. 98). São nesses espaços os lugares desconhecidos, potencialmente mágicos. Conforme explica Gurevitch, a vivência rural deixou marcas na cultura medieval:

A predominância absoluta da população camponesa na Europa nesta época influenciou inevitavelmente todo o sistema de relações do homem, qualquer que fosse a sua camada social, com a natureza: a visão própria do agricultor dominava a consciência e as condutas sociais (GUREVITCH, 1990, p. 62).

O relato da união entre os dois mundos extraído da memória social e dos estratos míticos do passado não explica totalmente a sua apropriação pelas famílias medievais da Baixa Idade Média. Devemos levar em consideração os rituais e as práticas medievais vigentes. Para a historiadora Aline Silveira (2002) a Dama do Pé de Cabra resume, através do pacto feérico, as relações matrimoniais e vassálicas. Os exemplos encontrados na literatura laica constituiriam uma forma de espelho, que representam e idealizam os pactos sociais. O que justifica a função legitimadora dos relatos (SILVEIRA, 2002, p. 10), pois eram codificados a partir de elementos do cotidiano dos receptores da narrativa.

Silveira identifica uma estrutura comum entre os pactos míticos e os vassálicos, a qual nos ajuda a compreender como as narrativas tinham poder representativo e modelador dos vínculos medievais. A historiadora destaca três elementos comuns: 1) O ambiente de encontro, geralmente natural e desabitado, evocando o limite entre os dois mundos; 2) O sacrifício ('dever sagrado'), momento de união do ser sobrenatural em que é acolhida a restrição do interdito ou condição; 3) O poder da palavra, evidenciada em uma sociedade pautada pela oralidade. Vejamos o início do relato da família Haro:

Este dom Diego Lopez era mui boo monteiro, e estando uu dia em sa armada atendendo quando verria o porco, ouvio cantar

muita alta voz ua molher em cima de ua pena. E el foi pera la e vio-a ser mui fermosa e mui bem vestida, e namorou-se logo dela mui forte-mente, e perguntou-lhe quem era. E ela lhe disse que era ua molher de muito alto linhagem, E el lhe disse que pois era molher d'alto linhagem que casaria com ela se ela quisesse, ca ele era senhor daquela terra toda. (LL, Título IX, p. 138-139)

O nobre, Dom Diego Lopes, estando caçando por suas terras, ouviu cantar uma mulher em cima de um penedo. O encontro no meio natural é exposto imediatamente, o que explicita a origem da misteriosa fundadora da linhagem, local de domínio dos Haro, já que este “era senhor daquela terra toda”. A capacidade do senhor de governar aquela terra depende de seu domínio sobre o espaço. Ele deve controlar um ser mítico e sobrenatural que era originado daquela região, através do casamento. O senhorio e a linhagem surgida dessa união legitimam o controle, e um pacto com a natureza do local.

O poder da palavra, o último momento do ‘ritual’ é um ponto chave nas narrativas. A Dama do Pé de Cabra, assim como D. Marinha, e como as personagens melusinianas dos séculos XI e XII não são nomeadas. Por vezes são tratadas como ‘mulheres desconhecidas’ ou apelidadas por conta de seus atributos físicos/espaciais, as narrativas não nos contam muito sobre possíveis exemplos históricos das mulheres fundadoras.

Na época, verdadeiras negociações eram realizadas a partir do casamento, instrumento político de alianças e de constituição de reinos. É a partir dele que se instituem alguns dos mais importantes valores medievais, a *caritas* – a caridade que representa o amor de Deus, que organiza politicamente as relações entre vassallos, entre famílias, através do qual se acende socialmente. É dele o ponto de regulamentação do sexo, do pecado original e da perpetuação da espécie. Da linhagem. Segundo Duby,

O que de fato importa é a reprodução não apenas dos indivíduos, mas do sistema cultural que os reúne e que ordena suas relações. [...] O sistema cultural a que me refiro é o sistema de parentesco, o código a que me refiro é o código matrimonial. No centro desses mecanismos de regulação, cuja função social é primordial, tem o seu lugar, com efeito, o casamento (DUBY, 2011, p. 10).

A constituição do casamento se situa entre o sobrenatural e o natural. Georges Duby lembra que parte da valorização das mulheres medievais partia de interditos. O de ser virgem, ser uma esposa fiel e casta. A função de dar filhos, parir homens. O mito melusiniano representa o contrário. É a mulher quem diz as proibições e quem regulamenta os ritos que envolvem a magia de que é responsável. Portanto, parece correta a associação entre os pactos feéricos e os pactos vassálicos e matrimoniais medievais, onde a figura feminina é necessária para as negociações e constituição dos tratados, ou seja, a formação da família nobre.

“*Ouvio cantar muita alta voz*”, assim a Dama é notada pelo nobre. Através do poder simbólico de sua voz (como o canto sedutor das sereias) seduz e convence-o de sua importância. A figura da sereia representa a armadilha mortal. No panteão de seres míticos medievais, as sereias, sob o olhar cristão são relacionadas ao pecado da vaidade e da luxúria – sempre estão com os cabelos soltos e o busto desnudo. Para Kappler (1994) há uma redução simples entre a luxúria e o mundo úmido do interior feminino, enfatizado nas sereias. As fadas, assim como as sereias, possuem alto poder erótico e sedutor. É importante, nas narrativas míticas melusinianas, explicitar as características físicas da mulher, que combinam com a sua nobreza e alta linhagem, são capital da troca e conquista matrimonial.

A Dona Marinha tem essas expectativas subvertidas. Embora sua origem sobrenatural esteja ligada ao meio aquático, ela se apresenta muda, e, portanto, não necessariamente enfeitiça os mortais. “*O primeiro foy hu caualeiro bõo que ouve nome dõ Froyam e rea caçador e monteiro. E andamdo uu dia em sua caualo, per rriba do mar, a seu monte, achou ua molher marinha jazer dormindo na rribeira.*” (LL, Título LXXIII). A constituição do ‘cavaleiro’ indicava um homem de posses, e a designação de ‘bom’ indicando amabilidade, bondade, era uma referência aos ideais da cavalaria. ‘Mulher marinha’ expõem a origem da personagem, saída das águas. “[...] *E esta dona Marinha no falava nemygalha. D; Froyaz amaua muyto e numca lhe tamtas cousas pode fazer qie a fezesse fazer fallar.*” (LL, Título LXXIII.) Uma hipótese para seu silêncio é a cristianização do relato português. Nesse sentido, o exercício de poder praticado sobre a mulher não precisa de pacto. Ou ainda, o controle do modo como pacto é conduzido parte da figura masculina, visto que nesse enredo a personagem está contra sua vontade e deste modo, não difere o seu ‘sim’ a união procurada. As etapas do

que seria a contratação vassálica são alteradas, portanto, embora se mantenha a importância do espaço natural.

A condição que a esposa sobrenatural impõe ao marido existe para que não seja descoberto sua natureza mágica. A exposição de seus poderes e origens ressalta a estranheza e o não pertencimento da mulher, que tenta se inserir no mundo humano. Ela desaparece, assim que seu segredo é propagado. Sua inevitável fuga demonstra a vitória dos princípios cristãos (contra as ações demoníacas da mulher). Em alguns casos, a fada procura uma redenção, por seus pecados refletidos em sua natureza híbrida. Esta é, portanto, o principal contraponto dos dois contos analisados, o invólucro cristão que maquia os aspectos pagãos e os adaptam/transformam em mitologia cristã.

Em o *Romance de Melusina* de Jean d'Arras que conta a história da origem da família Lusignan, o autor transforma a personagem em defensora dos princípios cristãos na figura de penitente. “Após as ofensas de Raimundo, Melusina revela o motivo pelo qual assumia a forma de serpente: ‘Agora me devolveste à obscura penitência que muito conheci, por causa de um erro meu’” (AMARAL, 2007, p. 101). No entanto, os aspectos cristãos são superficiais e não causam impacto no enredo da história.

Por outro lado, nas narrativas dos *Livros de Linhagens*, percebemos maior cristianização do conto, seja na escolha dos símbolos e nas complicações que o interdito (ou a falta dele) provocam na narrativa. A fada é vista sob uma ótica negativa por manter características femininas combatidas na Idade Média. Ela tem o pé de cabra, animal diretamente ligado ao Diabo, relacionado à feitiçaria e ao demônio. Assim, as significações anteriores (pagãs) não necessariamente teriam desaparecido completamente, mas permanecido dentro dos limites sociais e culturais da época, porque essa sociedade foi construída a partir desses mesmos sistemas míticos.

2.3. As damas de alta linhagem: esquemas melusinianos no nobiliário português

A narração, como forma do comportamento humano, pode ser mimética e representativa. Ao relatar o passado, esperamos identificar os possíveis sentidos codificados pelo texto. O sentido é direcionado e implica intencionalidade (CARDOSO, 1997, p. 17), e deve ser apreendido como sistema e como processo: a estrutura das mentalidades e a possibilidade de transformação a partir da *práxis* histórica.

A utilização de certas narrativas por parte da nobreza medieval não é ao acaso. A repetição de certos padrões e personagens demonstra a importância desses temas. Se justificam e legitimam poderes e privilégios, esses esquemas detêm de um capital de prestígio (PICOITO, 1998, p. 143) social para tal. De acordo com os exemplos medievais e os padrões textuais dos contos melusinianos, identificamos dentro da genealogia das famílias ibéricas Haro e Marinho a utilização da estratégia de valorização das linhagens a partir de alguns processos.

Nesse aspecto, tão importante quanto a questão do espaço do relato é a questão do tempo. Tzvetan Todorov (1976) diz que a narrativa mitológica se baseia na casualidade *post hoc, ergo propter hoc* (depois disso, por causa disso). O passado determinará o que vem depois (TODOROV *apud* CARDOSO, 1997, p. 10). O tempo dos mitos cristãos e pagãos são diferentes – a consciência de passagem do tempo cristã é orientada pelo início, meio e fim, formando um enredo linear e irreversível.

Os interditos, os pactos e a transgressão presentes no enredo dos contos melusinianos variam de forma e impacto nas diferentes narrativas. No caso português, devemos considerar as especificidades da fonte, das relações entre os grupos sociais (rei e nobreza, clérigos e nobreza, homens e mulheres etc.) e em particular, entender mais sobre as famílias envolvidas. Logo, consideramos necessária uma leitura mais profunda do conteúdo, que utilize métodos de análise histórico-literária. Combinaremos aqui, seguindo as recomendações do historiador Ciro Flamarion Cardoso, feitas na obra *Narrativa, sentido e história* (1997), parâmetros de observação que reflitam tanto as formas textuais como as questões históricas.

Segundo a metodologia de Lucien Goldman – a sociologia genética da literatura – estamos lidamos com as estruturas mentais de uma dada sociedade, de caráter coletivo. Parte dessas estruturas mentais podem ser traduzidas a partir das relações de gênero, que em parte possuem forte conexão com os sistemas simbólicos e com o imaginário social que dá corpo as representações que tentamos identificar.

Por conta disso, a criação literária possui alta ligação com a vida social e pode determinar a ideologia dos grupos participantes. As obras da literatura são percebidas a partir de uma visão crítica, já que seu conteúdo pode representar a visão de mundo aceita e recusada (CARDOSO, 1997, p. 29). O entendimento de certa obra parte da compreensão das estruturas significativas que o envolvem (no nosso caso, o mito de Melusina) e da inserção desta em sistemas globalizantes. Já Todorov, partindo da

perspectiva formalista, busca as leis gerais que estruturam a poética e que auxiliam na generalização dos modelos (divididos em tipologias literárias), e na descrição dos fatos expostos nas narrativas.

Seguindo a proposta de análise dos casos portugueses, vamos ao texto. Procuraremos assim discutir de modo mais detalhado as questões referentes ao enredo e as possíveis leituras e interpretações da fonte, relacionando-a com as discussões propostas e as outras versões medievais.

2.3.1. A dama Pé de Cabra: mulher de alta linhagem

A dama do pé-forcado é personagem em duas narrativas maravilhosas referentes ao Haro: além do relato do encontro/pacto, ela também se insere na história do Carvalho Pardalo. Embora o relato da família Haro não seja particularmente longo, está profundamente embebido em um sincretismo não intencional que mescla extratos do paganismo regional e o invólucro cristão que constituiu essa personagem em importante figura literária em Portugal.

Vejamos o texto:

1. *Este dom Diego Lopez era mui bom monteiro, e estando uu dia em sa armada atendendo quando verria o porco, ouviu cantar muita alta voz ua molher em cima de ua pena.*
2. *E el foi pera la e vio-a seer mui fermosa e mui bem vistida, e namorou-se logo dela mui fortemente, e perguntou-lhe quem era. E ela lhe disse que era ua molher de muito alto linhagem. E el lhe disse que pois era molher d'alto linhagem que casaria com ela se ela quisesse, ca ele era senhor daquela terra toda.*
3. *E ela lhe disse que o faria se lhe promettesse que nunca se santificasse. E ele lho outorgou, e ela foi-se logo com ele. E esta dona era mui fermosa e mui bem feita em todo seu corpo, salvando que havia uu pee forcado como pee de cabra.*
4. *E viverom gram tempo, e houverom dous filhos, e uu houve nome Enhequez Guerra e a outra foi molher e houve nome dona -. E quando comiam de suum dom Diego Lopez e sa molher, asseetava el a par de si o filho, e ela asseetava a par de si a filha da outra parte.*
5. *E uu dia, foi ele a seu monte e matou uu porco mui grande e trouxe-o pera sa casa e pose-o ante si u siia comendo com sa molher e com seus filhos. E lançaram uu osso da mesa, e veerom a pelejar uu alão e ua podenga sobr'ele em tal maneira que a podenga travou ao alão em a garganta e matou-o.*
6. *E dom Diego Lopez, quando esto vio, teve-o por milagre, e sinou-se e disse: - "Santa Maria val, quem vio nunca tal cousa!" E sa*

mulher, quando o vio assi sinar, lançou mão na filha e no filho, e dom Diego Lopez travou do filho e nom lho quis leixar filhar. E ela recudio com a filha por ua freesta do paaço, e foi-se pera as montanhas, em guisa que a nom virom mais, nem a filha.²²

Ao analisar a narrativa mítica aqui compilada, procuramos perceber, dentre as inúmeras opções, pontos relativos à: semelhança/diferença do enredo com o padrão melusiniano; a interpretação dos símbolos e significados no contexto biscainho e português; as informações sobre os gêneros representados.

Comparando o enredo junto aos padrões dos contos constituídos por Lecouteaux, temos:

i. Encontro na floresta (próximo a um rio, fonte etc.), com uma dama bem vestida.

O senhor das terras, estando com sua armada, caçando um porco (javali), ouviu uma voz cantando em cima de uma montanha. Sendo uma região montanhosa, a Biscaia é retratada nas descrições físicas do texto. Ou seja, aqui a natureza não tem necessariamente relação com a água, mas faz sentido no contexto geográfico do espaço natural representado pela mulher sobrenatural. A voz que ouve, e o atrai, vem de cima de uma pena, que seria uma espécie de grande pedra, conforme verificasse em (1). Em (2) é distintamente explicitada a sua ‘alta linhagem’, confirmadas por sua beleza e vestimenta. Ela está, duplamente, em posição elevada (social e geograficamente). Por conta disso, ela preenche os requisitos para casar-se com o nobre.

ii. Esta impõe uma condição em troca do amor e do casamento.

Em (3), a dama, após ser pedida em casamento, propõe ao nobre sua imposição. Um interdito que renega os valores cristãos, do qual D. Diego aceita. O mundo medieval e cristão condenava os pactos com as forças ocultas da natureza, sendo assim, podemos conceber uma dupla desobediência por parte do cavaleiro: o de não se benzer, (imposto pela Dama) e implicitamente, o de não pactuar com processos mágicos para alcançar poderes sobrenaturais, imposto pelos valores cristãos (MATTOSO, 1989). A

²²“De dom Diego Lopez, senhor da Bizcaia, bisneto de dom Froom, e como casou com ua mulher que achou andando a monte, a qual casou com ele com condiçom que nunca se benzesse, e do que lhe com ela aconteeo. E prossegue o linhagem dos senhores que foram de Bizcaia”. Título IX. P. 138-139. MATTOSO, José (Org.), *Portvgaliæ monvmenta historica a sæcvlo octavo post Christvm vsqve ad qvintvmdecimvm ivssv academiæ scientiarvm Olisiponensis edita* - Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980.

condição feita pelo ser mágico é um dos elementos essenciais de caracterização do padrão ‘melusiniano’ de enredo, visto que, para agir neste mundo, a fada precisa de um pacto que justificará sua presença no mundo dos homens.

No entanto, o senhor dos Haros é sabido de suas características animais, explícitas através da descrição dos pés forçados. A cabra é um animal comum nas montanhas bascas, embora o aspecto demoníaco da personagem seja a dedução mais óbvia, no contexto cristão. Aline Dias Silveira aponta para a existência de uma deusa céltica na região Ibérica, de nome *Ategina*, e os ‘ex-votos’ oferecidos em seu favor são representados pela forma de cabras. Na Ibéria agrícola sabemos como se difundiu *Atégina*, a renascida, deusa que englobaria uma deusa-mãe poderosa na península, deusa da terra e da vegetação e assim, também Deusa infernal, semelhante a Perséfone. Esse fator indicaria um atributo pastoril, próprio da região (SILVEIRA, 2002, p. 45), o que pode indicar influências míticas anteriores ao cristianismo, considerando as tradições de deusas e figuras femininas relacionadas a natureza e a criação/fertilidade.

iii. Dá ao seu marido mortal prosperidade e poderosa descendência.

Aqui percebemos um diferente poder da mulher sobrenatural. Ela, como fada não oferece benesses e terras, não constrói castelos como a Melusina francesa. D. Diego já os possui. Dessa forma, para a família, o casamento com a fada não representa ascendência social ou riquezas, e sim dá a legitimidade do domínio sobre o lugar. Uma união com as forças naturais da região e uma prole nascida a partir deste casamento faria da linhagem os verdadeiros senhores da Biscaia. O benefício que a Dama traz para a família é o da maternidade, e da continuação da genealogia, conforme observamos em (4). Desse vínculo de muitos anos, foram gerados dois filhos, uma menina e um menino. Observa-se ainda que a filha não é nomeada, e o filho – seguindo a premissa do morgadio familiar importante nesse contexto de transição e reestruturação das linhagens – se chama Enheguez Guerra.

iv. Ocorre a transgressão por parte do marido.

v. A dama desaparece e leva embora alguns filhos e a prosperidade que trouxe.

Em (5) e (6) as duas últimas partes do enredo se desenrolam. Em razão de um milagre (o cachorro da dama vencendo a disputa, ainda que seja menor e mais fraco), Diego Lopez se benze e quebra assim o pacto feito com sua esposa. O episódio da disputa pelo mesmo osso entre o alão, cão utilizado na caça grossa, e a podenga, animal usado para a caça do coelho, simboliza a luta entre o mundo real e o sobrenatural, entre o mortal e a Fada. (SOARES, 2011, p. 14) A referência a Santa Maria constitui, para Aline Dias Silveira, a quebra do pacto matrimonial, D. Diego não deixou de ser católico e a invocação da Virgem, outra mulher poderosa, mas divina, suplanta o culto cristão ao pagão. (SILVEIRA, 2002, p. 33) Ou seja, além da Dama demonstrar aqui seu caráter verdadeiramente natural, voltando para as montanhas de onde é originada, também a natureza de Diego Lopez, que é cristão e que se redimiou perante sua fé e seus valores, foi esclarecida.

A dama tenta levar os filhos durante sua fuga, mas só consegue levar a filha consigo. A linhagem, portanto, continua assegurada, pois o primogênito, que herda o senhorio, permanece com o seu pai. A filha, estando ao lado da mãe à mesa, oposta aos homens da família, herda então os aspectos sobrenaturais de sua mãe-fada e a ela se junta. Sua natureza não mente.

As expectativas de gênero, de acordo com a sociedade medieval, são subvertidas pela mulher sobrenatural nesse exemplo e são confirmadas pelo seu destino demoníaco. Quando apresentada, bem vestida e de aparência sedutora, D. Diego “namorou-se dela mui fortemente”. Seus atributos enfeitiçaram o homem mortal, que foi contra seus deveres como cristão. Ela seria, não fosse o descumprimento do pacto, o motivo de sua perdição. Podemos relacionar, nesse aspecto, seu caráter de ‘Eva’.

Ao revelar sua alta linhagem, justificada pela aparência e vestimenta, expõe-se um fator determinante para as alianças medievais. Ao longo dos séculos X ao XIII a nobreza foi modificando sua estratégia matrimonial, através das mudanças nas estruturas de parentesco (em Portugal esse processo só se solidifica nos séculos XIV e XV). Duby indica uma vulgarização do modelo régio, de forma que as linhagens privilegiavam a masculinidade e a primogenitura (DUBY, 2011, p. 22). Apenas o primogênito, Enheguez Guerra, é nomeado e recebe os dons herdados.

Como o patrimônio suporta cada vez menos divisões, surgiu a tendência de casar as filhas, excluídas da partilha dos bens familiares, e deixadas com dotes. Com uma alta oferta de mulheres e dotes, as esposas deveriam ser escolhidas entre uma família de

linhagem mais alta e gloriosa que a do marido, o que se refletiu nos testemunhos genealógicos através do registro da grandeza da ascendência materna. Portanto, era essencial a caracterização da Dama do Pé de Cabra de acordo com sua alta linhagem. Essa posição elevada da mulher sobrenatural é retratada por seus atributos e seu posicionamento no monte (em cima de uma “pena”; mui alta linhagem”).

Mesmo tendo ascendência e poder, de modo que justifique os domínios do homem, as mulheres nessa narrativa não possuem nome. A mãe é identificada por seu caráter maravilhoso, e a filha, desconhecida, parte com a mãe, herdeira do sobrenatural. Essa relação é concretizada na narrativa a partir da separação pai/mãe, filho/filha, colocando o feminino junto ao sobrenatural e o masculino junto ao mundo cristão (e as formas reais hereditariedade). A disposição da mesa onde comem representa justamente essa cisão.

A subversão maior dessa ordem é representada pela vitória da podenga, uma ação espantosa, que revela um animal mais fraco, feminino, vencer a opulência e a força do masculino. Essa vitória (feminino/forte – masculino/fraco) só poderia acontecer através de poderes ocultos e mágicos:

Alegoria transparente da vitória do princípio da feminilidade sobre a virilidade (ou, translatamente, do cristão e do pagão) [...] pressagia também, numa espécie de alternativa fantástica a sucessão linhagística agnática, a transmissão de poderes sobrenaturais à filha abduzida pela Dama Pé de Cabra (PEREIRA, 2008, p. 29).

Conforme Pereira (2008) explica, a importância e poder da mãe e da filha seriam uma opção que se opõem ao domínio e a tutela masculina característica da sociedade medieval. Embora a relação entre a sucessão da linhagem feminina (em seu exemplo histórico Maria de Lopes Haro) seja um elemento presente na narrativa, não podemos deixar de observar que os heróis do enredo são os personagens masculinos. Diego Lopez, apresentado como um ‘bom monteiro’ que, além de indicar monte (montanha, propriedade, terra), indicava sua posição como chefe das caçadas da realeza. Desde o começo atribui-se a ele o governo da região e o poder que possuía naquela terra.

Mesmo após a fuga e o rompimento da união, o compromisso sanguíneo da mulher sobrenatural é mantido. Estendendo nossa análise a história do *Cavalo Pardalo*, sabemos o que ocorre com a dama. Nesse relato, a mulher volta de seu exílio mágico e

ajuda seu filho Enheguez Guerra a recuperar seu pai, preso em Toledo sob julgo dos mouros, presenteando-o com um cavalo mágico, que nunca se cansava e era invencível em batalhas.

Por fim, a mulher se transforma. “*E algũus ha em Biscaia que disserom e dizem hoje em dia que esta sa madre de Enheguez Guerra que este é o coouro de Bizcaia.*” (Título IX, p. 140). Ela se torna o ‘coouro de Bizcaia’, e os senhores daquela terra devem, a partir de então, lhe dedicarem um sacrifício em uma pena. A falta das oferendas pode acarretar o desaparecimento e morte das pessoas pertencentes aquela casa.

As figuras míticas da região basca são bastante importantes para entendermos as adaptações e influências do imaginário social ibérico na produção e inscrição das lendas genealógicas. Além da deusa ibérica *Ategina*, a figura da deusa das montanhas *Mari* reúne muitas das características da Dama Pé de Cabra. Essa divindade antiga da região basca é associada a paisagem das montanhosa, a certas árvores sagradas, a animais e rituais divinatórios, além de malefícios (CERUTI, 2011, p. 36).

Para Maria Ceruti, a sociedade basca concedia grande importância ao papel feminino na realização das tarefas do seu lar, durante as ausências dos maridos pastores e pescadores. *Mari* é associada a figura das sereias, e encanta aqueles perdidos nas montanhas, atraídos a sua caverna marítima. Em sua corte, converge um panteão de *lâmias* (mulheres aquáticas que possuem extremidades de animais) e *sorgiñas* (bruxas que se transformam em animais e podem raptar crianças), figuras míticas femininas maléficas.

Luís Krus (2011) comenta o significado do ‘coouro’, ou ‘coovro’, que derivaria do latim *colubru*, nomeação comum das serpentes nos bestiários medievais. O ser sobrenatural andrógino volta a natureza, e assume sua função de protetor do local, visto que requer sacrifícios, postos nas montanhas onde vive. A serpente-macho em que a dama se transforma, possui ligações com o folclore da região. *Sugaar* ou *Maju* é uma figura de serpente masculina, que é casada com *Mari*, senhora das montanhas. Dessa forma, a Dama do Pé de Cabra reúne características que fazem sentido no folclore local, lusitano e basco, que servem de matéria suficiente para designar seus atributos e funções na legitimação da família dominante.

Finalizando o relato ao tempo histórico de João, o Torto, a narrativa atribui a falta de sacrifícios para a entidade sobrenatural o motivo dos ataques às mulheres da

região. Essa representação instaura uma visão final da Dama do Pé de Cabra, que de fundadora da linhagem e protetora do local, se transmuta em uma espécie de súcubo, figura maligna. Ao não estar mais ligada a união matrimonial proveniente do mundo civilizado e cristão, ela passa a representar as características mais maléficas do paganismo. Entre os anos de 1289 a 1334 a Biscaia passa por diversos problemas sucessórios, representados através do caos – os rituais efetuados pela linhagem legítima são interrompidos. Remetendo a uma época contemporânea, a produção do Livro de Linhagens do Conde d. Pedro, é possível deduzir que essa representação foi produzida a partir de seu contexto (o assassinato de João, o Torto, ordenado pelo rei Afonso XI, deixa a Biscaia sem senhor). A extinção da linhagem direta dos Haro resulta na anexação de sua família aos Lara, a quem interessa nesse momento a utilização da lenda fundacional e a proteção dos seres da Biscaia frente ao avanço do rei de Castela e aos demais inimigos interessados no senhorio.

Como os Haro se posicionam de acordo com essa questão? Ao identificar os diferentes momentos da família, junto a corte castelhana e portuguesa, assim como as transformações que a fundadora mítica dos Haro sofre (mulher mágica – esposa sobrenatural – mãe protetora – súcubo maligno), temos um problema em homogeneizar um só sentido no relato apresentado no Livro de Linhagens. A partir das refundições, omissões notadamente feitas pelo autor (conde de Barcelos), e através dos textos pelo qual consultou para escrever o nobiliário, percebemos que as narrativas servem para propósitos diferentes (ou seja, o texto foi elaborado em tempos distintos).

A primeira parte, fundacional, não retrata nenhum tempo histórico conhecido, mas imemorial, ao exemplo das designações “*um dia*” ou “*vivêrom grão tempo*”. O sentido aqui é ligado às primeiras gerações, que detinham o favor de Castela e o governo da região, pela grande influência que possuíam nas cortes ibéricas. Prieto Lasa comprova, através da comparação das versões do *Livro de Linhagens* e do relato genealógico dos Haro, (recopilações, nobiliários castelhanos etc.) como as modificações no enredo ou na nomenclatura de personagens e acontecimentos são intencionais.

Os tratados genealógicos sofriam constantes adaptações para que seu conteúdo não perdesse vigência, e servisse para as novas situações políticas, sociais e culturais (PRIETO LASA, 1991, p. 131). Isso está de acordo com as estratégias de enquadramento da memória coletiva (e os esquemas míticos da região) a partir de temas melusinianos (fruto do contato entre cortes e o emergir de novas formas de

entretenimento e cultura), que são ressignificados conforme a necessidade histórica. Essa ressignificação também acompanha os modelos femininos retratados na lenda da Dama do Pé de Cabra. A dama possui características ambivalentes que ora são usadas ao seu favor (ou a favor da família), como ser de alta linhagem, bonita, bem vestida e boa mãe e ora são usados contra sua imagem (maligna, sobrenatural, híbrida, Eva). Esses dois polos foram associações comuns ao gênero feminino durante a Idade Média.

2.3.2. Dona Marinha: as sereias e a mudez

De forma bastante interessante, encontramos na narrativa da Dona Marinha aspectos que a relacionam e a distanciam do padrão melusiniano. Esse tem sido um ponto de divergência historiográfica. Não há discussão, no entanto, sobre a influência mítica pagã na construção do enredo desse conto.

Vamos ao texto:

1. *O primeiro foi ûu cavaleiro boo que houve nome dom Froiam, e era caçador e monteiro. E andando ûu dia em seu cavalo per riba do mar, a seu monte, achou ûa molher marinha jazer dormindo na ribeira.*
2. *E iam com ele tres escudeiros seus, e ela, quando os sentio, quise-se acolher ao mar, e eles forom tanto empos ela, ataa que a filharom, ante que se acolhesse ao mar. E depois que a filhou aaqueles que a tomarom fe-a poer em ûa besta, e levou-a pera sa casa.*
3. *E ela era mui fermosa, e el fe-a bautizar, que lhe nom caia tanto nome nem ûu como Marinha, porque saira do mar; e assi lhe pôs nome, e chamarom-lhe dona Marinha. E houve dela seus filhos, dos quaes houve ûu que houve nome Joham Froiaz Marinho.*
4. *E esta dona Marinha nom falava nemigalha. Dom Froiam amava-a muito e nunca lhe tantas cousas pode fazer que a podesse fazer falar. E ûu dia mandou fazer mui gram fugeira em seu paaço, e ela viinha de fora, e trazia aquele seu filho consigo, que amava tanto como seu coração.*
5. *E dom Froiam foi filhar aquele filho seu e dela, e fez que o queria enviar ao fogo. E ela, com raiva do filho, esforçou de braadar, e com o braado deitou pela boca ûa peça de carne, e dali adiante falou. E dom Froiam recebeo-a por molher e casou com ela.*

De acordo com a lista das constantes das narrativas melusinianas, percebemos uma diferença inicial entre o enredo característico da lenda e a versão galega. Aqui, a

esposa fantástica tem atributos de algum modo diferentes, o que nos enseja outras perspectivas. Avaliemos junto aos padrões:

i. Encontro na floresta (próximo a um rio, fonte etc.), com uma dama bem vestida.

Como nos outros casos comentados, o lugar da narrativa remete à natureza e ao limiar da civilização medieval. Ao andar a cavalo em uma região de proximidade ao mar, o bom cavaleiro Dom Froiam encontra uma ‘mulher marinha’ dormindo junto a ribeira. Segundo a definição da palavra ribeira, uma terra baixa e alagada pelas águas de um rio ou mar, apreendemos a relação explícita da figura feminina e o meio aquático. Esse aspecto é essencial na lenda da dona Marinha, visto que a relação com as águas, o mar e as sereias fazem parte dos símbolos escolhidos pela família medieval portuguesa.

Assim como o ambiente natural das florestas, o mar (e outras fontes aquáticas dormentes e correntes) é *faé* (feérico). É comum na literatura e nas crônicas a caracterização do mar como território a se temer, cheio de monstros, tempestades e morte. A associação entre o meio marítimo e o pecado foi construída de diversas formas na mentalidade coletiva (DELUMEAU, 2009, p. 66). A percepção de desconfiança e medo que se tinha sobre o desconhecido e imenso Mar, abismo do mundo, pode ser resumido pelo exemplo do extenso imaginário construído de monstros e criaturas advindas dos mares e oceanos.

A caracterização desse ambiente como mágico, como cenário das histórias maravilhosas, é bastante usual na literatura portuguesa. Azzura Rinaldi (2018) explica que o mar e as ondas das composições trazem essência viva, que demonstra as particularidades que animam os elementos naturalísticos. Os elementos ‘mar’ e ‘ondas’ são por vezes representados como entidades mágicas. Nas cantigas de amor, o caráter negativo do mar quase sempre comporta aspectos femininos maléficis (RINALDI, 2018, p. 105). Ligam-se aqui dois importantes elementos negativos, o feminino e o mar.

Ainda que seja retratada por ‘mui fermosa’ (3) a mulher marinha não recebe maiores definições. Apesar de não sermos informados de seu nome e de outros atributos físicos ou informações de seu estado (vestuário, cabelos etc.), a origem da mulher desconhecida é implícita – ela pertence ao Outro Mundo marítimo. Sua condição sobrenatural é simplificada, ela é *mulher marinha*.

No entanto, o encontro entre os dois polos, feminino e masculino é caracterizado pela violência. Em vez do encanto sedutor característico das sereias, a mulher é representada como um animal selvagem, muda e acuada – ela é caçada, tenta voltar ao mar para fugir dos estranhos e é capturada com a ajuda dos três escudeiros de Froiam (2).

Podemos ver a série de binômios que decorre do confronto entre o homem e a mulher e que conduzem a narrativa a um desenlace feliz. Perante o homem, caçador, senhor da terra, do fogo, do espírito e da palavra, temos a mulher, aquática, presa de caça, marcada pela carne, muda (CARDIGOS, 2006, p. 91).

O que Isabel Cardigos resume enquanto características opostas dos gêneros masculino e feminino também são importantes parâmetros de identificação presentes no terceiro livro de linhagens. Os raptos e as violências contra as mulheres foram relatados em outros momentos e exemplos presentes no nobiliário.

ii. Esta impõe uma condição em troca do amor e do casamento.

Diferente de algumas versões dos contos melusinianos, a criatura não apresenta, no primeiro momento, nenhuma condição que envolva algum pacto. Ao ser raptada, contra sua vontade, os pactos e transgressões são transmutados nessa versão na mudez da mulher. Seu silêncio foi interpretado de diferentes formas. Na perspectiva de Isabel Cardigos (2006), a mudez da mulher representa seu aspecto sobrenatural. Esse silêncio nos impede de conhecer a personalidade da *fada*. Ela estaria se rebelando ou simplesmente desconhece/falta-lhe habilidades para falar?

Após o batismo (3), que lhe nomeia e introduz no mundo cristão, a mulher está livre para viver junto do senhor da terra e lhe dar filhos. Ainda assim, a união entre os dois é profana – “falta-lhe o selo do espírito que é a palavra humana” (CARDIGOS, 2006, p. 90). A mudez, como símbolo de indisponibilidade é comum nos contos de fadas. No entanto, ela pode representar força. Em uma das possíveis fontes para a criação da lenda do Marinhos, *A ninfa da Sicília*, encontramos um enredo que divide semelhanças com o relato genealógico.

Escrito pelo cisterciense Geoffroy d’Auxerre, em meados do século XII, parte de um conjunto de sermões edificantes contidos na obra *Super Apocalypsim*, a lenda conta o encontro de uma mulher marinha, que foi descoberta por um jovem que se banhava no

mar em companhia dos amigos. O homem traz a criatura à margem, e o segue com docilidade. Ela também não falava. Eles se casam e têm filhos, e o amor da mãe para com eles é imenso. O marido decide fingir matar o filho para forçar a mulher a falar. Ela assim o faz, porém o repreende fortemente e volta para o mar. O monge termina seu sermão advertindo os perigos da idolatria às figuras demoníacas. Nesse caso, a mulher não fala propositalmente – é este seu segredo – e ao ser forçada a quebrar esse estado de silêncio ela foge e depois também leva o seu filho.

Por conta disso alguns autores, como Adelaide Cristovão (2010), interpretam a mudez de dona Marinha como uma espécie de interdito. Sua natureza sobrenatural é resguardada no segredo de sua voz. Rinaldi (2018), por outro lado, acredita que o que ocorre no caso dos Marinhos é uma mudança estrutural da lenda – e assim, não seria possível conceber o mutismo como proibição por parte da mulher.

“Women are a ‘muted category’, rendered inarticulated by a dominant structure, whose own discourse silence all others”²³ (CARDIGOS, 1991, p. 56). A interpretação predominante sobre o caso do Marinho é de que, nesse caso, o homem medieval vence a batalha contra o paganismo e conquista plenamente o sobrenatural. Em (4) e (5) observamos a estratégia bem-sucedida de d. Froiam para fazer sua companheira falar e assim, consagrar seu casamento que formalizará a adesão da moça ao mundo civilizado. José Carlos Miranda (2003) vê na tradição familiar dos Marinho uma tentativa de eliminar o aspecto mais perigoso das sereias e mulheres sobrenaturais – sua voz sedutora. Ao anularem a arma/liberdade do feminino, o conto também elimina as possibilidades da personagem de escolher seu destino e o de sua família.

Considerando os usos ideológicos do imaginário social disponível naquela sociedade, adaptar o enredo serviria para impor ainda mais legitimidade a família Marinho. A evocação da origem fabulosa da linhagem estava condicionada à ideia nobilitante que consagra as varonias, baseada na estrutura social do século XIV (MIRANDA, 2003, p. 128). A domesticação da lenda refletiria os julgamentos sociais, cristãos e misóginos, sobre os quais estavam sujeitadas as mulheres imaginárias e reais.

iii. Dá ao seu marido mortal prosperidade e poderosa descendência.

²³ “As mulheres são uma 'categoria silenciada', concebida como inarticuladas pela estrutura dominante cujo discurso silencia todos os outros” (Tradução nossa).

Como era de se esperar, o convívio do casal gerou filhos e constituiu a criação da descendência formadora do clã. Seguindo o sistema vertical, apenas um deles é citado – Joham Froiaz Marinho, de quem a mãe tem bastante amor e estima. Ainda assim dela não saía uma palavra.

De fato, os casamentos constituíam fator essencial dentro dos nobiliários. O tema principal das narrativas de fundo mítico explora a criação de linhagens e através de uma mãe sobrenatural e de um pai nobre, seria poderosa. Georges Duby (1997), explora o papel que as mulheres detinham na transmissão da memória das linhagens e na própria identidade dessas famílias, visto que ficavam responsável por ensinar seus filhos sobre o passado de seus ancestrais. Dessa forma, ela era essencial para o funcionamento da sociedade, mas deveria ser controlada e subordinada (como fizeram os Marinheiros).

A maternidade (4) é apresentada como um dos mais importantes atributos das esposas sobrenaturais, pelo seu poder de gerar os descendentes e assegurar o futuro da linhagem assim como pelo caráter redentor do amor materno. Nas referidas lendas aqui relatadas, as mulheres tendem a voltar (depois do desaparecimento) para o auxílio de seus filhos, aliança que não se finda após a transgressão do pacto. Assim, a mãe nunca deixa de zelar por seus filhos, seja para visitá-los, resgatá-los ou os livrar da morte. O amor maternal é mais forte que o conjugal.

iv. Ocorre a transgressão por parte do marido.

v. A dama desaparece e leva embora alguns filhos e a prosperidade que trouxe.

Aqui percebemos a principal subversão da temática melusiniana. A transgressão do marido, se a interpretarmos como existente, não é a de agir contra as proibições da esposa, mas obrigá-la a *fazer* algo contra a sua vontade/habilidade. O esquema melusiniano envolve a sequência: encontro-pacto-violação. Na versão galega a mulher-marinha é conquistada e cristianizada através do batismo, de modo que ela não desaparece no final do relato. De acordo com as relações entre o pacto feérico e o pacto vassálico, já comentadas, sacrifício (interdito) e poder da palavra são dispostos de modo diverso ao tema biscaíno. O possível sacrifício do filho imposto pelo pai, a partir de uma estratégia para fazer a dona falar pode ser lido como um interdito, que desta vez será controlado pelo homem. Após a vocalização da mulher marinha, e a verbalização que a civiliza, o casamento e o pacto matrimonial cristão podem ser prosseguidos.

Essa conclusão demonstraria o poder da família de controlar e cristianizar o maravilhoso pagão presente nas regiões temíveis e mágicas circundantes as terras senhoriais, como a natureza e o mar. Para chegar a tal fim, o marido ameaça – assim como a versão siciliana – a machucar o filho, colocando-o próximo ao fogo (5). Nesse momento, o brado de desespero da mãe leva a expulsão de um pedaço de carne, preso em sua garganta (motivo de seu silêncio).

A carne, na literatura teologia e na simbologia cristã, está relacionada ao pecado. O corpo feminino será tratado como representante da Carne enquanto adversária do espírito. A presença do empecilho material é comparada a presença do diabo no corpo da mulher. Ela só se redime através da purificação proveniente do fogo. Nota-se que aqui não é exprimido uma frase ou diálogo, mas um grito de raiva/medo da sereia em favor de seu Joham. A fala, nesse relato, é um elemento da cristianização, como já mencionamos. Depois de cuspir a carne, ela está habilitada a se casar com D. Froiam, de quem já tinha um filho (ZIERER, 1999, p. 79-80).

Ao contrário do pensamento de autoras como Cardigos (1991) e Souza (2018), vemos em Dona Marinha (e na Dama Pé de Cabra) uma versão dos contos melusinianos. Isso não exclui, ao nosso ver, as possibilidades de adaptação e modificação resultadas dos conflitos políticos e sociais, do contato com diferentes lendas e mitologias regionais e, ainda, da escolha proposital de autores e de um grupo de ‘enquadrar’ a memória das tradições anteriores.

Percebemos, nas mudanças ‘estruturais’ do padrão mítico, uma clara tentativa de dobrar os temas e esquemas do maravilhoso à ideologia do grupo social que procurava se identificar, internamente e em detrimento de outros grupos (familiares, religiosos, realeza). No entanto, as etapas que identificam os contos melusinianos se mantêm. A legitimação buscada pelas famílias medievais ibéricas no contexto da centralização régia encontrou na representação do controle das mulheres sobrenaturais uma estratégia de poder.

2.4. Damas e donas: representação de modelos e subversões

A sociedade medieval foi fortemente marcada pelo masculino (OPTIZ, 1990, p. 354) e as suas manifestações culturais acabam por apresentar certos selos de domínio, vestígios das disputas de poder e até os preconceitos. As fontes literárias são, dessa

forma, importantes documentos para análise das práticas discursivas e identitárias que giram em torno da conceituação e relacionamento entre os gêneros no passado. O gênero moldou as opções e expectativas de vida de homens e mulheres na Idade Média, incluindo suas linguagens. As sociedades humanas possuem formas, crenças e leis diferentes sobre as definições de ‘homem’ e ‘mulher’, e a perspectiva medieval foi especialmente importante para o mundo Ocidental.

Deste modo, quais são as tensões que podem ser extraídos das narrativas sobrenaturais? Consideramos o entorno do enredo melusiniano a partir dos conflitos que o moldam, e parte destes reservam ao gênero feminino seu principal catalizador. A tensão entre o sagrado e o profano; entre o sobrenatural e o civilizatório; entre a insubmissão e dominação.

Partindo da análise dos textos percebemos essa disposição dos personagens e suas características (ver **Quadros I e II**):

Quadro I. Características do Feminino e Masculino em A Dama do Pé de Cabra

Fonte	A dama do Pé de Cabra – Título IX – <i>Livro de Linhagens do Conde D. Pedro</i>	
Gênero	Masculino	Feminino
Nome	Nomeado (<i>Dom Froiam/Enheguez Guerra</i>)	Nome desconhecido (<i>dama, molher, dona, filha</i>)
Origem	Senhor das terras	Montanhas (<i>pena</i>)/Natureza
Características	Caçador/Cavaleiro/Cristão	Sedutora/Bem vestida/de alta linhagem/Pé-forcado/Anti-cristã/Maligna
Efeitos e Ações	Caça/Propõe casamento/Deixa-se seduzir/Acata o pacto/Se benze/ Segura o filho. Alão (cachorro), é morto após disputa	Canta e seduz/Propõe interdito/Gera descendentes/Aversão aos ritos cristãos/Foge/Agarra os filhos/Auxilia o filho/Assombra a região. Podenga (cadela), mata o Alão em disputa por osso de javali

Quadro II. Características do Feminino e Masculino em D. Marinha

Fonte	A dona Marinha – Título LXXIII – <i>Livro de Linhagens do Conde D. Pedro</i>	
Gênero	Masculino	Feminino
Nome	Nomeado (<i>Dom Froiam/Joham Froiaz Marinho</i>)	Nome desconhecido (<i>molher marinha, Marinha</i>)
Origem	Senhor das terras	Ribeira, Mar/Natureza
Características	Caçador/Cavaleiro/Cristão	Ser marinho/Formosa/Muda/Submissa
Efeitos e Ações	Caça em suas terras/Raptou e violentou a mulher marinha/Batizou-a/Tentou fazê-la falar/Fingiu jogar o filho ao fogo/Casou-se com a mulher	Dormia próximo ao mar/Foge ao aproximar dos homens/Foi batizada/Gerou descendência/Não falava/Gritou pelo filho/Cuspiu um pedaço de carne

No **Quadro I** é possível visualizar os dois polos de significância (feminino e masculino) lado a lado. Esses polos se complementam, mas nem sempre essa relação é equilibrada. O *senhor das terras*, Dom Diego, faz um pacto com a representante daquele mundo natural montanhoso, personificando a *natureza*. Esse relacionamento não é, originalmente, uma relação de força por si só. De acordo com os arquétipos míticos o *pacto* aceito pelo homem com o (sobre) natural é benéfico e necessário, pois representa os recursos que a *mãe natureza* provê aos seres humanos. Um *casamento* que depende do equilíbrio.

No entanto, mulher e homem estão em lugares opostos: a *civilidade* do homem cristão, *proprietário* daquela terra e *caçador* em detrimento da característica animalésca da mulher com o pé forçado como uma *cabra*, sua caça em potencial. Outra importante oposição é o cristianismo *versus* o paganismo. Enquanto ser sobrenatural, o feminino irá propor uma condição anticristã ao marido: não poder se santificar. As características femininas estão, assim, ligadas à *sedução*, por meio do *cantar* e da *boa aparência*.

Conforme percebemos no **Quadro I**, os efeitos e ações dos personagens estão quase que balanceados. Ambos agem em diferentes momentos em resposta às ações do

outro, de modo que os dois polos possuem um protagonismo no enredo. Ainda que a memória genealógica pretenda reforçar a linhagem masculina, as ações femininas são importantes no enredo.

Concordamos com o historiador José Mattoso na asserção de que as duas versões aqui apresentadas são variantes de um mesmo enredo mítico: o casamento de um cavaleiro com uma mulher sobrenatural que dá origem a uma linhagem nobre. Nos parece bastante razoável qualificá-las a partir dos padrões melusinianos, pois identificamos os elementos ‘encontro natural/interdito/casamento’. Os quadros I e II expõem, lado a lado, os “opostos”, figurados a partir da divisão feminino/masculino. A exposição dos contrários, no entanto, não é tão simples.

As duas personagens contidas no nobiliário são, cada qual a seu modo representantes da imagem da mulher no imaginário português. Maria Lucia Dal Farra expõe o “antagonismo em que a mulher estava situada” (DAL FARRA, 2007, p. 10) diante do embate cristianismo *versus* paganismo, que é recorrente nesse tipo de história maravilhosa. Esse antagonismo se traduz nas tensões e funções que as mulheres performam. Não é ideal, assim, que se construa ‘um’ modelo de mulher sobrenatural.

No **Quadro II**, referente à D. Marinha, as oposições encontradas entre *mundo dos homens* e *mundo natural* se mantêm, ainda que as características sobrenaturais do feminino não sejam tão explícitas. Sua origem é seu atestado mágico. Porém, o balanceamento entre os gêneros nos parece mais desigual, reforçando a superioridade do masculino: o *caçador* conquista a mulher *marinha* que é *muda* e *submissa*. Do mesmo modo, as ações que desenvolvem o enredo conduzem à submissão do feminino, que primeiro *foge*, é *levada* a força, é *muda* e foi batizada (ou seja, cristianizada) e forçada a *gritar* em favor do seu filho.

Comparando as duas narrativas melusinianas encontradas na fonte portuguesa, é possível primeiramente, argumentar que a compilação das histórias, embora reunidas pelo conde de Barcelos, tiveram origens diferentes e influências folclóricas distintas. Como exemplo, os finais são dessemelhantes, o que explica a capacidade autoral de adaptação de um esquema mítico similar, ainda que expostos no mesmo compendio nobiliárquico.

As características e ações femininas diferem em detalhes, mas funcionam dentro do escopo feminino do imaginário medieval, isto é, o feminino como *não-civilizado*, *natural*, *irracional*, *misterioso*, *mágico*, por vezes *demoníaco*. Uma delas pertence à

floresta e às montanhas, outra às águas; ambas de fora do espaço habitado pelos seres humanos; ambas têm uma origem desconhecida e são alheias ao espaço cristão. Estão assim, conectadas a região que legitima a família fundada, assim como sua descendência e poder. Entre os dois mitos há até semelhanças de nomes de pessoas: D. Froom antepassado de Diego Lopez e D. Froiam, marido de D. Marinha (MATTOSO, 1980, p.78).

Lembramos aqui que no contexto de formação e fortalecimento dos senhorios e das famílias nobres na região ibérica nos séculos XIII e XIV (em detrimento da centralização real cada vez mais) as tradições de relatos de linhagens se intensificaram. No caso da família Haro, a legitimidade do espaço é essencial no contexto de disputa pela região da Biscaia. A relação hereditária com o ‘ser mágico’ protetor do espaço comprovaria, simbolicamente, o direito questionado.

Porém, enquanto uma das personagens recusa qualquer ligação com esse espaço (a Dama do Pé de Cabra, **Quadro I**) e pretende até afastar dele o marido e os filhos, a outra (a Dona Marinha, **Quadro II**) aceita o batismo, acaba por falar, tornando-se assim inteiramente humana. Em segundo lugar, os modos desiguais de tratamento da personagem feminina, *ora rebelde e poderosa, ora submissa e redentora* de seus ‘pecados’, constitui formas diferentes de demonstrar (ou fabricar) o poder da família frente ao sobrenatural, no nível simbólico. Para Ana Maria Machado, a ambiguidade presente nessas narrativas “cria uma contradição semântica insolúvel” (MACHADO, 2011, p. 17) que só pode ser definida como fantástica.

Embora os significados do feminino sejam por nós apresentados de forma ambivalente, as versões contidas no texto linhagístico constituem obras escritas em um ambiente que era fortemente influenciado pela visão cristã sobre o feminino, de caráter contraditório. O “canto” das mulheres pode levar os homens a negar sua espiritualidade, atrapalhar sua salvação, de forma que o medo da mulher ditou bastante da literatura monástica e laica (DELUMEAU, 2009, p. 474).

Foi comum na literatura cristã da Idade Média a condenação da ‘feminilidade assertiva’, inimiga dos ideais ascéticos. As mulheres eram frequentemente retratadas do lado negativo nas dicotomias existentes em tratados teológicos e filosóficos, a favor das características positivas ditas masculinas (BLUMENFELD-KOSINSKI, 2006, p. 569). As características associadas ao feminino estavam ligadas ao pecado, a passividade e a luxúria.

A recusa a submissão, a afirmação de si e de suas ações. Esse tema foi exemplificado por Norma Telles (2008) através do mito de Lilith: da recusa a submissão de Adão até sua caracterização como mãe de demônios e do mal. A disposição e as características do feminino e do masculino nesses textos fazem relação com as dinâmicas de poder e as possibilidades de dominação/violência para com o outro. Uma mulher sobrenatural, metade fada, metade animal só poderia ser conquistada por alguém ‘*boo monteiro*’, um cavaleiro e *caçador*. As características das personagens também acabam por se complementar.

Segundo nos lembra Isabel Cardigos (1991), é comum nos contos de fadas e lendas um enredo construído em torno do herói da narrativa, masculino, valoroso. Esse herói contará com uma mulher, princesa ou noiva, para ser guia, para ser salva, seu prêmio no final da jornada. Quem controla o discurso nas narrativas míticas? Quem tem o poder simbólico da fala? A produção e as imagens femininas construídas e narradas por homens acabam por nos informar os medos e sonhos do autor e de sua sociedade, mais do que nos informar sobre as ações reais das mulheres naquele contexto. As mulheres são então “imaginadas, representadas, em vez de escritas ou contadas” (PERROT, 2006, p. 17).

É possível traçar paralelos a partir das oposições ao masculino, que de qualquer modo permanecem iguais nos dois quadros comparativos. Nomeados e lembrados na listagem genealógica, Dom Diego, Enheguez Guerra, Dom Froiam e Johan Froiaz representam a varonia de suas linhagens e estão fixados no mundo cristão e ‘civilizado’ que os fazem senhores. Suas características estão relacionadas as suas habilidades de caça, guerra, de liderança e poder, de acordo com as prerrogativas econômicas e sociais de indivíduos de seu grupo (e de seu gênero). Essas qualidades não estão mencionadas apenas nas narrativas míticas, mas em outros relatos presentes nos Livros de Linhagens. Vale mencionar que suas ações estão relacionadas a conquista, investimento e é claro, a cristandade.

Em ambos os exemplos, biscainho e galego, as representações dessas mulheres constituem em exercícios de poder sob elas (DAL FARRA, 2007). De modo contrário à representação mitológica e das demais simbologias que o feminino possuía nas lendas pré-cristãs, o processo de cristianização do Ocidente medieval direciona-as para o polo de significação negativo.

Os atributos mágicos/sobrenaturais associados as esposas passaram pelo crivo cristão. Elas serão, mesmo que associadas ao poder mágico e natural, representações da perdição dos homens e servas do Diabo. Sua mágica envolve a sedução física e o encantamento de sua voz. Portanto, é essencial que sejam acentuadas as características físicas belas e misteriosas (sua hibridez e estranheza), conforme podemos perceber nos quadros I e II.

No entanto, sua “ancestralidade prestigiante é estrategicamente convocada, no sentido de emprestar carisma a uma linhagem, legitimar regalias presentes ou autorizar o prognóstico de conseguimentos futuros” (PEREIRA, 2008, p. 24). Esse prestígio é um dos pontos mais ambivalentes. A constituição dos poderes femininos dentro das linhagens só pode ser concebida a partir da tutela do marido sob a mulher, visto que sozinha ela não é mãe nem esposa e, portanto, está à mercê de sua pior natureza maligna e irracional.

Ainda, devemos considerar o impacto dessas representações medievais sobre as mulheres nos tempos históricos posteriores, chegando até o tempo presente. Concordamos com a afirmação de Claude Tomasset (1990) de que as imagens medievais, ainda que contraditórias, estão destinadas a perdurar por alguns séculos, através das linguagens e sistemas que modelaram e constituíram as imaginações. Essas mesmas funções e retratos, mesclados ao contexto e aos espaços diversos, são adaptadas (ou enquadradas) em discursos de autoridade, preconceito, violência e produto.

Em Portugal, as personagens míticas permaneceram no imaginário social, à serviço da Igreja e da estrutura familiar, de modo que os temas melusínios (DEL PRIORE, 1995, p. 68), as *moiras encantadas* – metade mulher, metade serpente – apareceram nos *exempla* e nas cantigas de amor nos séculos seguintes a produção do *Livro de Linhagens*.

A narrativa da Dama do Pé de Cabra foi resgatada em outra obra literária, desta vez no século XIX. O autor Alexandre Herculano incorporou a lenda melusínica ao seu *Lendas e Narrativas* de 1851, onde os detalhes demoníacos da personagem feminina são incorporados mais fortemente. Além deste, foi publicado em inglês o *Elva: A Story of Dark Ages* em 1878, poema do escritor português Frederico Francisco Stuart de Figanière e Morão, baseado nas lendas presentes no nobiliário do Conde D. Pedro. No século XX, o tema foi resgatado em filme Antônio Macedo, *A Maldição de Marialva* (1991), em pinturas e outras formas de entretenimento cultural.

Nessas adaptações posteriores à Idade Média a figura feminina foi cada vez mais afastada da ambivalência de significados que possuía enquanto mito medieval – e que podemos traçar às representações de *fada* da prosperidade, da fertilidade e dos poderes naturais, tão necessário aos homens. Apenas as características misteriosas e maléficas foram se acentuando, de modo que ela ganha formas de monstro – sem positivities atreladas.

Portanto, vimos que o padrão melusiniano foi uma importante ferramenta retirada do imaginário social da sociedade medieval. Esse imaginário, repleto das ambivalências maravilhosas resultantes do contato de culturas na Idade Média, foi utilizado política-ideologicamente em um contexto bastante particular da região ibérica. Os usos dados pelas famílias e pela produção do Conde Pedro Afonso, duque de Barcelos, ocorreram em situações diferentes das narrativas míticas que circulavam nas cortes nos séculos anteriores (XI e XII). As esposas sobrenaturais se tornam assim trunfo das linhagens. Suspensas entre o poder natural e a cultura cristã, elas acabam por resumir as ambiguidades de representação do feminino.

O terceiro Livro de Linhagens representa, desse modo, uma importante fonte de estudo sobre o período medieval ibérico, em especial os contextos dos séculos XIV e XV, especialmente lembrados na história do Reino de Portugal. Encontramos enfim nas representações femininas expostas através das mulheres sobrenaturais, as contradições mais latentes do medievo.

Além de serem híbridos, as esposas-Melusinas também são híbridos do *ser* – elas são ao mesmo tempo importantes ferramentas para a memória genealógica da nobreza e abomináveis monstros. As mulheres da nobreza, por vezes brevemente mencionadas ou subtraídas dos nobiliários, estavam associadas, nesse contexto, ao fortalecimento, continuação e elevação das famílias. Ainda que as consequências jurídicas da instituição do morgadio tenham afetado as prerrogativas femininas à herança e patrimônio familiar, elas não poderiam ser completamente apagadas por serem parte essencial da equação. As fadas e sereias, sem nome e sem voz, continuam a existir.

No entanto, devemos considerar que a noção histórica das mulheres como indivíduos importantes em si mesmos é traçada temporalmente em um contexto diferente daquele em foi produzido o Livro de Linhagens. Os modelos e contra modelos

femininos medievais estão presentes, ainda, no imaginário Ocidental. Ressignificados e problematizados, esses símbolos chegam aos livros, as telas, as salas de aula.

3. DEBATES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA MEDIEVAL: GÊNERO, DESCOLONIZAÇÃO E A PRODUÇÃO DE UM PARADIDÁTICO

Dentre os diversos debates que permeiam as pautas de discussão nos campos acadêmicos e políticos, convergem de forma propícia ao nosso trabalho aqueles voltados ao ensino de História, aos estudos de gênero e o currículo escolar. Os estudos medievais realizados no Brasil ganham relevância nesses debates, seja por trazerem importantes contribuições para as reflexões sociais sobre o passado (seja ele longínquo ou próximo de nós), seja por serem objeto de disputa por memórias ou projetos de identidade que ‘resgatam’ um medievo.

Somam-se a esse debate a presença do gênero enquanto categoria de análise histórica, que representa ferramenta importante para as Ciências Humanas. Não por acaso, posicionamentos políticos sem base científica têm sido feitos contra uma suposta ‘ideologia de gênero’, desvirtuando o que seriam os estudos de gênero. Esse discurso se popularizou na política brasileira nos últimos tempos, em especial nas camadas mais conservadoras do Congresso. Foi um ponto debatido na recente campanha presidencial de 2018 e é um atual fator de combate do governo Bolsonaro (inclusive se posicionando com políticas do Estado para mitigar ou barrar qualquer política educacional/social relacionada a este tema)²⁴.

Consideramos necessário, portanto, ponderar sobre as relações entre a pesquisa realizada e o contexto curricular da educação básica brasileiro. Ao discutir como o estudo de Idade Média no Brasil pode auxiliar o ensino de História, buscamos compreender as dinâmicas necessárias para a produção consciente de um produto didático que sirva aos seus usuários e que aproxime o ambiente escolar e as universidades, expandindo a discussão sobre as relações de gênero no passado e no presente. Obviamente, isso não significa tarefa simples ou rápida.

Nesse capítulo exploramos algumas das questões que envolveram o desenvolvimento dos estudos medievais no Brasil. Iniciaremos com um breve histórico da evolução dos estudos medievais brasileiros e o papel dos medievalistas nos recentes

²⁴Durante o discurso de posse no Congresso Nacional, feito no dia 01 de janeiro de 2019, o presidente da República Jair Messias Bolsonaro prometeu: “Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, **combater a ideologia de gênero**, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras da ideologia”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml> Acesso em: 10 de junho de 2019. (grifo nosso)

debates curriculares que fizeram parte da História política recente do país. Ponderando sobre a importância dos livros didáticos enquanto ferramenta e fonte de discussão sobre o ensino de História, conduziremos à descrição de dois exemplares didáticos (*História, Sociedade e Cidadania* de Alfredo Boulos Júnior, da editora FTD e *História: das cavernas ao terceiro milênio*, de Patricia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, editora Moderna) retirados da lista disponibilizada pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Nosso intuito constitui-se em compreender o modo pelo qual é possível pensar a presença das mulheres medievais e da Idade Média ibérica nos livros e materiais didáticos escolares.

O objetivo é colaborar com as discussões referentes à descolonização do medievo, bem como contribuir para uma transposição didática coerente com uma sociedade que reconhece a importância social tanto dos homens quanto das mulheres na História. Ainda, refletir sobre a produção de um material paradidático que traz *os contos melusinianos* e as mulheres sobrenaturais da Idade Média para as salas de aula.

3.1. A Idade Média vista do Brasil

O crescimento recente dos estudos medievais acadêmicos no Brasil pode ser explicado a partir de alguns fenômenos, elencados pelo historiador José Rivair Macedo: a formação de quadros intelectuais na Universidade de São Paulo (USP), que até a década de 80 contava com os únicos professores mais ou menos especialistas no tema, os primeiros a orientar dissertações de Mestrado e teses de Doutorado na área. No Rio de Janeiro os trabalhos de Vânia Fróes na Universidade Federal Fluminense (UFF) e Maria Sonsoles Guerras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) também passaram a formar pesquisadores em Idade Média, o que gerou na década seguinte a emergência dos estudos medievais no país, bem como houve desenvolvimento desses estudos em outras universidades da região sudeste, sul, centro-oeste e nordeste (MACEDO, 2006, p. 1-3).²⁵

Outras ações de fortalecimento desta área podem ser elencadas, como o aumento de pesquisas em História propiciado pela afirmação dos Programas de Pós-Graduação, e

²⁵ Sobre o fortalecimento dos estudos medievais em outras áreas do país a partir dos anos 90, ver (MACEDO, 2006, p. 3-6). Sobre o desenvolvimento dessas pesquisas no Maranhão, se iniciaram a partir de 2004 (Cf. ZIERER; OLIVEIRA, 2019).

o consequente aumento de periódicos dedicados à Idade Média (revistas *Signum*, *Brathair*, *Mirabilia*, entre outras), assim como a criação de grupos de debate e pesquisa; a criação da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM)²⁶, em 1996, que organiza e sistematiza as pesquisas em História, Literatura e Filosofia Medieval. Além disso, a ampliação do mercado editorial brasileiro, que propiciou acesso a publicações (principalmente francesas) de medievalistas consagrados que influenciaram teórica e metodologicamente, tais como Marc Bloch, Jacques Le Goff e Georges Duby (MACEDO, 2006, p. 4).

Entre as décadas de 1950 e 1970, a visão intelectual sobre a Idade Média estava veiculada a aspectos não favoráveis, ligando o caráter ‘feudal’ das estruturas sociais brasileiras a herança portuguesa proveniente do Feudalismo europeu. Estas características eram condizentes com as produções historiográficas da época, observando as principais correntes teóricas da área.

Vinculada a certos estereótipos, ou a certos conceitos oriundos de análises estruturalistas, monocausais e mecanicistas da dinâmica social, a Idade Média presente na imaginação de nossos intelectuais era um “fantasma” que teimava em nos atormentar (MACEDO, 2006, p. 2).

O historiador Hilário Franco Jr. chama atenção para o adjetivo ‘medieval’ que é por vezes utilizado para classificar certos fenômenos da História brasileira, mas que são realidades antropológicas encontradas em diversas épocas e realidades (FRANCO JR, 2008, p. 84). Essa associação ainda é, de algum modo, presente nos debates atuais e por vezes é feita por profissionais da área de História. Ainda que bastante problematizada, a ‘Idade das Trevas’ corresponde a um lugar-comum em salas de aulas, nas representações midiáticas e populares e nos discursos políticos.

²⁶ Associação Brasileira de Estudos Medievais, fundada em 22 de março de 1996 como entidade civil, sem fins lucrativos, com sede nacional no município em que estiver instalada a Diretoria. A ABREM possui uma revista chamada *Signum*, um periódico semestral que tem por finalidade divulgar a produção científica sobre o período Medieval nas mais diversas áreas de especialidade, como os Estudos Literários, a História, a Filosofia, as Artes e o Direito. A revista, por ser vinculada à Associação Brasileira de Estudos Medievais, não possui uma área de especialidade predominante ou exclusiva, pois procura incluir, inter e transdisciplinarmente, as diversas áreas de estudos que se interessam pela temática medieval, dentro e fora do Brasil. Informações disponíveis no site: www.abrem.org.br/revistas/index.php/signum/about/editorialPolicies#focusAndScope Acessado em: 20 de julho de 2017.

Com o maior desenvolvimento das pesquisas, os historiadores brasileiros tiveram de lidar com o problema do acesso e obtenção de fontes primárias, o que conseqüentemente moldou os estudos medievais no Brasil e de certa forma nos diferenciou: a maior disponibilidade de fontes editadas, em maioria de caráter literário ou de matéria religioso-filosófica, determinaram certas análises sobre as representações sociais e o imaginário, ou ainda tratando as ‘heranças’ e ‘reminiscências’ que de alguma forma são detectadas na realidade social e nas manifestações culturais brasileiras (MACEDO, 2006, p. 7).

É necessário, é claro, cuidado ao estabelecer relações de ‘continuidade’ ou ‘permanências’ sem que sejamos anacrônicos. Para conceber as ‘reminiscências’, segundo Macedo, devemos entender que a Idade Média não se esgota na temporalidade que lhe foi atribuída, pois há várias concepções sobre este tempo histórico, que devem ser historicizadas como discursos provenientes de suas épocas e contextos. A peculiaridade dos estudos medievais no Brasil é um exemplo disso.

Na Europa, o aumento de especialistas no medievo, conceituada como ‘medievalística’, coincidiu com momento em que a história se esboçava como disciplina escolar, o que legou a sociedade duas formas de se ‘enxergar’ a Idade Média (especialmente na sociedade francesa). A primeira, ‘residualidades’ ou ‘reminiscências’, são “as formas de apropriação dos vestígios do que um dia pertenceu ao medievo, alterados e/ou transformados no decurso do tempo” (MACEDO, 2011, p. 13).

Devemos ter cuidado ao lidar com essa categoria, afinal nenhum elemento se conserva tal qual no passado, possuindo os mesmos sentidos e usos do período. “Não basta, porém, o cuidado do historiador em ressuscitar os fragmentos mortos do passado, é preciso também um olhar de etnólogo sobre as manifestações vivas do presente que carrega aquela herança” (FRANCO JR, 2008, p. 84). No Brasil existem vários exemplos de manifestações culturais e realidades sociais que podem ser associadas como ‘resíduos’ medievais. Dessa forma, não podemos falar de uma ‘Idade Média brasileira’, mas sim de valores medievais no Brasil²⁷.

Como segunda categoria a ‘medievalidade’ apresenta aspectos menos históricos, e conta com noções estereotipadas. Esse aspecto é por vezes impreciso e encontra

²⁷ Em ‘Raízes medievais no Brasil’ o historiador Hilário Franco Jr debate com o clássico ‘Raízes do Brasil’ de Sergio Buarque de Holanda, e advoga pela investigação da Idade Média como um dos elementos formadores da sociedade brasileira e para tal trabalha com as noções de sociedade senhorial, cultura arcaizante, a religiosidade sincrética e informal e a psicologia coletiva (FRANCO JR., 2008).

grande popularidade nos meios de comunicação e indústria de consumo: jogos de videogame e computador, filmes, séries e novelas de TV, livros de romance e aventura, festas e até recriação histórica de feiras, torneiros e culinária medieval, explorada na indústria musical e nos jogos de RPG (*Role Playing Games*)²⁸.

Nesse âmbito os aspectos e características mais negativas sobre o medievo ganham espaço e repercussão. “O lugar de diversão se torna também lugar de perpetuação de hábitos, valores, crenças, conceitos, preconceitos, ideias etc., e de instrução, ou seja, aquisição de saberes” (MURILO, 2015, p. 31). A popularização da Idade Média como tema de investigação acadêmica e a inspiração artística/comercial não caminham no mesmo passo, que é por vezes divergente. Ou seja, a Idade Média que normalmente é trabalhada nas salas de aulas não é a mesma daquela investigada pela academia.

Essa distinção, embora inofensiva ao primeiro olhar, carrega atualmente importantes disputas narrativas que escondem projetos ideológicos de poder bem desenhados em torno de uma ‘História do Ocidente’ e dos valores ‘judaico-cristãos’²⁹. Uma das simbologias mais frequentemente resgatadas é aquela dos cruzados: sob o lema *Deus vult*, a extrema direita americana e a europeia (seguida pela brasileira) declararam guerra contra grupos e movimentos que ameaçam a suposta identidade ocidental tradicional e buscam em uma fictícia Idade Média as origens da cultura branca, patriarcal e cristã que defendem³⁰.

²⁸ “RPG é uma sigla em inglês que pode ser traduzida como “Jogo de Interpretação de Papéis” ou “Jogo de Interpretação de Personagens”. Nele um grupo de amigos se reúne para construir uma história, como se fosse um teatro de improviso. Existe um diretor, chamado de “narrador” ou “mestre”, que vai explicando o desenrolar da trama; e existem os jogadores, que interpretam seus personagens. O RPG surgiu nos EUA em 1971, com a criação do *The Fantasy Game*, rebatizado em 1974 de *Dungeons & Dragons* (D&D) – algo como “Masmorras e Dragões”. O D&D existe até hoje e é um jogo de fantasia medieval fortemente influenciado pelos romances *O Hobbit* e *O Senhor dos Anéis*.” SALES, Matheus. “RPG (Role-Playing Game)”; *Brasil Escola*. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/rpg.htm>. Acesso em 18 de julho de 2018.

²⁹ O termo generalizante e recente procura abarcar duas culturas diferentes em favor de uma tradição unificada. Para o escritor Arthur E. Cohen, que escreveu *The myth of the judeo-christain tradition* (1969), a ‘ética judaico-cristã’ é um mito que apaga as contradições teológicas e que é utilizado especialmente na política norte-americana.

³⁰ Em recente artigo publicado no site *Via Mundo* (05 de abril de 2020) o professor e historiador Paulo Pachá comenta: “de fato, a ideia da civilização ocidental é uma construção política recente, destinada a legitimar processos políticos e históricos específicos, o imperialismo e o colonialismo entre eles. Ao retratar a Idade Média europeia como o verdadeiro passado da nação, a extrema-direita branqueia sua própria história e a crueldade de sua prática política, especialmente (mas não apenas) a persistência de racismo ativo, misoginia, homofobia e intolerância religiosa.” Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/paulo-pacha-por-que-a-extrema-direita-brasileira-ama-a-idade-media-europeia.html> Acesso em: 10 de junho de 2020.

De todo modo, tanto a visão obscura (Iluminista) quanto à visão dos contos de fadas (Romantismo oitocentista) devem ser questionadas, visto que são ambas visões sobre um período ‘colonizado’ temporalmente por aqueles que a olharam a distância. Estudar a Idade Média ainda causa uma atração ou rejeição que constitui um imaginário peculiar sobre o período, mesmo com a grande quantidade de estudos que procuram desmitificar certos paradigmas (ZIERER, 2009).

As pesquisas brasileiras são, em sua maioria, sobre o período da Baixa Idade Média (século XIV-XV) e a Península Ibérica (principalmente Portugal)³¹. O contato entre historiadores brasileiros e portugueses vem diversificando os temas e debates acerca do medievo. Considerando a necessidade de reavaliação de certos modelos de interpretação, cunhados primeiramente na Europa, as diferentes perspectivas oferecem caminhos alternativos de investigação que buscam, por exemplo, ‘descolonizar a Idade Média’ a partir da noção crítica dos conceitos tradicionais utilizados na análise do período (‘nação’, ‘raça’, ‘povo’) e que foram produzidos entre os séculos XVIII e XX (MACEDO, 2011, p. 10).

Concebendo a extensão das pesquisas e a ampliação de conceitos, fontes e problemas, é de se esperar a produção de novos entendimentos sobre a Idade Média. Como isso se traduz no currículo de História e no livro didático? Quais visões, ou ainda, qual Idade Média é retratada? É possível descolonizar modelos que formataram a própria organização da História com ciência no Brasil?

3.1.1. As versões da BNCC em perspectiva: o medievo em debate

As diferentes perspectivas ou modos de lidar com um tempo histórico, sejam elas através das pesquisas acadêmicas ou do saber comum circulante na sociedade, convergem e são refletidas no ambiente escolar. Essa relação não é harmônica, visto que é sempre fruto de disputas políticas e ideológicas que giram em torno da concepção de educação que se pretende para o país, as memórias e discursos que (não) devem ser propagados e as políticas públicas endereçadas a tais propósitos. O campo do ensino de História se torna assim um dos principais pontos de disputa, e o passado, arma de validação ou rejeição de visões ideológicas do mundo.

³¹ Como demonstrado pelo historiador José Rivair Macedo (2006) no artigo “Os estudos medievais no Brasil: tentativa de síntese”.

O poder público produz documentos educacionais com novas formas de organização escolar e novas estruturas curriculares que refletem as políticas públicas na área educacional e as disputas dos grupos hegemônicos da sociedade. A educação representa um instrumento político, pois a cada vez que se troca governantes, novas reformas e substituições de parâmetros e currículos são introduzidas (ABUD, 2017).

Katia Abud explica que o currículo se torna ponto central neste processo, visto que reflete as concepções e políticas que causaram sua produção. Isto por que as “preposições curriculares são resultado de escolhas, de concepções e interpretações históricas de grupos ou pessoas, nomeados, indicados, convidados pelas autoridades e/ou órgãos educacionais” (ABUD, 2017, p. 17). Embora este não seja uma mera listagem de conteúdo ou objetivos, é por conta desse aspecto que os debates mais acirrados acontecem (PEREIRA; RODRIGUES, 2017).

Essas disputas são condizentes ao momento histórico que o Brasil atravessa. A partir das décadas de 80 e 90 algumas reformulações curriculares vêm ocorrendo, conectadas com a transição da Ditadura Civil-Militar para um período democrático (MAGALHÃES, 2007). O desenvolvimento de parâmetros básicos para a educação propostos pela União foi o ponto de partida para que o Estado se responsabilizasse pelos currículos e as discussões em torno deste fossem provocadas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal n. 9.394), aprovada em 20 de dezembro de 1996, incube a União de estabelecer diretrizes e competências que guiam os conteúdos e currículos.

A discussão sobre uma base curricular foi iniciada em 2014 quando se estabeleceu o Plano Nacional da Educação (PNE), com validade de 10 anos, e que estabelece diretrizes e metas a serem cumpridas para reger as iniciativas da área. Em 2015 foi apresentada a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)³², disponível para a consulta popular.

A versão foi alvo de várias críticas, em especial na área de História, a última a ser divulgada. Uma dessas críticas partiu dos professores de História Antiga e Medieval que identificaram a diminuição do papel da área nesta versão da base e elaboram cartas públicas de repúdio por meio de associações, universidades e instituições. A discussão

³² “Fruto das discussões do Plano Nacional de Educação (PNE 2014) que estabeleceu 20 metas a serem cumpridas até 2024, a BNCC deveria conter direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, unificando 60% do conteúdo escolar nacional. O restante seria definido localmente, levando em conta o contexto regional” (MORENO, 2016, p. 10).

não atingiu somente a academia, circularam artigos em jornais, *posts* em blogs e grupos de redes sociais e troca de acusações.

Uma das principais inovações dessa primeira versão foi o rompimento com o modelo cronológico quadripartite (História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea). Isso representou ruptura com um modelo de currículo de longa tradição que há muito já havia sido abandonado pelos pesquisadores em favor de uma História ligada ao social, ao econômico, as mentalidades e que aborda os personagens comuns, trabalhadores, mulheres, crianças. A primeira versão enfatizava os estudos de processos históricos da modernidade, visando começar pelo que é mais próximo do aluno (em termos temporais, espaciais, identitários?). Nesse processo os conteúdos anteriores aos séculos XV e XVI perderiam espaço, estes notadamente voltados à História europeia.

Ao mover o centro para a América Latina, para a África, para os povos indígenas, ao promover recortes e decisões diferentes a primeira versão da BNCC provocou ao afirmar que nenhum conteúdo é ‘canônico’ ou ‘obrigatório’ (PEREIRA; RODRIGUES, 2017, p. 38). Afinal, os movimentos que fizeram o currículo escolar eurocêntrico que estamos acostumados não foram ‘naturais’, ele próprio resultado de processos históricos e seleções.

Algumas críticas ao texto taxaram-no de ‘Brasil-centrista’, por razão da ênfase na história do Brasil em uma perspectiva local, regional, nacional e por fim global (PEREIRA; TEIXEIRA, 2017). Em novembro de 2015 a ABREM publicou uma carta sobre o texto preliminar da BNCC, onde expressava os principais pontos de discordância. No texto, a posição era de que não se tratava de uma ‘defesa’ a História Europeia ou a posições conservadoras (respondendo ao artigo publicado na Folha de São Paulo por Sabine Righetti),

Mas sim de se manifestar em favor do acesso a um patrimônio cultural diversificado, cujo conhecimento é fundamental em um mundo que passa por grandes transformações sociais, um mundo que tem colocado frente a frente diferenças que só a ciência do outro será capaz de fazer dialogar e acolher.³³

³³ Carta da ABREM sobre a BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC). Novembro de 2015. Disponível em: <http://www.abrem.org.br/index.php/noticias/246-carta-da-diretoria-da-abrem-sobre-a-bncc-nov-2015>. Consultado em julho de 2018.

Um dos argumentos é de que a supressão de conhecimentos que integram o patrimônio cultural do Brasil e a ênfase dos estudos a partir do século XVI seriam atitudes contrárias ao ponto de vista científico e aos avanços alcançados pelas pesquisas acadêmicas fomentadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), representando assim uma dissonância entre as instituições.

De fato, no artigo 26º da LDB, que trata do currículo, no 4º parágrafo dita-se que “O ensino de História do Brasil levará em conta as diferentes contribuições das culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia” (BRASIL, 1996). Vale questionar, no entanto, até que ponto as instituições acadêmicas se relacionam com os debates educacionais, a produção de materiais voltados para a escola e ao ambiente escolar, ou se a ‘irracionalização da história’ acabou excluindo a dimensão prática do pensamento histórico tal qual Rüsen (2006) propôs acerca da falta de reflexão sobre a didática da história na Alemanha.

De fato, os debates ocorridos em volta da primeira versão da BNCC expuseram o distanciamento das questões escolares que os medievalistas vinham cultivando. É a opinião de Renan Birro e Renato Viana Boy (2020) que esse primeiro texto obrigou os profissionais da área a discutirem e se preocuparem com a ‘matéria da escola’. Contrários ao que seria um ‘encastelamento’ dos medievalistas, os autores advertem aos perigos da distância entre sociedade e especialistas que pode levar a maiores e melhores críticas ao ensino de Idade Média (BIRRO; BOY, 2020, p. 6).

A carta da ABREM também sai em defesa de aspectos de uma ‘medievalidade’ e em favor dos estudos das ‘reminiscências’, que fariam parte da realidade dos alunos. Por outro lado, os autores Nilton Pereira e Igor Teixeira (2016) questionam se a Idade Média seria um conteúdo escolar que revela um pertencimento conservador e se justifica pelo interesse de crianças e adolescentes em história e ficção.

Da mesma forma Priscila G. Leite (2017) chama atenção para a forma como a Antiguidade é utilizada, inclusive durante o processo de *Golpe/Impeachment*³⁴, para legitimar uma ordem social com viés conservador, relação que também podemos fazer com o período medieval e sua utilização no presente, conforme comentado previamente.

³⁴ A presidenta Dilma Rousseff, reeleita para o seu segundo mandato, foi destituída de seu cargo através de um processo político baseado em leituras elásticas da Constituição (JINKINGS, 2016).

Em sua segunda versão a BNCC (Segunda Versão Revista) é lançada em abril de 2016 em meio às conjunturas políticas ocasionadas pela crise política, sendo bastante diferente da última. A inserção dos conteúdos de História Antiga e Medieval ocorre de forma retrógrada, apresentando caráter pouco crítico e factual (LEITE, 2017, p. 28). De forma inversa, a História quadripartite e europeia foi privilegiada, salientando o caráter estereotipado da Idade Média.

Em 2017, as reformas de ensino criaram mais debates com a sanção da Medida Provisória (MP nº 746, de 22/9/2016) pelo então presidente Michel Temer em 16 de fevereiro daquele ano. Esta representou um fim do debate entre a sociedade e o governo. Considerando que a primeira versão da BNCC foi amplamente debatida e criticada, o mesmo não pode ser dito da segunda versão e da imposição referente à proposta de reforma do Ensino Médio. Nesta reforma³⁵ estão introduzidos os conteúdos estabelecidos na BNCC, que devem corresponder a 60% do programa (TOLEDO, 2017).

A terceira e mais recente versão da BNCC, publicada em partes (primeiro os Ensinos Fundamental e depois o Ensino Médio) é centrada em torno do desenvolvimento de competências³⁶. A fundamentação pedagógica desse modelo foi questionada por pesquisadores e pareceristas como Maud (2017), Rocha (2017) e Souza (2017) que destacam o caráter confuso e contraditório da proposta.

A centralização da pedagogia de competências em detrimento da transversalidade do conhecimento provocaria uma compartimentação da experiência humana e nada ajudaria para a formação interdisciplinar dos estudantes. Além disso, ainda ocorre um privilégio a uma história eurocêntrica na versão voltada para o Ensino fundamental e os anos finais (WISSENBACH, 2016). No que tange ao conteúdo voltado para a História Medieval, houve uma melhora nas abordagens. O conteúdo permanece sendo estudado no 6º ano do Ensino Fundamental, mas dessa vez a abordagem se aproxima de temas relacionados à História Social e Cultural, tais como:

³⁵ Mudança estrutural no sistema atual do Ensino Médio. Propõe a flexibilização da grade curricular, sendo obrigatórias somente às disciplinas matemática e língua portuguesa, e as demais organizadas a partir das competências e de caráter eletivo. Dados retirados do site: http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem_01 Acessado em: 17 de julho de 2018.

³⁶ “A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento; em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)” (BRASIL, 2017, p. 7).

“formas de contato entre populações, dinâmicas de circulação de pessoas e produtos, formas de organização do trabalho e da vida social, o papel cultural da religião cristã e os papéis sociais das mulheres” (LIMA, 2019, p. 11).

A versão final da BNCC para o Ensino Médio foi promulgada em 14 de dezembro de 2018, pelo então ministro da educação Rossieli Soares. A organização das disciplinas repete o modelo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em torno de quatro grandes áreas, estando História na Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Filosofia, Geografia, História e Sociologia). Esta está tematizada em torno das categorias: Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza e Sociedade; Cultura e Ética; e Política e Trabalho (BRASIL, 2018, p. 562).

Como avaliar a presença dos conteúdos referentes à Idade Média nos programas? De modo geral, o período medieval foi retratado historicamente por aqueles pesquisadores dos séculos XIX e XX como tempo de nascimento da Europa, moldada em seus aspectos políticos e culturais. A visão sobre o medieval, e conseqüentemente sobre o resto da História dita *geral* era basicamente a ideia de que dali provinha a História do mundo. Essa visão, eurocêntrica e ocidentalizada, vem sendo alvo de críticas e protestos conduzidos em especial pelo advento dos estudos pós-coloniais.

Para Nilton Pereira e Mara Rodrigues (2017) a justificativa de um currículo Brasil-centrista é válida quando pensada a partir da aprendizagem histórica por via do pertencimento e da identidade. Uma História eurocêntrica resulta na permanente representação do mundo nos moldes pré-existentes de realidades específicas da Europa (ou ainda da França ou da Inglaterra). Essas realidades provocam a ‘colonização’ de tempos e contextos históricos diferentes do vivido na Europa, como o período medieval foi colonizado por aqueles que o designaram como ‘médio’.

Porém, os elementos do estranhamento e da alteridade, o entendimento do *outro*, passos importantes nos estudos humanos e sociais, se perderiam. Em concordância com Macedo (2006), se discute a ideia de ‘descolonização’ das abordagens das narrativas e os objetivos de ensino, que seriam bem mais profundos e complexos do que a discussão da listagem de conteúdo. Entendemos que o recorte de conteúdo é inevitável, e funciona a partir das disputas de memória e visões ideológicas. O enfoque e a importância que se dá a certo fato histórico, personagem ou período é fruto de uma escolha consciente e, portanto, passível de reformulação.

É importante ressaltar que quando estudamos Idade Média, a visão unificante apresentada não se traduz em uma história de toda a realidade europeia. Falar de Europa Medieval é trabalhar, quase sempre, com a França, Inglaterra, Alemanha ou Itália (MACEDO, 2006, p. 115). A Europa ibérica fica em segundo plano. E em termos de descolonização do currículo e alteridade, faria muito mais sentido dar ênfase aos aspectos históricos da Península Ibérica do que aquele aos modelos da França e Inglaterra, frequentemente centros da análise. Assim

Para uma avaliação mais justa do porquê a experiência medieval portuguesa seguiu outros rumos no Novo Mundo seria preciso considerar o peso da contribuição indígena e africana em nossa sociedade, resultante das trocas e fusões durante o período colonial. Neste outro mundo e neste novo tempo é que o legado português foi recebido, filtrado, parcialmente assimilado e parcialmente rechaçado, enfim, revivido e ressignificado (MACEDO, 2011, p. 20).

Ou seja, não se trata somente de estudar um tempo histórico distante temporal e espacialmente de nossa realidade. É necessária a inclusão ou até a substituição de perspectivas que até então não tinham lugar no discurso historiográfico, educacional e midiático. Para Lieve Troch os historiadores “ocupados com o passado como passado – em uma busca do *proprium medieval* – ou com o passado como presente – em busca de raízes medievais [...] deixaram por vezes de perceber o efeito da modernidade ocidental sobre nossas representações” (TROCH, 2013, p. 1). Jeffrey Jerome Cohen (2000), ao perceber a falta de reflexão voltada ao passado distante dentro das teorias pós-coloniais, considera que esse modelo temporal excludente nega a possibilidade de que traumas, exclusões, e violências promulgadas séculos atrás possam de algum modo fazer parte das construções de identidades contemporâneas (COHEN, 2000, p. 3).

Para Jorn Rüsen (2006) o desenvolvimento da consciência histórica, que seria um conjunto de operações mentais que definem o pensamento histórico e a sua influência na cultura humana, se manifesta a partir do aprendizado histórico (RÜSEN, 2006). É com esse propósito que devemos, como sociedade, e profissionais da educação, debater a distribuição de um currículo justo e social. Nesse sentido, refletir sobre o que escolhemos ensinar do passado medieval e sobre os estudos de gênero pode contribuir para problematizar os modelos tradicionais de temporalidade, assim como nossa formação social e política enquanto ex-colônia.

Não somente, devem contribuir para a reflexão crítica do presente. Essa discussão deve incluir as mulheres, imigrantes, camponeses e debater os usos da Idade Média (assim como qualquer outro tempo histórico) na atualidade. É de suma importância à reflexão sobre problemas como a desigualdade social, a misoginia da sociedade cristã ocidental ou o abandono infantil – “cujas raízes históricas ultrapassam os limites cronológicos da Idade Média” (MACEDO, 2004, p. 117).

É importante lembrar que qualquer processo de modificação educacional deve ser amplamente debatido com a sociedade em seus mais diversos âmbitos, de forma que a disputa democrática e o direito de proposta de professores, escolas, estudantes e demais envolvidos seja assegurado. Não é isso que vem ocorrendo.

No entanto, antes de concluir, devemos adicionar outro elemento a essa discussão: o livro didático. De que modo este se relaciona com o desenvolvimento do saber histórico sobre a Idade Média? Considerando os estudos feitos pelos medievalistas brasileiros e a produção ‘medievalística’, quais aspectos de análise podem ser encontrados em seu texto? Estes contribuem para a discussão da alteridade/reconhecimento de si e do outro? Quais preconceitos e/ou problematizações aparecem, quais aspectos possuem uma maior atenção?

3.2.Os livros didáticos e o medievo: um breve parecer.

Somando a discussão da evolução dos estudos medievais no Brasil e o debate acerca da inserção do estudo da Idade Média no currículo base, passaremos a examinar o tema a partir da perspectiva do livro didático: *História, Sociedade e Cidadania* de Alfredo Boulos Júnior, da editora FTD e *História: das cavernas ao terceiro milênio*, de Patricia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, editora Moderna. Os dois títulos selecionados foram aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2018 no componente curricular história. Foram escolhidos os primeiros volumes das coleções em razão da disposição dos conteúdos – respeitando a cronologia tradicional largamente utilizada – que apresenta a Idade Média na primeira série do Ensino médio.

A importância do livro didático é inegável. Como material didático consagrado em nossa cultura escolar, ainda ocupa lugar de destaque em sala de aula e provoca muitas discussões sobre a sua qualidade, conteúdo e adequação pedagógica. Ainda que outras mídias e recursos sejam cada vez mais populares, o livro ainda constitui primeiro

material utilizado nas escolas, através da mídia impressa. Como explicação para esse fenômeno podemos citar a facilidade do manuseio, que possibilita a utilização do mesmo em diversas etapas e modalidades da educação, a ausência de equipamentos e recursos tecnológicos necessários à sua utilização levando em conta a realidade das escolas públicas brasileiras (BANDEIRA, 2009, p. 17), da capacidade que autores e editoras possuem de adaptar o livro didático às mudanças e inovações ao longo do tempo, e que respondem a demandas mercadológicas, além da incorporação por parte do Ministério da Educação dos livros ao sistema educacional (SILVA, 2012, p. 805).

Como ferramenta importante no processo ensino-aprendizagem, o livro didático de História ganha relevância no ensino da disciplina, visto que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é um dos principais programas de distribuição de livros didáticos no mundo³⁷ (ALMEIDA; MIRANDA, 2012). Este programa contribuiu para a universalização do livro, distribuindo gratuitamente os títulos escolhidos pelos professores para os estudantes de escolas públicas do Brasil, além de ser responsável por uma grande movimentação mercadológica do setor de publicações. “Esta política de aquisição em massa de livros didáticos pelo governo brasileiro transformou-se num grande negócio que contribuiu para o processo de oligopolização e entrada do capital estrangeiro no setor editorial” (SILVA, 2012, p. 817). Ainda que o PNLD não tenha o alcance para enfrentar as imperfeições do livro didático é interessante considerar a contribuição que representa para a melhoria de qualidade através de processos avaliativos (CAIMI, 2017).

A difusão do conhecimento histórico, considerando as razões acima citadas, em especial sobre o período medieval, acontece majoritariamente pelo material didático escolar para grande parte da população brasileira. “Nas escolas é o livro didático que desempenha o papel de ‘obra de referência’, subsidiando alunos e professores no âmbito do conhecimento escolarizado” (MURILO, 2015, p. 37). Por isso, problematizar os conteúdos e abordagens é necessário para a reflexão sobre a consciência histórica dos estudantes e as concepções que eles adquirem sobre a Idade Média.

Ao analisar os livros escolhidos, partimos do pressuposto de que são documentos, e que, portanto, podem revelar diversas leituras, de acordo com o recorte

³⁷ No estado do Maranhão, foram 1.118.267 alunos beneficiados pelo programa, distribuídos em 5.708 escolas, 6.479.75 exemplares no ano de 2017. Dados extraídos do Fundo nacional de desenvolvimento da educação (FNDE). Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro>. Acessado em: 21 de julho de 2018. Os dados dos anos de 2019 e 2020 estão menos transparentes e não é possível encontrar tabelas que dividam os dados por estados da federação.

em que foi estabelecido. Para organizar uma metodologia de análise foi consultada a avaliação do PNLD 2018, e foi estipulado alguns pontos a serem verificados nas obras:

1. A visão geral do texto sobre a Idade Média, considerando a problematização de (pré) conceitos, cronologia e temas trabalhados;
2. A discussão sobre as reminiscências medievais na cultura brasileira e a presença da ‘medievalidade’, relações com o presente;
3. Qual a presença da Idade Média Ibérica nos textos, quais aspectos são trabalhados e que tipo de abordagem é feita;
4. Quais historiadores e discussões historiográficas são citados no corpo do texto e na bibliografia;
5. Há uma relação entre os trabalhos realizados em pesquisas acadêmicas e os livros didáticos?
6. Qual o espaço reservado a História das Mulheres/discussões de gênero inseridos no medievo?

3.2.1. História, Sociedade e Cidadania – Alfredo Boulos Júnior

O livro *História, Sociedade e Cidadania* de Alfredo Boulos Júnior (2016), 2º edição, da editora FTD³⁸, primeiro volume, contém 384 páginas e é dividido em quatro unidades temáticas. Ele aborda os temas conceituais da História como ciência, os primeiros grupos humanos e arqueologia, a Antiguidade e as civilizações – em especial os gregos e romanos – até os acontecimentos dos séculos XV e XIV.

O autor Alfredo Boulos Júnior é Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutor em História da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É autor de outras coleções paradidáticas e assessorou a Diretoria Técnica da FNDE -SP.

Na avaliação do mesmo no guia PNLD 2018, é louvado por sua concordância com as matrizes de referência de Ciências Humanas do ENEM, além de outros indicadores. Ainda, são destacados de forma positiva a indicação de significativa quantidade de textos complementares, voltados à prática docente; as práticas pedagógicas da obra que possibilitam uma interação com os estudantes; a possibilidade de exploração das competências leitura e escrita, refletidas nas atividades; a formação cidadã, enfatizada na diversidade da experiência histórica e na retratação das mulheres como sujeitos históricos; as imagens contextualizadas e o projeto gráfico-editorial

³⁸ A editora FTD teve uma tiragem de 3.066.882 livros para o Ensino Médio e um valor total de R\$ 226.416.048,12 livros vendidos. Dados extraídos do Fundo nacional de desenvolvimento da educação (FNDE). Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro>. Acessado em: 21 de julho de 2018.

funcional; a proposta pedagógica voltada para uma história-problema assim como a promoção da pluralidade cultural e social através de textos, imagens e atividades (BRASIL, 2017).

O livro possui quatro unidades que se subdividem em 14 capítulos. O foco dessa investigação foi a quarta unidade, denominada *Diversidade religiosa: o respeito à diferença*. Nesta estão inseridos os temas relativos à Idade Média europeia, a civilização árabe-muçulmana, formações políticas africanas, a formação das monarquias europeias e as grandes navegações, assim como o Renascimento e a Reforma Protestante.

No capítulo 10 intitulado ‘Os francos e o Feudalismo’ podemos perceber a escolha do autor por trabalhar com o período a partir da Idade Média “clássica”, tendo como foco os povos francos e seu desenvolvimento. O texto cita de forma breve a presença de outros povos germânicos, sem dar demais informações ou dispô-los geograficamente pela Europa. Como introdução ao tema, o livro traz o tema ‘universidade’, orientando o professor a conectar o surgimento delas no período medieval e a compará-la com o que dispomos no presente. No primeiro tópico ‘Idade Média: conceito e periodização’ é apresentada a periodização tradicional, que é justificada “por ser muito usada em livros, revistas e jornais” (BOULOS JÚNIOR, 2016, p. 179). Além disso, é expressa a discussão existente entre os historiadores sobre a duração do período, os termos preconceituosos utilizados e a periodização propostas por Jacques Le Goff (conceito de Longa Idade Média, indo dos séculos IV ao XIX).

Para conduzir a explicação sobre a sociedade medieval o autor utiliza obras de Hilário Franco Jr para definir os conceitos clássicos de Feudalismo e embora assinala que este existiu somente em partes da Europa (França e Alemanha) não é destacado que outros modelos ou conceitos possam ser considerados. Para definir a organização social é utilizada a divisão do medievalista francês George Duby (as três ordens). Não são mencionadas as relações de gênero nem aspectos da História das Mulheres. A economia feudal é explorada, diferenciando *feudo* e *senhorio* e outras características.

Em seguida o livro conduz à explicação sobre as ‘mudanças no Feudalismo’, citando as inovações técnicas, os ressurgimentos das cidades e feiras, as corporações. Neste tópico o livro dialoga com os problemas das cidades medievais e os das cidades atuais, em forma de box voltado para o aluno. No tópico direcionado para ‘o poder da Igreja no medievo’ são apresentados os aspectos evolutivos da Igreja como instituição, algumas descrições sobre a vida monástica e as Cruzadas. Considerando que a unidade

temática prevê uma discussão sobre a diversidade religiosa, pouco é discutido sobre os aspectos do imaginário social e as formas como o cristianismo influenciou a vida dos indivíduos na Idade Média, tampouco são trabalhadas as relações entre os diferentes povos que participaram da formação sincrética das sociedades da época, mesmo que postos sob uma mesma ótica cristã. Esse aspecto é essencial, ao nosso ver, para que se relacione as relações sociais/religiosas no Brasil, visto que passamos por um processo histórico semelhante.

Tratando sobre a ‘crise do século XIV’ o autor explica a “crise prolongada” e aponta causas atribuídas por historiadores, sem citá-los. A Guerra dos Cem anos e as rebeliões camponesas são os conteúdos que fecham o capítulo. As atividades no fim do capítulo são provenientes de Vestibulares, em sua maioria de múltipla escolha.

No próximo capítulo seguinte sobre civilização árabe-mulçumana, é mencionado a formação do Império Árabe e o domínio na região ibérica. No capítulo reservado a formação das monarquias nacionais podemos encontrar uma nova menção a história de Portugal no tópico ‘As monarquias ibéricas’. O texto nesse segmento é bastante factual e não apresenta discussões historiográficas ou problematizações. Os recursos didáticos utilizados nesse tópico são mapas da região, comparados durante os séculos para representar a Reconquista. A Revolução de Avis é brevemente veiculada as razões para o pioneirismo português nas Grandes Navegações.

De modo geral, a obra utiliza os eixos temáticos para dividir os assuntos, mas parece não os relacionar entre si considerando o tema escolhido. São utilizados no corpo do texto autores e medievalistas brasileiros e franceses e suas obras de referência, além de listá-los nas sugestões de leitura e bibliografia. A organização do texto se baseia no modelo tradicional da cronologia histórica e os temas utilizados também fazem parte do cânone clássico. Não foram encontradas referências historiográficas sobre a Idade Média ibérica no corpo do texto e na bibliografia, e com exceção do capítulo sobre as Monarquias Nacionais, nada mais é citado sobre *esta* Idade Média. Da mesma forma, não parece uma preocupação do texto discutir as *reminiscências* medievais na sociedade brasileira, nem discutir a presença da *medievalidade* na sociedade atual.

No Manual do Professor encontram-se algumas explicações teóricas e conceituais sobre história, documentos e abordagens pedagógicas em sala de aula. São apresentadas as competências e as formas de desenvolvê-las, assim como sugestões de leituras e outras ferramentas sobre gênero, história indígena e de africanos e

afrodescendentes. Todas de grande importância para os professores, o que pode auxiliar na hora do preparo da aula.

3.2.2. História: das cavernas ao terceiro milênio – Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota

O livro didático *História: das cavernas ao terceiro milênio*, de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota (2017), editora Moderna³⁹, 5ª edição, 191 páginas, é inserido na perspectiva de História Integrada (História Geral intercalada com a História do Brasil). O primeiro volume contempla os conceitos da ciência histórica, os primeiros passos da humanidade, as civilizações da Antiguidade, a Europa medieval até o colonialismo europeu.

Patrícia Ramos Braick é Mestre em História, na área de História das sociedades ibéricas e americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e é professora do Ensino Médio em Belo Horizonte (MG). Myriam Becho Mota é Licenciada em História pela Faculdade de Ciências Humanas de Itabira (MG), Mestre em Relações Internacionais pela Ohio University (EUA) e professora do Ensino Médio e Superior em Itabira (MG), de acordo com as informações disponibilizadas na obra.

O guia do PNL D descreve-o como um material que oferece certa autonomia para o professor trabalhar com as fontes de referência apresentadas pelo livro; que entende o processo de escrita da História como um processo social; o oferecimento de referências contemporâneas que tem como propósito estimular o aluno a relacionar e problematizar o presente; a obra traz diversas atividades como proposta pedagógica, que oferecem a oportunidade de lidar com vários tipos de documentos históricos e apresentar os resultados em pesquisas e outras formas; as mulheres são protagonistas dos acontecimentos e processos históricos, e são discutidos exemplos de discriminação e violência, sendo abordados temas referentes as relações étnico-raciais, de gênero etc. (BRASIL, 2017.)

³⁹ A editora Moderna teve uma tiragem de 20.587.858 livros didáticos para o Ensino Médio e um valor total de R\$ 170.999.223,39 de livros vendidos. Dados extraídos do Fundo nacional de desenvolvimento da educação (FNDE).

Disponível em: <http://www.fn.de.gov.br/programas/programas-do-livro>. Acessado em: 21 de julho de 2018.

O livro é organizado em volume único e dividido em três partes, a primeira possui doze capítulos. O destinado ao nosso interesse é chamado ‘Europa Medieval e Civilização Islâmica’. Introduzindo o tema, a seção ‘conversando sobre’ questiona as relações entre uma imagem contemporânea de pessoas treinando combates inspirados na Europa Ocidental (*swordplay*), uma passagem de texto de Hilário Franco Jr. sobre as heranças medievais e outro de Jonathan Lyons sobre a influência árabe no mundo Ocidental. O objetivo é fazer refletir sobre o silenciamento da cultura árabe na história do Ocidente e as influências medievais e árabes na cultura brasileira.

O texto introdutório sobre a Idade Média apresenta de forma concisa a periodização escolhida e a razão do termo ‘Idade Média’. A História dos francos é retratada, assim como o Império Carolíngio. No tópico ‘Feudalismo’ é feita a conceituação dos termos relacionados ao tema, em especial sobre as ‘relações feudais’. Sobre a ‘sociedade feudal’ a organização das três ordens estudada por Duby é mencionada, mas sem citá-lo. Destacamos o subtópico ‘mulheres e crianças’ que questiona a ideia de infância que possuímos atualmente e aponta brevemente como a mulher estava inserida naquela sociedade. Um trecho do livro ‘A mulher na Idade Média’ de José Rivair Macedo (2013) é citado. Na área destinada às atividades existe uma destinada a mesma reflexão sobre mulheres, intitulada ‘pesquisa’: os alunos devem buscar sobre a condição da mulher na sociedade atual e estabelecer alguma relação com a condição da mulher medieval.

Trabalhando sobre a expansão do Islã, o desenvolvimento científico e cultural são destacados. O domínio sobre a Península Ibérica é exposto de forma factual. Sobre a Baixa Idade Média são apontadas transformações na sociedade a partir de aspectos econômicos. Outro tópico é destinado ao ‘pensamento e arte europeia’ que expõe resumidamente sobre as universidades, a escolástica e filosofia e arquitetura. Em ‘saiba mais’ as autoras chamam a atenção para as composições de cantigas que surgiram em Portugal no século XII. É chamada atenção para a conexão desses temas com as disciplinas Filosofia e Literatura.

Há uma sessão destinada ao trabalho com fontes que discute as ‘iluminuras’ e propõe algumas questões aos estudantes sobre o documento e a imagem retratada pelo mesmo (o saque de Jerusalém). Ainda, o subtópico ‘As cruzadas na visão islâmica’ levanta a discussão sobre outra visão histórica sobre um mesmo fato e questiona a relação entre os conflitos contemporâneos do Oriente Médio.

Por fim, tratando sobre a ‘crise do sistema feudal’ são destacadas causas que levaram a ‘crise generalizada do Feudalismo’ e as transformações sociais decorrentes. De modo geral, as atividades que seguem cada tema têm caráter discursivo, direcionando à alguma redação ou pesquisa. No fim do capítulo encontram-se as questões de Vestibular e do Enem.

No capítulo destinado a ‘Formação dos Estados Modernos’ encontra-se um tópico para ‘Formação de Espanha e Portugal’, veiculada também ao mesmo mapa da Reconquista presente no livro de Boulos Júnior.

Este livro didático tem como parâmetro a cronologia tradicional e quadripartite. Ao longo dos capítulos destinados ao tema analisado estão contemplados aspectos mais variados sobre a sociedade medieval e estabelecida algumas relações com a atualidade, principalmente sobre a influência e o relacionamento com o Oriente durante este período. Podemos perceber uma maior presença da ‘*medievalidade*’, e uma breve apresentação sobre as *reminiscências* no trecho citado do medievalista brasileiro.

A inserção dentro do capítulo sobre Idade Média da História dos povos árabes é muito bem-vinda, pois dinamiza o tempo histórico e o relaciona com outros períodos e povos. Outro importante ponto de reflexão foi a condição das mulheres e crianças na sociedade medieval. Mas a narrativa sobre a sociedade, crise etc. parece unificar as questões em torno de um grande espaço geográfico e temporal, sem prever as diferenças regionais e a evolução histórica das mentalidades.

3.2.3. Reflexões e considerações: o livro didático e o ensino de Idade Média

Podemos concluir que os livros analisados apresentam uma cronologia e abordagem clássica sobre a Idade Média, mesmo que apontem ou relativizem alguns termos e conceitos. Não conseguimos identificar a exposição de outros modelos ou direções historiográficas, no que acaba sendo um discurso universalizante das experiências sociais e das mentalidades medievais. Quanto à presença e debate acerca da História das Mulheres e aos estudos de gênero consideramos que as obras não contemplaram a temática (a presença das mulheres e das relações de gênero no medievo é pontual). Essa escolha faz sentido no corpo dos textos, que privilegiaram os conceitos políticos/econômicos sobre o período, de acordo com o que é tradicionalmente presente nas salas de aula.

Um ponto bastante positivo foi a utilização por parte dos dois livros de historiadores medievalistas brasileiros, o que demonstra um alcance da produção historiográfica brasileira nos livros didáticos. Ainda, concluímos que o papel da Idade Média ibérica e suas peculiaridades é bastante reduzido, e se encaixa somente nos capítulos destinados a formação das monarquias nacionais e as Grandes Navegações. Não identificamos uma discussão sobre os aspectos de ligação entre o medievo ibérico e a experiência portuguesa de colonização no Brasil.

Não é esperado do livro didático, como material finito e com um modelo tradicional já instituído, abarcar todos os conteúdos e discussões produzidas na academia. Seria impossível tanto para alunos e professores. Mas, podemos considerar que os debates acerca dos conteúdos privilegiados na história da disciplina no Brasil, as recentes e importantes problematizações em favor da representação e inserção da história das minorias históricas; e a produção recente realizada por historiadores brasileiros sejam motivos suficientes para repensar as práticas e discursos educacionais que desembocam nas narrativas veiculadas pelo livro didático.

Não queremos com isso apontar dedos e fazer uma crítica vazia às obras didáticas de referência no Brasil, mas buscamos questionar a nossa própria produção didática e repensar as nossas escolhas enquanto professores e professoras de História e produtores (as) de conteúdo científico.

As principais alternativas construídas por meio de debates entre a produção historiográfica e demais teorias apontam para dois caminhos que nos parecem profícuos: a influência das teorias pós-coloniais às análises sobre o medievo e o debate sobre a medievalidade.

Para Cohen (2000), podemos usufruir das teorias pós-coloniais enquanto medievalistas a medida em que descartamos a hierarquização homogênea e progressiva dos modelos de história linear. Quando consideramos a heterogeneidade das narrativas, múltiplas e interligadas, a própria temporalidade se torna um problema de investigação. Afinal, conceber a Idade Média como um ‘meio’, um ‘meridiano’ no tempo, representa um instrumento útil para refletir sobre os significados da proposta ‘pós-colonial’. Assim, Cohen propõe sugestões de ações e debates, como: repensar as palavras-chaves, os modelos explicativos generalizantes; repensar as concepções de verdade dentro da disciplina (que estão vinculados a projetos de poder); desestabilizar identidades hegemônicas (raça, orientação sexual, etnias, religião, classe, idade etc.) via detalhes da

contingência histórica; relativizar a posição do cristianismo no medievo e descentralizar a Europa (incluindo África, Ásia e Oriente Médio) (COHEN, 2000, p.6-7).

Para o ensino de Idade Média no Brasil devemos, ainda, considerar os eixos geográficos que são contemplados nas narrativas dos livros didáticos e nas salas de aulas. Como alternativa, podemos buscar um relacionamento mais profundo com a historiografia portuguesa sobre a Idade Média ibérica (da qual também participam os pesquisadores brasileiros). Um importante debate, por exemplo, é aquele travado sobre a existência e conceituação do Feudalismo em Portugal⁴⁰.

Como possibilidade de abordagem das reminiscências medievais, José Rivair Macedo destaca o estudo das vicissitudes históricas de determinadas instituições sociais, econômicas e políticas, o estudo do modo pelo qual elementos de origem medieval se fazem presentes em manifestações culturais e o estudo dos motivos e condições pelos quais autores/artistas representantes da cultura erudita do Brasil incorporam elementos que podemos considerar ‘medievais’ (MACEDO, 2011, p. 18).

Muitas das pesquisas em Idade Média realizadas no Brasil, e no Maranhão (que relacionam os aspectos medievais as manifestações religiosas e culturais de nossa sociedade) trabalham com temas que mesclam os estudos literários e os usos políticos/as representações sociais na Idade Média ibérica. Estes podem ser trabalhados pelos professores a partir de uma perspectiva interdisciplinar, entre as diferentes especialidades de História (Maranhão, Antiga, Medieval, Colônia etc.) e outras disciplinas (Antropologia, Literatura, Sociologia etc.).

De 2005 a 2017 foram produzidas cinquenta e nove ações relacionadas ao desenvolvimento da História Medieval com os discentes do grupo de estudos e **Brathair** (Grupo de estudos Celtas e Germânicos) e **Mnemosyne** (Laboratório de História Antiga e Medieval) da Universidade Estadual do Maranhão (ZIERER, 2017, p 24)⁴¹. Essa dissertação é fruto do trabalho realizado junto a esses grupos de pesquisa, os quais, visando fortalecer a área, também têm realizado atividades de eventos científicos, oficinas e publicações.

⁴⁰ Há pelo menos quatro autores que discutem o Feudalismo em Portugal: Manuel Paulo Merêa, representante da escola da História do direito; Armando Castro, de base marxista; José Mattoso, que utiliza as formulações teóricas de George Duby para pensar o reino português e Antônio Henrique de Oliveira Marques, que tem uma análise histórico-geográfica do Feudalismo em Portugal. (COSTA, 2012).

⁴¹ Sobre o desenvolvimento das pesquisas de Pós-Graduação em História Medieval no Maranhão na UEMA e UFMA, ver ZIERER; OLIVEIRA, 2019, p. 643-646.

Temos, portanto, um importante questionamento: como a nova BNCC afetará o ensino de História, a produção dos materiais didáticos e a formação dos profissionais da área de pesquisa e ensino no Brasil? A base curricular ainda se encontra em processo de implementação por meio do programa ProBNCC, que deve trabalhar juntos aos estados da federação para que estes elaborem suas versões e as executar na rede pública. A essa equação soma-se as polêmicas geradas recentemente sobre o ensino público (em especial o universitário), o apagamento/mudança de narrativas históricas (disfarçadas de revisionismo histórico que não respeita os parâmetros metodológicos) do livro didático e os ataques aos estudos de gênero.

De todo modo, é possível vislumbrar caminhos possíveis que passam, segundo Douglas Lima (2019) pelo diálogo entre as discussões da teoria pós-colonial, da história global e do medievalismo. Esses aspectos atestam o potencial pedagógico da Idade Média, seja pelo viés da identidade seja pela alteridade (LIMA, 2019, p. 18). Outros como Renan Marques Birro (2020) vem nos estudos sobre o ‘medievalismo’ uma forma de problematizar e contextualizar a Idade Média presente na Contemporaneidade, em especial aquela consumida pelas grandes indústrias de entretenimento.

Como elemento em comum entre essas perspectivas, os estudos de gênero são, a nosso ver, importantes ferramentas. Sabemos que para repensar o passado, de modo a ‘descolonizar’ nossas concepções, é essencial que repensemos as relações entre os sexos/gêneros e o modo que elas são costuradas no tecido social, como modelam as sociedades. Infelizmente, a presença dessas discussões estão longe de serem asseguradas no ensino básico.

3.2.4. Estudos de gênero: do medievo à sala de aula.

Os estudos de gênero e seus pressupostos parecem, apesar dos esforços de pesquisadoras, cientistas, ativistas e demais grupos sociais, serem motivo de confusão, polêmicas e alvo de uma série de *Fake News*. As teorias, políticas públicas e os debates acadêmicos são vistas sob a ótica de um conservadorismo crescente como ‘ideologia’ que pretende acabar com a ‘família, com os valores cristãos, com as instituições ocidentais’⁴².

⁴² Os termos ‘gênero’, ‘orientação sexual’, e até mesmo a ‘educação sexual’ se transformaram em assuntos polêmicos no país, resultando inclusive na retirada destes de documentos oficiais como a BNCC

As indústrias de entretenimento cada vez mais incluem personagens femininas de inspiração medieval nos filmes, séries, livros e jogos de videogame. Em especial, os papéis de liderança e força cada vez mais recaem sob as mulheres nessas representações (apesar das tradicionais personagens sexualizadas e sem protagonismo), em resposta às pressões de movimentos sociais, que passam a ser vistas como força de consumo desse tipo de produto artístico.

Essas duas questões, a popularidade de figuras medievais na cultura *pop* e a dificuldade de se debater gênero publicamente, são pontos de discussão que convergem para o ensino de História, em especial aquele que trata do período medieval. Mais ainda, a escola se torna um dos locais de conversa mais importantes, por ser instituição central na reprodução e alimentação de práticas, ideologias etc. que são socializadas aos cidadãos. Desse modo,

É através de sua organização – currículos, práticas pedagógicas, estrutura física, docentes, regulamentos e avaliações – que, implícita e explicitamente, a escola produz as diferenças entre os indivíduos – incluindo valores, normas e concepções – interiorizadas de forma a concebê-las como ‘naturais’, ainda que provenham das relações sociais estabelecidas culturalmente (COSTA; TEIXEIRA; VANIN, 2011, p. 7).

Guacira Lopes Lobo (1997) demonstrou através da obra *A construção escolar das diferenças* como a escola promove desigualdades e distinções em suas premissas mais básicas: no espaço, nos símbolos, na linguagem e nos silêncios. Perceber as nuances desiguais e divisórias do espaço escolar não é tarefa simples, principalmente se quisermos nos distanciar dos binarismos que podem dificultar teoricamente uma ruptura. De todo modo, é necessário que sempre tenhamos em mente as combinações de gênero, sexualidade, classe, raça e etnia e os modos como se relacionam entre si.

Ou seja, a organização escolar e o currículo precisam abarcar como prioridade a tarefa de discutir e garantir uma formação que almeje a equidade de gênero, sob pena de aprofundar cada vez mais as desigualdades históricas que se somam aos demais

e o PNE. Consultados: <https://novaescola.org.br/conteudo/4900/os-termos-genero-e-orientacao-sexual-tem-sido-retirados-dos-documentos-oficiais-sobre-educacao-no-brasil-por-que-isso-e-ruim>
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular> Acesso em: 15/06/2020.

problemas sociais do Brasil. Em especial, destacamos a alta taxa de feminicídio do estado do Maranhão, que no ano de 2019 superou a terrível média nacional.⁴³

A violência de gênero (incluindo a violência sexual), realidade social, não deve ser naturalizada como ‘parte onipresente da História’. As aulas de História podem contribuir para a desmistificação de ‘qualidades inatas’ de violência que por vezes passam despercebidas em livros didáticos, produções cinematográficas e demais mídias. Concordamos com Susani Rodrigues de Oliveira (2020), que defende a necessidade de situar os contextos históricos a violência sexual e as masculinidades que as produzem de modo a romper com quaisquer justificativas “baseadas em supostos primários biológicos” (RODRIGUES, 2000, p. 34-35). A autora explica que qualquer ênfase nas violências sem a devida visibilidade de protagonismos, resistências e identidades das mulheres que sofreram no passado (e no presente) tendem a cristalizar um papel passivo, de vítima, às imagens e memórias femininas e a de agressores/violentos para aquelas masculinas.

Essa ‘naturalização’ das construções históricas e sociais é normal nas sociedades humanas, mas é particularmente danosa quando utilizada de justificativa para as violências e desigualdades, como é o caso do machismo e do racismo e suas consequências. Sabemos que ao aprender (e ensinar) História ganhamos perspectiva sobre o passado, sendo possível contextualizar instituições, ideologias, conceitos e discursos. É o sentido prático do ensino de História que deve ser resgatado: “alcançar o conhecimento empírico do passado poderia levar a um *insight* sobre o movimento das forças do presente” (RÜSEN, 2006, p. 9). Ademais, expandimos as concepções diversas de “arranjos familiares e sociais, a pluralidade de atividades exercidas pelos sujeitos, o cruzamento das fronteiras, as trocas, as solidariedades e o conflitos” (LOURO, 1997, p. 70) que são comumente ignorados ou negados.

À vista disso, somos compelidas a pensar na validade pedagógica do nosso objeto de investigação, *os contos melusinianos* e nossa fonte *O Livro de Linhagens do Conde D. Pedro de Barcelos*, considerando as faltas e silêncios do currículo e a relevância das críticas aos conteúdos que contemplam o medievo. Defendemos que essa temática possui relevância dentro do contexto das aulas de História, além das relações possíveis com as discussões próprias as aulas de Literatura, Artes etc.

⁴³ O estado registrou 1,4 mortes para cada 100 mil habitantes, superior à média nacional de 1,2. Consultado: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/03/05/taxa-de-femicidios-no-maranhao-e-maior-que-media-nacional.ghtml> Acesso em: 10/03/2020.

Melusina e as *donas* de Portugal são ricos exemplos das multiplicidades de sentidos e símbolos que circulavam no imaginário medieval e de algum modo sobrevivem nas representações cinematográficas, literárias e comerciais no Mundo Contemporâneo. Delas podemos extrair questionamentos, assim como Cohen (2000) apontou, os quais nos forçam a repensar as relações e o binarismo dos gêneros, a dominação de um modelo cristão universal. Assim como a considerar a heterogeneidade da cultura medieval, seja concebendo o sincronismo social ou as disputas e conflitos também presentes na Idade Média.

Além disso, as narrativas de linhagens constituem fontes notáveis para a investigação do grupo social, das memórias e até mesmo do cotidiano da Idade Média ibérica na Baixa Idade Média. *Os Livros de Linhagens* são verdadeiros lugares de memória e deles podemos extrair dados valiosos sobre as relações sociais, as violências, enfim, extratos do imaginário social daquela sociedade. Ainda, podem auxiliar na promoção de debates, em sala de aula, visto que o ensino de História dá sentido às informações, e o presente é sempre nosso lugar de referência.

Para que possamos contemplar esses temas é necessário enxergar as brechas da Base Nacional Comum Curricular, e aproveitá-las a nosso favor. Os eixos temáticos do componente História para o Ensino Médio (Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza e Sociedade; Cultura e Ética; e Política e Trabalho) são ‘neutros’, mas abrem espaço para que sejam incluídos os debates privilegiados por nossa análise. Em especial, destacamos algumas das habilidades listadas que, por afinidade, estão relacionadas ao nosso tema:

- (EM13CHS101) Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.
- (EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais da emergência de matrizes conceituais hegemônicas (etnocentrismo, evolução, modernidade etc.), comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.
- (EM13CHS105) Identificar, contextualizar e criticar as tipologias evolutivas (como populações nômades e sedentárias, entre outras) e as oposições dicotômicas (cidade/ campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/sensibilidade, material/virtual etc.), explicitando as ambiguidades e a complexidade dos conceitos e dos sujeitos envolvidos em diferentes circunstâncias e processos.

- (EM13CHS403) Caracterizar e analisar processos próprios da contemporaneidade, com ênfase nas transformações tecnológicas e das relações sociais e de trabalho, para propor ações que visem à superação de situações de opressão e violação dos Direitos Humanos.
- (EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.
- (EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.
- (EM13CHS605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, para fundamentar a crítica à desigualdade entre indivíduos, grupos e sociedades e propor ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência dos jovens. (BRASIL, 2018, p. 560-565.)

Por sabermos da especificidade do nosso tema de investigação, acreditamos que seja interessante introduzir a fonte e os objetos que lidamos por meio de um material paradidático. A literatura paradidática vem ao encontro da necessidade de inserção de temas cotidianos nas salas de aula – temas transversais.

O livro paradidático é apropriado pelos/as docentes como um antídoto e/ou complemento à inadequação dos suportes didáticos disponíveis na escola, uma vez que de maneira contrária ao livro didático, a incorporação da literatura paradidática se deve geralmente à escolha pessoal do/a docente ou à adesão a determinado projeto desenvolvido na instituição escolar (SILVA; SIQUEIRA, 2015, p. 2).

Para Silva e Siqueira (2015) o material paradidático tem o potencial transdisciplinar, e acabar por se tornar um fio condutor de novas pautas no ambiente escolar. Esse ‘antídoto’ pode servir para apresentar outros temas dentro do cotidiano escolar, para renovar informações presentes nos livros didáticos, de modo a complementá-las ou refutá-las. Ainda, o paradidático pode apresentar outras abordagens pedagógicas.

Temos em mente o fortalecimento da consciência história dos profissionais e estudantes de História, pois não acreditamos na existência da disciplina em si mesma – sem alcance pedagógico a História se torna conhecimento obsoleto, propedêutico de uma formação voltada ao mercado e facilmente denotado como ‘decorativo’, ‘inútil’, refletidos na célebre frase “de que me serve saber disso?”. Logo, entendemos que a

transversalidade do material paradidático pode auxiliar professoras e professores a lidar com os temas e discussões sobre as relações de gênero na história a partir de um objeto periférico em proporção àqueles presentes nos livros didáticos.

3.3.O paradidático “Damas e Donas: as mulheres sobrenaturais na Idade Média”.

Passaremos, enfim, a relatar a experiência de produção do material paradidático, produto educacional previsto pelo Mestrado Profissional em História da Universidade Estadual do Maranhão. Esse material tem como objetivo apresentar alguns aspectos sobre a sociedade medieval portuguesa a partir dos fenômenos dos nobiliários, considerando as relações de gênero no medievo. O intuito é gerar debates acerca de problemas atuais sobre as questões de gênero, as disputas pela memória coletiva e a utilização do passado nas construções históricas do presente. Aproximar os aspectos da medievalística e das reminiscências medievais à vivência das escolas brasileiras.

Diferente do livro didático, o paradidático normalmente é direcionado para temáticas “que tangenciam as disciplinas do currículo oficial” (FURLANI, 2005) e, portanto, abrangem questões por vezes negligenciadas pelo material didático tradicional. Não procuramos, portanto, substituir o livro didático e nem apresentar um material que se proponha a tratar de todo o medievo, mas sim acrescentar as discussões feitas em sala de aula.

O livro está organizado em torno da seguinte divisão: *quatro partes* (ou capítulos) que lidam com os temas propostos, em forma de texto em prosa e outras linguagens de suporte. O livro “*Damas e donas: as mulheres sobrenaturais na Idade Média*” possui 62 páginas. Apesar de ser um material voltado para a Idade Média, buscamos introduzir elementos do presente e da vivência dos alunos, seja na indicação de utilização de outras mídias (filmes, músicas, internet) e em atividades que remetam a questões atuais e de conhecimento dos/as estudantes. Procuramos assim fazer deste um material atual e que seja fácil de utilizar e dê autonomia ao leitor.

Nosso produto, voltado para os/as estudantes do 1º ano do Ensino Médio, tem a linguagem simplificada e conta com várias imagens de manuscritos e pinturas medievais, que contém, em sua maioria, o cotidiano das mulheres medievais. A capa e as ilustrações de abertura dos capítulos foram feitas pela designer gráfica Evelyn

Duerre. O processo de criação do paradidático envolveu dois momentos: criação do texto e planejamento da organização utilizando o *Microsoft Word*, e o processo de montagem, pesquisa de imagens e diagramação, que foram feitos no programa *Adobe InDesign*.

A estética mais simples e limpa do produto foi resultado da seguinte escolha: o principal modo de utilização desse material será, inicialmente, digital. Por isso, também consideramos uma versão em preto e branco. Para que professores e professoras possam levar as salas de aulas será necessário que eles reproduzam por conta própria (considerando que os alunos não possuem celulares ou notebooks). Quanto mais cores e detalhes, mais difícil e cara a impressão, fotocópia e demais ações.

Produzir o material paradidático envolveu uma série de dificuldades, que devemos considerar nessa apresentação do produto. Inicialmente, nosso planejamento envolvia o processo de produção e aplicação do livro em sala de aula. Esse segundo passo não pode ser realizado por conta do surgimento da pandemia de COVID-19 em março de 2020, o que resultou no cancelamento das aulas e demais atividades de aglomeração pública.

No entanto, tivemos uma experiência anterior com alguns alunos do 1º ano do Ensino Médio do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA, Unidade Plena Rio Anil (antiga escola Cintra), no dia 19 de setembro de 2019. O encontro foi formatado em forma de palestra intitulada “Introdução à Idade Média” e aconteceu no auditório da escola, nos períodos matutino e vespertino. Aproximadamente oito turmas participaram do evento.

Essa experiência, embora sem a presença do material já pronto, foi de grande importância para nossa pesquisa e para o desenvolvimento final do paradidático. Foram discutidos com os/as estudantes aspectos gerais sobre o período medieval, baseados no texto introdutório do historiador Umberto Eco (2010) na obra *Idade Média – Bárbaros, cristãos e mulçumanos*, que também utilizamos brevemente no paradidático.

Nessa palestra os/as estudantes relataram quais eram as suas ideias sobre o medieval, que envolviam fortes aspectos da medievalística: castelos, dragões, bruxas e jogos *on line*. Em especial, eles ficaram bastante interessados nas discussões sobre as mulheres medievais, ao verem exemplos de imagens tiradas dos manuscritos e iluminuras da Idade Média que retratassem o cotidiano de trabalho diverso das mulheres: caça, música, comércio, agricultura. Muitas alunas imaginavam a máxima:

“as mulheres não podiam fazer nada”. Foi uma boa oportunidade para debater as ações femininas e os modelos de conduta *Ave versus Eva*.

Pudemos perceber, na época, a dificuldade dos alunos em apreender as temporalidades e alguns conceitos básicos como Ocidente/Oriente. Acompanhamos, após a palestra, as aulas de História da professora Kelma Suely Lima Nobre com algumas turmas. Foi discutido, nesse momento, alguns aspectos da palestra e muitos não haviam fixado as principais questões levantadas em nossa fala. A partir desse contato foi possível mesurar quais assuntos gostaríamos de incluir no paradidático, a necessidade de simplificar a linguagem e de incluir temas interessantes aos jovens da faixa etária do ensino médio.

A produção de um paradidático em formato texto foi um grande desafio. Primeiro, pela inexperiência de escrever um material didático pela primeira vez. Sabemos que as dinâmicas, a linguagem, a organização desse tipo de material é diversa das formatações acadêmicas. Segundo, pelo desafio de criar algo instigante para adolescentes inseridos em um contexto diverso, digitalizado.

A obra “*Damas e Donas: as mulheres sobrenaturais na Idade Média*” faz referência as duas mulheres sobrenaturais inseridas no nobiliário português do século XIV. A organização gira em torno de capítulos introdutórios sobre o tema, exercícios e desafios e apresentação de “curiosidades”, como o tópico “Muito prazer, sou...”, que exhibe algumas mulheres medievais de relevância historiográfica. Contamos ainda com os tópicos *apresentação, introdução, glossário e referências*.

Na *Apresentação* apontamos questionamentos gerais sobre a História das Mulheres na Idade Média, buscando instigar a curiosidade do/a leitor/a. A *Introdução* resgata a discussão do historiador Umberto Eco e apresenta brevemente alguns pontos, que consideramos mais interessantes, sobre o período medieval. Nossa escolha se baseou nas concepções mais comuns sobre o medievo.

Em *A esposa sobrenatural e a linhagem exemplar*, o primeiro capítulo, buscamos apresentar a nossa fonte e narrar os contos melusinianos presentes no *Livro de Linhagens do conde d. Pedro de Barcelos*. Iniciamos com um desafio de paleografia, um texto sobre as genealogias e as linhagens. A seguir, expomos as duas narrativas e propomos um simples exercício de interpretação do texto, relacionado às personagens e suas características. Além disso, propomos um desafio artístico para ser postado nas redes sociais com a marcação de *hashtag* #damasedonas. A intenção é que os/as

discentes possam se engajar com a temática e refletir sobre a presença das mulheres nas representações artísticas.

No capítulo seguinte, *Fadas, serpentes e sereias*, passamos a conceituar os contos melusinianos, expondo imagens e curiosidades sobre os símbolos e outras versões dessas narrativas. A intenção é discutir acerca das imagens e modelos femininos no medievo e por isso, apresentamos em forma de tabela as características da ‘mulher boa’ e ‘mulher má’, resumidas nas figuras de Eva e Maria, mãe de Cristo. Como atividade, propomos a criação de uma nova versão da narrativa melusiniana e uma pesquisa sobre outras figuras míticas femininas, dessa vez relacionando à cultura maranhense e brasileira.

Em *A mulher medieval portuguesa* apresentamos brevemente aspectos sobre a vida cotidiana das mulheres medievais, em especial do contexto ibérico-medieval. Nesse capítulo exploramos bastante o recurso das imagens históricas dos manuscritos medievais, como o *Saltério de Lutrell* (1325-1340), pinturas e desenhos. Foi incluída uma atividade em vídeo do canal do YouTube *CrowsEye Productions* (2018)⁴⁴, que retrata duas mulheres do século XIV se vestindo, mostrando o cotidiano das mulheres medievais. O vídeo pode ser acessado via *QR Code*, uma ferramenta de leitura de código de barras ou, acessado pelo *link*, também incluso. Como exercício uma redação com a seguinte temática: comparar os filmes, séries ou livros inspirados no medievo preferidos dos alunos com as aulas de História Medieval, isto é, para que eles possam refletir sobre o que aprendem na escola e o que consomem fora dela.

Propomos como exercício uma redação com a seguinte temática: comparar os filmes, séries ou livros inspirados no medievo preferidos dos alunos com as aulas de História Medieval, isto é, para que eles possam refletir sobre o que aprendem na escola e o que consomem fora dela.

Também incluímos outro *link* para o vídeo do canal *Nerdologia*⁴⁵, que discute misoginia, sexismo e explanação do conceito de sexo e gênero, com uma linguagem atual e dinâmica.

No último capítulo, *Netas de bruxas*, apresentamos o debate sobre as relações de gênero na História de modo a debater o caráter social do gênero e as

⁴⁴O vídeo é intitulado *Getting dressed in the 14th century* (Se vestindo no século XIV), baseado nas ilustrações do *Saltério de Lutrell*. Com a direção de Nick Loven e produção de Pauline Loven, foi postado em setembro de 2018.

⁴⁵ Esse vídeo intitulado *Sexismo*, tem apresentação e roteiro de Paloma Mieko, postado em 2016.

desigualdades/violências do passado e do presente. Essa discussão é feita superficialmente, sendo necessário o trabalho de debate em sala de aula para que sejam aprofundados os dados e conceitos históricos. Consideramos nesse capítulo os usos no presente das narrativas do *Livro de Linhagens*, expondo suas versões e adaptações em quadrinhos e pinturas.

Finalmente, buscamos acrescentar uma rápida conexão com a cultura nordestina, que também adaptou os temas do maravilhoso medieval nas manifestações culturais e artísticas de nossa região. Ao final, também fizemos um pequeno *Glossário* com algumas palavras e conceitos importantes ou desconhecidos aos estudantes. Escolhemos então colocar breves definições no fim do livro. As palavras escolhidas foram sinalizadas com outra cor.

Esperamos que a leitura e a utilização desse material sejam uma ferramenta útil para professores/as de História (e outras disciplinas). Dessa forma, o que se almeja é um melhor relacionamento entre as diferentes etapas de formação dos/as estudantes brasileiros/as, que provoque um debate constante acerca dos tempos históricos, da escrita e ensino da História do Brasil e a sua inserção no mundo. Através de um ensino voltado para a formação da consciência histórica, que seja transformador, e que enseje o desejo pela Democracia, o estranhamento de estudar a Idade Média no Brasil parece se resolver.

Considerações Finais

A História é a ciência que estuda homens e mulheres no tempo. Essa adição a frase do célebre historiador Marc Bloch resume as motivações desse trabalho. Mais do que isso, resume a caminhada de reflexão sobre a pesquisa que realizamos junto ao Mestrado em História Profissional da Universidade Estadual do Maranhão. Os esforços alcançados tiveram como objetivo conseguir o diálogo entre comunidade acadêmica e escolar.

As construções das identidades dos estudantes passam pelos escopos da memória social, objeto da História e das Humanidades. Ela é enquadrada em favor das ideologias dominantes, que para isso se utilizam de elementos do imaginário social das sociedades humanas. Esse imaginário está a serviço de vários fenômenos históricos, inclusive as questões políticas.

As relações entre memória oral e escrita, entre as culturas eruditas e aquelas identificadas como populares, entre os valores cristãos e pagãos, são importantes fatores de entendimento do imaginário medieval. No entanto, elas não devem ser lidas de forma fixa, visto que essas relações estavam em constante troca, disputa, empréstimos, enfim em coexistência.

Emergem assim, em diferentes contextos, mas não sem contato e influências externas, narrativas escritas (com fortes traços da cultura oral e alienação mítica) que trazem mulheres sobrenaturais, *fadas* e *sereias*, às literaturas de entretenimento das cortes e ambientes da nobreza medieval, processo identificado a partir dos séculos XI e XII.

Esses temas, inspirados em lendas e modelos femininos das mitologias da Antiguidade, geram versões medievais de um mesmo enredo: o encontro de um mortal com um ser mágico, misterioso, que resulta em pactos, benesses e descumprimento/conflito.

Nas sociedades medievais esses motes vão passar por uma “cristianização de superfície” que modifica os símbolos e significados do que foi conceituado como *contos melusinianos*. Ainda que adaptados aos diferentes contextos, esses padrões podem ser identificados por ainda resguardarem as essências narrativas que geram esse encontro de culturas, de imaginários e de gêneros.

A partir de um processo identificado como “reação folclórica” o sobrenatural vai ganhando uma ‘laicidade’ e passa a ser utilizado para fins políticos, dentro dos moldes das linhagens familiares. Em Portugal, os grupos da nobreza e da realeza estão em conflito e passam por um processo de reestruturação (séculos XII a XIV), interna e externa. Ambientados em uma era de mudanças e crises, o fim da Baixa Idade Média, essas transformações não foram somente de cunho político ou econômico. As relações sociais dos gêneros também foram lentamente se modificando, a partir das organizações testamentárias, das leis tutelares que se afrouxavam ou se intensavam e das relações políticas entre reis e rainhas da época.

O conde Pedro Afonso, duque de Barcelos, recolheu em diversas fontes medievais o material para constituir o seu *Livro de Linhagens*, o terceiro conhecido livro dessa natureza no reino de Portugal. Este livro incluiu informações valiosas sobre a nobreza enquanto grupo na região ibérica. O projeto do duque, filho bastardo do rei D. Dinis, visava o fortalecimento das relações das nobrezas peninsulares e o bom relacionamento dessas com o rei.

Se inserem neste contexto as narrativas de origem das famílias Haro, da Biscaia (provenientes de Castela, mas com ligações com as casas reais portuguesas) e a família Marinho, originárias da região da Galícia. Estas linhagens são fundadas e legitimadas, segundo o relato do *Livro de Linhagens*, como autênticos governantes dos senhorios com a ajuda de uma esposa sobrenatural.

A partir do enredo próprio dos contos melusinianos, adaptados e mesclados com a cultura e mitologias locais e fortemente expostos às óticas cristãs medievais, as esposas se tornam trunfos das linhagens de modo a responder as alegações e pretensões políticas e territoriais daquele grupo.

Além dos usos políticos das lendárias figuras femininas, enquanto fontes medievais ibéricas, as narrativas *d’A Dama do Pé de Cabra* e da *Dona Marinha* nos oferecem ótimos exemplos para pensar os estudos de gênero e as representações femininas no contexto da Baixa Idade Média. É possível identificar os códigos de conduta e julgamento que as mulheres (em especial da nobreza) estavam sujeitas. Ainda que os exemplos portugueses tenham passado por um processo maior de cristianização que podem ser verificados pela escolha dos temas relacionados ao maravilhoso cristão e a demonização de alguns dos símbolos femininos, percebemos

uma ambivalência de sentidos nas caracterizações do masculino e do feminino nos contos.

As mulheres medievais ainda são uma grande incógnita para os estudos de gênero, visto que não é fácil aferir com muitos detalhes sobre suas experiências enquanto indivíduos e enquanto grupo. Ainda, também há lacunas referentes aos contextos e vivências das mulheres de outras culturas e regiões não-centrais do medievo. Essas faltas acabam por ser sentidas nos livros didáticos e materiais escolares, que poderiam contribuir para o fortalecimento da História das Mulheres e aos debates sobre violência de gênero e relações sociais.

Identificamos que os debates acerca do currículo base ocorridos no Brasil não estão finalizados, visto que o papel da disciplina História e em especial o papel dos estudos medievais podem colaborar para a reflexão do sentido prático da História. Essa visão prática tem como objetivo encorajar a consciência história dos indivíduos. Portanto, compreendemos que os modelos míticos e suas utilizações históricas são bons exemplos de como o sistema de gênero pode ser usado para repensar as experiências do passado e refletir sobre a condição das mulheres no presente.

Na tentativa de contribuir, ainda que timidamente, com os estudos históricos sobre o medievo e sobre as mulheres, concebemos um material paradidático escolar: *Damas e donas: as mulheres sobrenaturais na Idade Média*. O processo de criação e produção dessa obra se esbarrou em algumas dificuldades (inclusive imprevistos) e por isso, acreditamos que há espaço para aperfeiçoamento e mudanças. Contudo, acreditamos na importância de propor a reflexão sobre a História das mulheres e de pensar como o medievo pode nos ajudar, no sentido prático, a construir um mundo mais justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS:

D'ARRAS, Jean. **A história de Melusina ou o romance dos Lusignan**. São Paulo: Martins Fontes: São Paulo, 1999.

MATTOSO, José. Narrativas de fundo mítico. In: **Narrativas dos livros de linhagem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980, p. 65-68.

MATTOSO, José (Org.) **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980.

DOCUMENTAÇÃO

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Guia de Livros Didáticos, PNLD 2018: História – Ensino Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2017.

LIVROS DIDÁTICOS:

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade e cidadania, 1º ano**. São Paulo: FTD, 2016.

BRAICK, Patricia Ramos; MOTA, Myriam Ramos. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Moderna, 2017.

VÍDEOS

CROWSEYE PRODUCTIONS. Getting dressed in the 14th century. Direção: Nick Loven. 2018. (7m8s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ibj7GsfsCpI&t=309s>

NERDOLOGIA. Sexismo. Roteiro: Paloma Mieko. 2016. (7m47s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cpnJ4psOoZc&t=10s>.

ESTUDOS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. Ana Jansen: a mulher e o mito. In: Costa, Yuri; Galves, Marcelo Cheche. **Maranhão: ensaios de biografia & história**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2011, p. 53-76.

ABUD, Katia Maria. Ensino de História e Base Nacional Comum Curricular: Desafios, incertezas e possibilidades. In: RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos; VELÈRIO, Mairon Escorsi. **Ensino de História e Currículo. Reflexões sobre a Base Nacional Curricular, formação de professores e prática de ensino**. Jundiaí: Paco Editoria, 2017, p. 13-26

ACCORSI JÚNIOR, Paulo. **O mundo como herança: a sociedade dos nobres fidalgos da Espanha (s. XIII-XV)**. Tese de Doutorado em História. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2018.

ALBERTI, Verena. Tradição oral e história oral: proximidades e fronteiras. **História Oral**, v. 8, n. 1, p. 11-28, jan.-jun., 2005.

ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de; MIRANDA, Sonia Regina. Memória e História em livro didático de História: O PNLD em perspectiva. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 35, p. 259-283, out-dez, 2012.

- AMADO, Janaina. O grande mentiroso. Tradição, veracidade e imaginação. **História**. São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995.
- AMARAL, Flávia A. Pecado, penitência e ordenamento social no *Romance de Melusina*. **Signum**, vol. 11, n° 02, p. 159-182, 2010.
- BANDEIRA, Denise. **Materiais Didáticos**. Curitiba: IESDE, 2009.
- BARROS, José d'Assunção. História, Imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis. **Conexão – Comunicação e Cultura**. Caxias do Sul, v. 6, n. 11, jan/jun., p. 11-39, 2007.
- _____. Os Livros de Linhagens na Idade Média portuguesa – Um gênero híbrido, suspenso entre a genealogia e a narrativa. **Itinerários**. Araraquara (SP), n. 27, p. 159-182, jul/dez., 2008
- _____. Os Livros de Linhagens medievais: entre o discurso genealógico e a materialidade manuscrita – Um estudo sobre os Livros de Linhagens da Idade Média portuguesa. **Revista de Estudo da Linguagem**. Belo Horizonte (MG), v. 16, n. 02, p. 89-127, jul/dez 2008.
- _____. Memória e História: uma discussão conceitual. **Tempos Históricos**, v. 15, p. 317-343, 2011.
- BACZKO, Bronislaw. "Imaginação social". In: **Enciclopédia Einaudi**, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985.
- BAURY, Ghislain. Diego López 'le Bon', Diego López 'le Mauvais'. Comment s'est construite la mémoire d'un magnat du règne d'Alphonse VIII de Castille. **Revista riojana de ciencias sociales y humanidades**, 2003, p. 37-92.
- BATANY, Jean. Escrito/oral. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coord). **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval**. São Paulo: Ed. Unesp, 2017
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **Memória e Vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BIRRO, Renan Marques. Ensino de História Medieval, eurocentrismo e BNCC (2015-2018): um debate recente? In: BUENO, André; BIRRO, Renan; BOY, Renato (org.) **Ensino de História Medieval e História Pública**. Rio de Janeiro: Sobre ontens/UERJ, 2020.
- BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. São Paulo: Edipro, 2016.
- BLUMENFELD-KOSINSKI, Renate. Misogyny. In: SCHAUS, Margareth (org.). **Women and gender in Medieval Europe - An encyclopedia**. New York: Routledge, 2006, p. 569-573.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1994.
- BURKE, Peter. História como memória social. _____. In: **Variiedades de história cultural**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 67- 89.
- CAIMI, Flávia Eloísa. O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Livros didáticos de História, entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2017, p. 33-54.
- CAMILLE, Michael. **Image on the edge – The margins of Medieval Art**. London: Reaktion books, 2019.
- CARDIGOS, Isabel. "A Mudez de dona Marinha: lendas e contos em torno do silêncio da mulher". In: BELTRÁN, Rafael e HARO, Marta. **El Cuento Folclórico en la literatura y en la tradición oral**. PUV: Universitat de València, 2006.
- _____. Finding a voice: silenced maidens in the symbolic world of fairytales. In: **Cesil Papers I**. King's College: London, 1991.

- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Narrativa, Sentido, História.** Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero e política educacional em tempos de incerteza. IN: HYPOLITO, Álvaro Mozzete; GANDIN, Luís Armando (org.) **Educação em tempos de incertezas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- CASAGRANDE, Carla. A mulher sob custódia. In: DUBY, George; PERROT, Michelle (orgs.). **História das Mulheres no Ocidente.** A Idade Média, vol 2. Lisboa: Afrontamentos, 1990, p. 99 -141.
- CASSIRER, Ernst. **Antropologia filosófica.** São Paulo: Mestre Jou, 1992.
- CERUTI, María Constanza Montañas sagradas en el país vasco y su mitología **Mitológicas.** Centro Argentino de Etnología Americana, Buenos Aires, Argentina, vol. XXVI, 2011, pp. 29-42
- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos:** mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral, revendo algumas questões. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos & abusos de História Oral.** 8ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 149-164.
- COHEN, Jeffrey Jerome. **The postcolonial Middle Ages.** New York: Palgrave, 2000.
- COSTA, Bruno Marconi da. O conceito de feudalismo em Portugal – Uma discussão historiográfica. In: SILVA, Andréia Cristina L. Frase da; RAFAELLI, Juliana Salgado; SILVA, Leila Rodrigues da (Orgs.) **Atas da IX Semana de Estudos Medievais.** Rio de Janeiro: PEM, 2012, p. 155-165.
- COSTA, Ana Alice Alcântara; TEIXEIRA, Alexnaldo; VANIN, Iole Macedo (org). **Ensino e gênero: perspectivas transversais.** Salvador: UFBA, 2011.
- DAL FARRA, Maria Lúcia. **A dama, a dona e uma outra sóror.** Porto Alegre: PPGL-UFSM Ed., 2007.
- DALARUN, Jacques. Olhares dos clérigos. In: DUBY, George; PERROT, Michelle (orgs.). **História das Mulheres no Ocidente.** A Idade Média, vol 2. Lisboa: Afrontamentos, 1990, p. 29-63.
- DEL PRIORE, Mary Lucy M. Melusinas, sereias e mulheres-serpentes na literatura sacra do século XVI. **Cadernos Pagu,** n. 4, 1995, pp. 49-74.
- DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DRELL, Joana. Aristocratic Economies: women and family. In: **The Oxford handbook of women and gender in Medieval Europe.** BENNETT, Judith; KARRAS, Ruth. United Kingdom: Oxford University Press, 2013.
- DUBY, Georges. História social e ideologia das sociedades. In: LE GOFF, Jacques. **História: novos problemas.** Direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora: tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 131-145.
- _____. **Damas do século XII – Lembrança dos Ancestrais.** Companhia das Letras, 1997.
- _____. **Idade Média, Idade dos Homens.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ECO, Umberto. **Idade Média – Bárbaros, Cristãos e Mulçumanos.** Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2010.
- ELIADE, Mircea. **Mito e realidade.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- FERREIRA, Maria do Rosário. A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos e as refundições do Livro de Linhagens. **E-Spania,** 11, junho de 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/e-spania/20273>. Acesso em: 13 de março de 2020.

- FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. **Aprendendo História – Reflexão e Ensino e Ensino**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.
- FÖBEL, Amalie. The Political Traditions of Female Rulership in Medieval Europe. In: **The Oxford handbook of women and gender in Medieval Europe**. BENNETT, Judith; KARRAS, Ruth. United Kingdom: Oxford University Press, 2013.
- FRANCO JR, Hilário. **A Eva barbada – Ensaios de Mitologia Medieval**. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. **Idade Média: nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- _____. Raízes medievais do Brasil. **Revista USP**, Brasil, n. 78, p. 80-104, aug. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13680/15498>. Acesso em: 19 julho de 2018.
- FURLANI, Jimena. **O Bicho vai pegar! - um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir dos livros paradidáticos infantis**. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- GEARY, Patrick. Memória. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coord). **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval**. São Paulo: Ed. Unesp, 2017
- GREGORY, Tullio. Natureza. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coord). **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval**. São Paulo: Ed. Unesp, 2017
- GUREVITCH, Aron I. **As categorias da cultura medieval**. Lisboa: Ed. Caminho, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HUGHES, Diane Owen. As modas femininas e o seu controlo. In: DUBY, George; PERROT, Michelle (orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**. A Idade Média, vol 2. Lisboa: Afrontamentos, 1990, p. 186-213.
- JELIN, Elizabeth. El género en las memorias. In: _____. **Los trabajos de la memoria**. Madri: Siglo Veintiuno, 2002, p. 99-116.
- JENKINGS, Ivana. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: CLETO, Murilo; DORIA, Kim; JENKINGS, Ivana (Orgs.) **Por que gritamos golpe?** São Paulo: Boitempo, 2016, p.11-14.
- KAPPLER, Claude. **Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- KARNAL, Leandro; TASTSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 9-28.
- KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Introdução. In: DUBY, George; PERROT, Michelle (orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**. A Idade Média, vol 2. Lisboa: Afrontamentos, 1990, p. 9-23.
- _____. Masculino/feminino. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coord). **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval**. São Paulo: Ed. Unesp, 2017
- KRUS, Luís. **A construção do passado medieval**. Lisboa: Ed. IEM- Instituto de estudos medievais, 2011.
- _____. La genealogía de los Haro en el Livro De Linhagens del Conde De Barcelos. **Anuario de Estudios Medievales** 43/2, jul./dez. de 2013, pp. 833-869.
- LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no ocidente**. Lisboa: Estampa 1980.
- _____. **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983.

- _____. **Imaginário Medieval**. Lisboa: Estampa 1994.
- _____. **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.
- _____. LE GOFF, Jacques, TROUNG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- LEITE, Priscila Gontijo. Ensino de História, reformas do ensino e percepções da Antiguidade. **Mare Nostrum**, n. 8, p. 1- 29, 2017.
- LIMA, Douglas Mota Xavier. Uma História Contestada: A História Medieval na Base Nacional Comum Curricular (2015-2017). **Anos 90**, v. 26, p.1-21, 2019.
- LOPES, Graça Videira Lopes. Mulheres medievais: Histórias de proveito e exemplo. Apresentado em **Da letra ao imaginário – Colóquio internacional de homenagem à Profª Irene Freire Antunes**, FCSH-UNL, Maio de 2011, p. 01-10.
- LOURO, Guacira Lopes. “Gênero, sexualidade e poder”. In. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 7.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004, pp. 37-55.
- MACEDO, José Rivair. Repensando a Idade Média no ensino de História. In: KARNAL, Leandro (Org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 109-125.
- _____. Os estudos medievais no Brasil: tentativa de síntese. **Reti Medievali Rivista**, v. 06, n. 01, p. 01 – 09, 2006.
- _____. Sobre a Idade Média residual no Brasil. In: MACEDO, Rivair (org.) **A Idade média portuguesa e o Brasil: reminiscências, transformações, ressignificações**. Porto Alegre: Vidrúguas, 2011, p. 9-20.
- MACHADO, Ana Maria. Le merveilleux et la poetique de l’incertain dans l adame au pied de chevre (du moyen âge au xxxie siecle). Maravilhoso e a Poética da Incerteza em A Dama do Pé de Cabra (Da Idade Média ao Século XXI) (Trad. de Maria Cristina Batalha). Rio de Janeiro, **O Marrare – Revista de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa**, v.14, primeiro semestre de 2011, p. 1-17.
- MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Apontamentos para pensar o ensino de História hoje: reformas curriculares, Ensino Médio e formação do professor. **Revista Tempo**, vol. 11, n.21, p. 49-64, 2007.
- MARCOTULIO, Leonardo Lennertz (org.) **Filologia (História e Lingua) – Olhares sobre o português medieval**. São Paulo: Parabola, 2018.
- MARQUES, A. H. Oliveira. **Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV**. Coleção Nova História de Portugal. Editora Presença: Lisboa, 1986.
- MATTOSO, José. **A nobreza medieval portuguesa – A família e o poder**. Ed. Estampa: Lisboa, 1987.
- _____. **Fragmentos de uma composição medieval**. Ed. Estampa: Lisboa, 1987.
- _____. **Identificação de um país – Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325**. Volume I – Composição. Ed. Estampa: Lisboa, 1988.
- _____. **Identificação de um país – Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325**. Volume II. – Composição. Ed. Estampa: Lisboa, 1988.
- _____. **Portugal medieval – novas interpretações**. Imprensa Nacional – Casa da Moeda: Lisboa, 1992
- _____. Introdução: Legitimação e linhagem. **E-Spania**, junho de 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/e-spania/20258>. Acesso em: 11 de março de 2020.

- MIRANDA, José Carlos. Osoir'anes, a mulher-que-canta e as tradições familiares dos Marinheiros. **Revista da Faculdade de Letras, Linguas e Literatura**. Porto, n. XX, v. I, 2003, p. 117-129.
- MOCELIM, Adriana. **“Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha”**: O Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso no contexto tardomedieval português. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2007.
- MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 81-112.
- MORÁS, Antônio V. P. Das representações míticas à cultura clerical: as Fadas da Literatura Medieval. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, n° 37, p. 229-252, 1999.
- MORENO, Jean Carlos. História na Base Nacional Comum Curricular: Dèjá Vu e novos dilemas no século XXI. **História e Ensino**. Londrina, v. 22, n. 1, p. 7 – 27, jan-jun, 2016.
- MURILO, M. da S. **A Idade Média nos livros didáticos brasileiros: a crise do século XIV, reverberações da historiografia acadêmica da primeira metade do século XX nos esquemas explicativos escolares**. 315f. Tese. Doutorado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.
- MUNIZ, Polyana. **“Mulher d’alta linhagem”**: a utilização da personagem mítica da **Dama do Pé de Cabra no Livro de Linhagens português do século XIV**. Monografia de Conclusão de Curso em História. Universidade Estadual do Maranhão, Curso de História. São Luís, 2015.
- _____. A dama do Pé de Cabra e o mito de Melusina no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (séc. XIV). In: ZIERER, Adriana; BOMFIM, Ana Livia Vieira; ABRANTES, Elizabeth Sousa (org.). **Nas trilhas da Antiguidade e da Idade Média**. São Luís: Editora UEMA, 2014, p. 367-373.
- NICHOLSON, Linda. “Interpretando o Gênero”. *Estudos Feministas*, vol. 8, n. 2, 2000, p. 9-41.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares, In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, 1993, p. 07-28.
- NUNES, Irene Freire. “Mulheres Sobrenaturais no Nobiliário Português – a Dama Pé de Cabra e a Dona Marinha”. **Medievalista**. n° 8, (julho de 2010).
- OLIVIERI, Filippo Lourenço. Os celtas e os cultos das Águas: Crenças e rituais. **BRATHAIR**. São Luís (UEMA), n° 6 (2), p. 79-88, 2006.
- OLIVEIRA, Maria Lúcia Wiltshire. A dona do pé de cabra, agonia e triunfo do feminino. **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê: Literatura, língua e identidade. Niterói, RJ, n°34, p. 160-180, 2008.
- OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. O estudo da Idade Média em livros didáticos e suas implicações no Ensino de História. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, jan./jun., p. 101-125, 2010.
- OPTIZ, Claudia. O cotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500). In: DUBY, George; PERROT, Michelle (orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**. A Idade Média, vol. 2. Lisboa: Afrontamentos, 1990, p. 354-431.
- PACHÁ, Paulo. Porque a extrema direita brasileira ama a Idade Média europeia. In: **Via Mundo**. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/paulo-pacha-por-que-a-extrema-direita-brasileira-ama-a-idade-media-europeia.html> Acesso em: 10 de junho de 2020.

PATLAGEAN, Evelyne. A história do imaginário. In: LE GOFF, Jacques (org.) **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 4 eds.

PEREIRA, Paulo Alexandre. Medieval, romântica e pós-moderna: transcontextualização e metamorfose na Lenda Dama Pé-de-cabra. **Revista poética medieval** n. 21, 2008, p. 13-56.

PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Ensino de História e passado prático: notas sobre a BNCC. In: RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos; VELÈRIO, Mairon Escorsi. **Ensino de História e Currículo. Reflexões sobre a base Nacional Curricular, formação de professores e prática de ensino**. Jundiaí: Paco Editoria, 2017, p. 27-46.

PEREIRA, M.N; TEIXEIRA I.S. A Idade Média nos currículos escolares: as controvérsias nos debates sobre a BNCC. **Diálogos**, v. 30, n. 3, p. 16-29, 2016.

PERROT, Michelle. *As Mulheres e os Silêncios da História*. São Paulo: EDUSC, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2017.

PESAVENTO, Sandra. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PICOITO, Pedro. O Sonho de Jacob: Sacralidade e legitimação política nos Livros de Linhagens. **Lusitana Sacra**. Lisboa, 2ª série, nº 10, p. 123-148, 1998.

PIETRO LASA, José Ramón. **Las leyendas dos señores de Vizcaya y la tradición melusiniana**. Tese de Doutorado. Madrid, Universidad Complutense, 1991.

PIZARRO, José Augusto de Souto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas – Genealogias e Estratégias (1279-1325)**. Dissertação de Doutorado. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997.

_____. Linhagem e estruturas de parentesco. **E-Spania**. Junho de 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/e-spania/20366>. Acesso em: 11 de março de 2020.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PROST, Antoine. Os tempos da história. In: _____. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 95-114.

SANTOS, Maria José Azevedo. D. Dinis, o Lavrador. In: MENDONÇA, Manuela (Coord.). **História dos Reis de Portugal. Da fundação à perda da independência**. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2010, p. 245-298.

SARAIVA, António José. **O crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1998.

SCHMITT, Jean-Claude. Clérigos e leigos. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coord). **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval**. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

SILVA, Andrea Costa da; SIQUEIRA, Helena Ferraz. Sexualidade e gênero na pauta escolar: mediações com a literatura paradidática. **Anais do X Encontro de Pesquisa em Educação em Ciências**. Águas de Lindoia, São Paulo: X ENPEC, 2015.

SILVA, Manuela Santos. Violência ou exibição de virilidade? Comportamentos masculinos nos Livros de Linhagens portuguesas da Idade Média. **eClassica**, vol 2: Violência no mundo antigo e medieval, 2016, p. 126-135.

SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. **Educ. Real**, Porto Alegre, vol. 37, n.3, p. 803-821, set-dez, 2012.

SILVEIRA, Aline Dias da. **A Dama do Pé de Cabra: o pacto feérico na Idade Média ibérica**. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

_____. A “fada medieval” e o destino. **Revista Mosaico**. V. 04, nº 1, jan/jun 2011, p. 2-9.

SIQUEIRA, Ana Márcia Alves. O Mito como fonte de criação literária. In: **Perspectivas**, 17-18. São Paulo, 1994-1995, p. 249-266.

_____. Relações de poder nos livros de linhagens portuguesas. In: **Literatura e História Antiga e Medieval**. In: ZIERER, Adriana; FEITOSA, Márcia (orgs.) EDUFMA, 2011, p. 89-103.

SIQUEIRA, Lucília O nascimento da América portuguesa no contexto imperial lusitano: considerações teóricas a partir das diferenças entre a historiografia recente e o ensino de História. **História (São Paulo)**, vol. 28, núm. 1, 2009, pp. 99-125. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221014799004> Acesso em: 20 de julho de 2018.

SERBENNA, Carlos A. Imaginário, ideologia e representação social. **Caderno de pesquisas interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH**. Nº 52, 2003.

SOARES, Ana Maria. A Lenda da Dama do Pé de Cabra: do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro de Barcelos a Alexandre Herculano. In: **Limite**. Nº 5, 2011, p 7-30.

SOUZA, Neila Matias de. **O Livro de Linhagens do Conde d. Pedro: uma caracterização narrativa da nobreza ibérica (Portugal-século XIV)**. Niterói, RJ: Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, 2018.

SCOTT, Joan. “História das Mulheres”. In. BURKE, Peter (Org). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63-95

_____. Gênero: categoria útil para a análise histórica. 3.ed. Recife: S.O.S Corpo, 1996. p. 1-20

RINALDI, Azzura. **O mágico e o demoníaco, figurações, práticas e efeitos na escrita literária portuguesa dos séculos XIII e XV**. Tese de Doutorado. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2018.

RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In. PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Mirian Pillar (Org). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 21-41

RÜSEN, Jorn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, jul-dez, 2016.

TELLES, Norma. De bruxas e feiticeiras. In: RAGO, Margareth; FUNARI, Pedro Paulo (org.). **Subjetividades Antigas e Modernas**. São Paulo: Annablume, 2008, p. 77-90.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. O Ensino Médio no Brasil: uma história de suas finalidades, modelos e sua atual reforma. In: MACHADO, André Roberto de; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Golpes na História e na Escola**. São Paulo: Cortez: ANPUH SP, 2017, p. 178-198.

THOMASSET, Claude. Da natureza feminina. In: DUBY, George; PERROT, Michelle (orgs.). **História das mulheres no Ocidente**. A Idade Média, vol 2. Lisboa: Afrontamentos, 1990, p. 65-97.

TROCH, Lieve. Mística feminina na Idade Média: historiografia feminista e descolonização das paisagens medievais. **Graphos**. Vol. 15, n.1, 2013, p. 1-12.

VARANDAS, Angélica. A Cabra e o Bode nos Bestiários Medievais Ingleses. São Luís (UEMA), **BRATHAIR** 6 (2), 2006, p. 95-116.

VASCONCELOS E SOUZA, Bernado. Afirmação Social e Liderança Nobiliárquica em Portugal (Séculos XIII-XV). **Studia Zamorencia**, Vol. XII, 2013, p. 41-55.

_____. Afonso IV e a Construção do Poder Monárquico em Portugal. In: NOGUEIRA, Carlos R.; ALVES, Gracilda; MEDEIROS, Sooraya K. (Orgs.). **Poder e Relações de**

Solidariedade. Do Portugal Medieval à Alvorada dos Tempos Modernos. Rio de Janeiro: Autografia, 2015, p. 65-94.

YATES, Frances A. **A arte da memória.** Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

ZIERER, Adriana M.S. **O Modelo Arturiano em Portugal. A Imagem do Rei Guerreiro na Construção Cronística de Sancho II e Afonso III.** Niterói, RJ: Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 1999

_____. Mécia, Matilde e Beatriz: Imagens Femininas Refletidas nas Rainhas de Portugal do Século XII. Revista **Mirabilia**, Volume 03, p. 147-163, 2003, p. 147-163.

_____. Iluminando a Idade Média: um breve panorama sobre a História Medieval no Brasil e a relação História-ensino. In: **História Antiga e Medieval: cultura e ensino.**; ZIERER, Adriana; XIMENDES, Carlos Alberto (Orgs.). São Luís: Ed. UEMA, 2009, v. 1, p. 9-27.

_____. História Medieval no Brasil e no Maranhão. In: ZIERER, Adriana (Org.) **Estudos medievais no Maranhão – Primeiros olhares.** São Luis: Eduema, 2017, p. 17-30.

ZIERER, Adriana; OLIVEIRA, Solange. História Medieval no Brasil e no Maranhão em Perspectiva: ensino e pesquisa. **Mirabilia**, Revista Eletrônica de História Antiga e Medieval, v. 28, p. 634-659, jan-jun 2019. Disponível em: https://d.d.uab.cat/pub/mirabilia/mirabilia_a2019m1-6n28/mirabilia_a2019m1-6n28p634.pdf
Acesso em: 20/03/2020

ZINK, Michel. Literatura. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coord). **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval.** São Paulo: Ed. Unesp, 2017.